



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL

SAÚDE E ACAUTELAMENTO: territorialidades vividas e a relação com o processo de trabalho de profissionais de uma unidade socioeducativa

GOVERNADOR VALADARES – MG
2020

ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL

SAÚDE E ACAUTELAMENTO: territorialidades vividas e a relação com o processo de trabalho de profissionais de uma unidade socioeducativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território, com orientação da Professora Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os anjos que me sustentaram nessa caminhada de estudos e escrita desta dissertação e a todos agradeço imensamente.

Meus agradecimentos especiais são direcionados:

A Hiran, meu marido, meu amigo, meu companheiro, meu amor e maior incentivador nos últimos 36 anos.

A meu pai, Joab, a minha mãe, Flávia e a minha irmã do coração, Edvalda, anjos que foram sustentação e porto seguro enquanto caminharam comigo no plano físico e que guardo e cultivo diariamente no meu coração através das doces lembranças.

A meus filhos Joab, Priscila, Júlia e Davi, a minha nora Melissa, meu genro Charles e minhas netas Maressa e Cecília, que dão cor e sabor a minha existência.

À Professora Doutora Eunice Maria Nazareth Nonato, Ser de Luz que o Pai celestial encaminhou para me pegar no colo e garantir que o trabalho fosse concluído.

Aos Anjos que se dispuseram a contribuir com a pesquisa e a gestão da unidade socioeducativa.

A meus colegas de turma, o GIT 2018, que marcaram significativamente minha vida e seguem comigo vida afora.

À Professora Doutora Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, minha malvada favorita, à Professora Doutora Suely Maria Rodrigues, à Professora Doutora Maria Terezinha Bretas Vilarino e ao Professor Mestre Edmarcius Carvalho Novaes pelo zelo e contribuições preciosas na banca de qualificação.

Aos professores Doutores Haruf Salmen Espindola, Renata Bernardes Faria Campos, Eliana Martins Marcolino, Alexandre Pimenta Batista Pereira, Mauro Augusto dos Santos, Leonardo Oliveira Leão e Silva, Patrícia Falco Genovez e Cristiana Guimarães pela rica partilha na construção de conhecimentos.

À Professora Elenice Maria Cammarosano Onofre pela disponibilidade em participar da minha banca.

À Jane Valadares, pelo capricho e zelo na revisão deste trabalho.

Ao Supremo Arquiteto do Universo, Inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas, sem o qual nada seria possível, nem agradecer.

RESUMO

A presente dissertação investiga territorialidades decorrentes de vivências profissionais de servidores em uma unidade de acautelamento. O problema que direcionou o estudo foi: como a saúde e o trabalho se articulam na constituição das territorialidades vividas por profissionais que atuam em uma unidade socioeducativa do interior de Minas Gerais? O estudo foi realizado a partir do campo da Psicologia e da Geografia cultural. Assim, numa perspectiva interdisciplinar, discute a relação entre o trabalho desenvolvido em um ambiente de acautelamento e a situação de saúde ou adoecimento do servidor com o objetivo de compreender como a saúde e o trabalho se articulam na constituição das territorialidades vivenciadas pelos referidos profissionais. O referencial teórico adotado, no que diz respeito ao território, baseou-se em trabalhos de Rogério Haesbaert (1997; 2003; 2007) e Marco Aurélio Saquet (2005; 2007; 2009; 2013) e para analisar as narrativas relativas a saúde/adoecimento na Psicologia, baseou-se em Viktor Frankl (1991); Sigmund Freud (1969); Abraham Maslow (1978) e Carl Rogers (1975) entre outros. Trata-se de um estudo observacional, descritivo, de corte transversal no qual adotou-se uma investigação de natureza qualitativa. Delineou-se o trabalho a partir da análise, numa perspectiva teórica, da relação entre o trabalho e a saúde e da identificação das peculiaridades ou especificidades do trabalho em um território de acautelamento. As territorialidades analisadas foram percebidas a partir da realização de entrevistas com 7 (sete) servidores de uma unidade socioeducativa localizada no interior de Minas Gerais através da análise de conteúdo. O resultado do estudo apontou que a apropriação do espaço destinado ao acautelamento pelos servidores se dá de forma peculiar e expressa territorialidades que são próprias do território do acautelamento, tais como: medo, afetividade, aprisionamento, distanciamento do sonho, ausência de sentido do trabalho, ambiente adoecedor. Conclui-se que essas territorialidades vivenciadas pelos interlocutores apontam relação com a situação de saúde e/ou adoecimento do servidor.

Palavras-chave: Acautelamento. Servidor. Territorialidades. Trabalho. Saúde.

ABSTRACT

This dissertation investigates territorialities resulting from professional experiences of servers in a cautionary unit. The study's guiding problem was: how do health and work articulate in the constitution of the territorialities experienced by professionals who work in a socio-educational unit in the interior of Minas Gerais? The study was carried out from the field of Psychology and cultural Geography. Thus, in an interdisciplinary perspective, it discusses the relationship between the work developed in a cautionary environment and the server's health or illness situation, aiming the understanding of how health and work are articulated in the constitution of the territorialities experienced by these professionals. The adopted theoretical framework, with regard to the territory, was based on works by Rogério Haesbaert (1997; 2003; 2007) and Marco Aurélio Saquet (2005; 2007; 2009; 2013) and, to analyze the narratives related to health / illness in psychology, it was based on Viktor Frankl (1991); Sigmund Freud (1969); Abraham Maslow (1978) and Carl Rogers (1975) among others. This is an observational, descriptive, cross-sectional study in which a qualitative investigation was adopted. The work was outlined from the analysis, in a theoretical perspective, of the relationship between work and health and the identification of the peculiarities or specificities of work in a cautionary territory. The territorialities analyzed were perceived through interviews with 7 (seven) employees of a socio-educational unit located in the interior of Minas Gerais through content analysis. The result of the study pointed that the appropriation of the space intended for caution by the servers occurs in a peculiar form and expresses territorialities typical of the cautionary territory, such as: fear, affectivity, imprisonment, distancing from the dream, absence of the work meaning, sickening environment. It is concluded that these territorialities experienced by the interlocutors point to a relationship with the health and / or illness situation of the server.

Keywords: Cautionary. Server. Territorialities. Work. Health.

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CLT - Consolidação da Legislação Trabalhista
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
GIT - Mestrado Gestão Integrada do Território
JED - Juventude, Educação e Direito
JUSA - Juventude saúde e acautelamento
NIEDS - Núcleo Interdisciplinar educação, saúde e direito
NTICs - Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
OMT - Organização Mundial do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
POP - Procedimento Operacional Padrão
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
SEDS - Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais
SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SGPL - Superintendência de Gestão das Medidas de Privação de Liberdade
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUASE - Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. DIREITO E TRABALHO: organização e vivências em ambiente socioeducativo... 15	15
2.1 DO <i>TRIPALIUM</i> AO TRABALHO: diversas significações	18
2.2 UMA (NOVA) REVOLUÇÃO NO TRABALHO E NO TRABALHAR	26
2.3 O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	27
2.4 DA CORREÇÃO À SOCIOEDUCAÇÃO	30
3. O TRABALHO NO ACAUTELAMENTO E SUAS CONFIGURAÇÕES NO TERRITÓRIO SOCIOEDUCATIVO	34
3.1. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DO ACAUTELAMENTO PELOS ATORES ACAUTELADOS E SERVIDORES	36
3.2. A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACAUTELAMENTO.....	41
4. EXPERIÊNCIAS NO ACAUTELAMENTO: as territorialidades no processo de saúde e/ou adoecimento.....	52
4.1. CONCEITO DE SAÚDE E RELAÇÃO COM AMBIENTE DE TRABALHO	52
4.2. AS VIVÊNCIAS NO ACAUTELAMENTO: territorialidades decorrentes da experiência do servidor com o trabalho	56
4.2.1. “Fecha e racha fora, que isso?!”: a territorialidade do medo	57
4.2.2. “Eu consigo de alguma forma melhorar aquele ambiente que eu tô”: afetividade	62
4.2.3. “Vou pagar minha cadeia aqui hoje”: aprisionamento	65
4.2.4. “O adolescente tem tudo, o servidor não tem nada”: distanciamento do sonho	68
4.2.5. “A evolução necessária no sistema socioeducativo e o pós-socioeducativo, né?”: ausência de sentido do trabalho.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	89

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quem sou eu? Esta foi a primeira ideia que me veio à mente quando me propus a inserir estas considerações iniciais. Achei prudente localizar meu futuro leitor no mapa do meu universo pessoal. Nasci pelas mãos da D. Mariquinha parteira, na Fazenda Pronto Socorro no Município de Carlos Chagas, cidade situada no nordeste de Minas Gerais. Filha de Joab Pimentel e de Flávia Moreira. Fui, até os 15 anos, a filha de Joab. Numa busca incessante atrás de mim mesma, sobre quem era esse ser além de filha de Joab, grande orgulho nesta minha existência, busquei outro sentido na religião, embora nela não o tenha encontrado. Mas foi ela que me encaminhou à espiritualidade, onde me situei com conforto. Sou alguém que significo minha existência através do outro, independente do reino que esse outro pertença, mineral, vegetal, animal, hominal.

Nessa forte vinculação com o tema espiritualidade, busquei o mestrado propondo-me a pesquisar as aproximações e distanciamentos porventura existentes entre a situação de saúde/adoecimento e a espiritualidade. O acaso nunca fez parte do meu vocabulário, sempre considerei que há caminhos e caminhos, passagens e passagens. Foi por um desses caminhos que o Grande Arquiteto do Universo me conduziu ao projeto *Juventude saúde e acautelamento* (JUSA).

O tema me fascinou porque Psicologia Jurídica foi a primeira disciplina que atuei como docente no ensino superior e se abria aí um campo onde poderia navegar por outros mares a procura de novos conhecimentos, contribuir com o universo pesquisado, além de agregar valor à minha prática docente. Aceitei o desafio e coloquei na gaveta das prioridades futuras a pesquisa sobre espiritualidade e saúde. Na bagagem da nova empreitada, trouxe a minha inquietação com a temática saúde/adoecimento.

Para mergulhar no universo do acautelamento realizei com a minha orientadora, Professora Doutora Eunice Maria Nazareth Nonato, uma visita a uma unidade socioeducativa e senti na pele a importância da pesquisa que estava sendo até então empreendida – noutro espaço falarei das minhas primeiras impressões.

Analisando o material produzido até então no projeto Juventude, saúde e acautelamento, refletindo sobre as conversas com os servidores da unidade durante as visitas e as impressões dos pesquisadores participantes do projeto, o meu olhar foi atraído para o servidor quando narrativas de adoecimento e afastamentos começaram a ficar em evidência.

Entendendo que não apenas o trabalho, mas o trabalho dentro de uma unidade de privação de liberdade, com todas as suas nuances, poderia estar por trás dos adoecimentos a que tivemos acesso, empreendemos a presente pesquisa conforme segue.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa *Juventude, Educação e Direito* (JED) foi desenvolvido no contexto do acautelamento em unidade sediada no interior de Minas Gerais a partir de 2015, por professores dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Direito dentro do programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Gestão Integrada do Território (GIT) da Univale. Como frutos do projeto, foram desenvolvidas as dissertações: *As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento* (NOVAES, 2016); *A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade* (LEMOS, 2016) e *A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei* (COSTA, 2016).

Os resultados do projeto sinalizaram ainda problemas de saúde, incluindo a mental, entre os adolescentes. Um novo projeto, o *Juventude, Acautelamento e Saúde* (JUSA), sob a coordenação da Professora Eunice Maria Nazareth Nonato e que conta com a colaboração de professores dos cursos de Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Odontologia e Direito é desenvolvido pelo Mestrado GIT, daí decorrendo a dissertação *Adolescência, acautelamento e saúde: multiterritorialidades vivenciadas por adolescentes e suas implicações na saúde* (MOREIRA, 2019).

Através da investigação da repercussão do acautelamento na situação de saúde do jovem que cumpre medida socioeducativa privativa de liberdade na unidade socioeducativa mencionada, deparamo-nos com narrativas de adoecimento de muitos servidores e afastamentos por problemas de saúde, situação que se desdobrou na atual pesquisa.

O adoecimento é circunstância presente na atualidade com previsões estatísticas alarmantes pela OMS para o ano em curso, 2020, em que a depressão é apontada como a doença mental mais incapacitante em todo o planeta. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicaram documento em que os fatores psicossociais envolvidos no processo de trabalho estão relacionados e repercutem na saúde do trabalhador (SILVA-JÚNIOR; FISCHER, 2015).

No campo de pesquisa, uma unidade socioeducativa sediada em cidade do interior de Minas Gerais, o adoecimento dos servidores foi narrativa recorrente também na visitação

empreendida por esta pesquisadora, daí a necessidade de analisar as multiterritorialidades profissionais vivenciadas pelos servidores da unidade e suas implicações na saúde.

O espaço físico destinado ao acautelamento na unidade pesquisada apresenta semelhanças com as prisões: muros altos, portões de ferro, cadeados, segurança etc. O adoecimento de servidores no sistema prisional em decorrência da execução do trabalho é atestado por vários autores como Jaskowiak; Fontana (2015), Dos Santos *et al.* (2010), Da Silva *et al.* (2016), Cavalcante (2015), Corrêa *et al.* (2019), Lima; Dimenstein (2019), Bezerra; Assis; Constantino (2016), o que reforça a hipótese de que as territorialidades vivenciadas pelos servidores na unidade de acautelamento mantém relação com a situação de saúde/adoecimento.

Dessa maneira, o problema da presente pesquisa consiste em saber como a saúde e o trabalho se articulam na constituição das territorialidades vividas por profissionais que atuam em uma unidade socioeducativa do interior de Minas Gerais e o objetivo central é compreender como a saúde e o trabalho se articulam na constituição das territorialidades vivenciadas por esses profissionais. Desdobra-se, especificamente, em: analisar a partir da perspectiva teórica a relação entre trabalho e saúde; identificar as peculiaridades do trabalho em território de acautelamento; e analisar as territorialidades que decorrem da relação com o trabalho no acautelamento e sua relação com o processo de saúde/adoecimento.

Para tanto, foi adotada, nesta investigação, uma abordagem qualitativa, visto que, para alcançar os objetivos propostos, ela possibilita analisar o comportamento humano do ponto de vista do sujeito, utilizando a observação naturalista e não controlada; além de procedimentos exploratórios, descritivos, indutivos, dinâmicos, holísticos e não generalizáveis (MINAYO, 2014).

Assim, trata-se de um estudo observacional, descritivo e de corte transversal. O modelo de estudo do tipo transversal é apropriado para descrever características das populações no que diz respeito a determinadas variáveis e os seus padrões de distribuição, bem como analisar sua incidência e inter-relação em um determinado momento (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

A unidade socioeducativa, local de trabalho dos entrevistados foi inaugurada em 2005, com a finalidade de acolher adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. A Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), é o órgão que responde pela Unidade e que tem a incumbência de coordenar e executar a política que visa ao atendimento do adolescente que cometeu ato infracional.

A unidade conta com uma estrutura física composta de três blocos destinados ao acautelamento, 1 bloco destinado à administração, 1 bloco destinado a fins pedagógicos, quadra poliesportiva, enfermaria, refeitório, lavanderia e depósito de material de limpeza e tem capacidade para acolher 80 adolescentes do sexo masculino com idades entre 12 e 18 anos, podendo estender o acautelamento até 21 anos incompletos. No ano de 2020, a unidade conta com um número aproximado de 102 (cento e dois) servidores, entre agentes de segurança socioeducativos, administradores, técnicos e auxiliares administrativos, além de abrigar em torno de 40 (quarenta) adolescentes.

O Objetivo da unidade é atender os requisitos da Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), no que tange a medida de internação que consiste na responsabilização do adolescente pelo ato cometido, incentivando-o à reparação; a integração social, ao estudo, ao fortalecimento de vínculos comunitários e o estímulo à autonomia do meio da participação social e a garantia de seus direitos individuais e sociais (SESP, 2016).

Dentre os equipamentos sociais para amparo aos jovens acautelados, a unidade conta com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e a parceria das Universidades Vale do Rio doce (Univale) e Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A amostra consistiu em servidores da unidade pesquisada que conta com: Diretoria a quem compete a gestão da unidade para cumprimento das suas finalidades; Coordenação das equipes técnica e de segurança; Psicólogo que atende o adolescente e os familiares, identifica demandas envolvendo saúde mental, apresenta e discute os casos com a equipe; Assistente social que atende adolescentes e familiares, acompanha a visita dos familiares aos adolescentes, identifica demandas, propõe encaminhamentos para a rede socioassistencial; Pedagogo a quem compete viabilizar articulações no processo ensino/aprendizagem; Terapeuta Ocupacional a quem compete realizar oficinas terapêuticas, atendimentos aos adolescentes e familiares; Equipe de saúde: Enfermeiro, Auxiliar de enfermagem, Dentista; Agente de Segurança Socioeducativo – compõe a equipe de segurança e atua de acordo com as diretrizes preconizadas na Política Estadual de Atendimento Socioeducativa, Procedimento Operacional Padrão (POP), Regimento Único, Projeto Político Pedagógico, estabelecidos pela SUASE em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e demais normativas; Equipe Administrativa e serviços gerais vinculados a ações destinadas ao acompanhamento e registros das atividades da unidade e aos serviços de limpeza e manutenção, respectivamente, de acordo com o Regimento único dos centros socioeducativos do Estado de Minas Gerais.

Como critério de inclusão, ficou estabelecido que o servidor deveria ter 18 anos ou mais, ter concluído o ensino médio, e contar com atuação no cargo ou emprego público há pelo menos seis meses e que se apresentasse com função cognitiva preservada para responder ao instrumento utilizado na coleta de dados e se dispusesse a participar. Foram excluídos servidores com tempo de serviço inferior a seis meses, os que estavam afastados/licenciados por qualquer motivo, os que estavam em concessão de férias e os que se recusaram a participar.

Para realização deste estudo, foram respeitadas as normas éticas estabelecidas pela Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – Ciências Humanas e Sociais. O projeto foi submetido em 16 de maio de 2020, à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Parecer CAAE: 32043120.1.0000.5157 (ANEXO 1).

A pesquisa foi autorizada pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP/MG), responsável pela elaboração, coordenação e execução da política de atendimento ao adolescente envolvido em ato infracional em Minas Gerais, através do Memorando SEJUSP/SUASE Nº 1022/2020 de 29 de junho de 2020 (ANEXO 2).

Como previsto, as entrevistas apenas tiveram início após a ciência e concordância dos participantes com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados coletados serão armazenados por um período de cinco anos em um banco de dados no Núcleo Interdisciplinar educação, saúde e direito (Niesd), coordenado pela Professora Doutora Eunice Maria Nazareth Nonato, bloco PVA, campus II na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Após esse período, o material será incinerado.

Para conhecer a percepção sobre “Saúde”, a “relação com o trabalho”, “relacionamento entre pares e superiores hierárquicos e adolescentes”, “significado do trabalho e relação com o adoecimento”, valeu-se de entrevista aberta e semidirigida (ANEXO 3) como recurso metodológico. De acordo com Fontanella, Campos e Turato (2006), a entrevista aberta e semidirigida é considerada uma metodologia que pode levantar dados não esperados e proporcionam ao entrevistado a liberdade de conferir significado à sua experiência e compreensão do fenômeno a partir da lente particular.

Foram entrevistados 7 (sete) servidores, sendo 1 ocupante de cargo de gestão, 4 (quatro) ocupantes de cargo da área de segurança e 2 da área técnica, sendo 4 homens e duas mulheres. Vale ressaltar que todos os servidores da área técnica, da segurança e da gestão foram convidados a participar da entrevista, sendo entrevistados aqueles que se apresentaram primeiro, até o limite de 7, estabelecido no projeto de pesquisa.

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas através de plataforma digital utilizando-se o aplicativo *Google hangouts Meet*, uma plataforma que permite a entrevista com utilização de áudio e vídeo. O recurso digital foi utilizado em virtude da decretação de distanciamento social em decorrência da pandemia do coronavírus. As entrevistas foram gravadas e transcritas fidedignamente.

Participaram das entrevistas, voluntariamente, 7 (sete) servidores com idade entre 38 e 61 anos e grau de escolaridade superior e/ou pós-graduação. O servidor com menor tempo de trabalho no sistema socioeducativo conta com 3 anos de trabalho e o servidor com maior tempo de trabalho entre os entrevistados conta com 14 anos de trabalho. A jornada diária varia, pois houve entrevistado com jornada de 8 horas e entrevistado com jornada em escala 12x36 ou 24x72.

Os dados qualitativos, relativos à percepção sobre Saúde, serão analisados por meio da Análise de Conteúdo. Essa técnica, proposta por Bardin (2011), tem como objetivo a narrativa do conteúdo e as ilações de conhecimentos acerca do processo que envolve as entrevistas em sua totalidade. Após as entrevistas, as falas serão transcritas fidedignamente e sucessivas leituras serão efetuadas no sentido de identificar aproximações e distanciamentos nas vivências, identificando categorias. Posteriormente, serão analisadas e interpretadas as narrativas onde serão extraídas as territorialidades presentes.

Trilhados os caminhos propostos para a pesquisa, os resultados encontram-se organizados assim organizados: 1) Introdução; 2) Direito e trabalho: organização e vivências em ambiente socioeducativo; 3) O trabalho no acautelamento e suas configurações no território socioeducativo; 4) Experiências no acautelamento: territorialidades vividas e a relação com o processo de saúde e/ou adoecimento e Considerações finais.

Como o tema “trabalho” perpassa a pesquisa em todas as suas nuances, o item 2 se dedica a debruçar-se sobre significados que já foram atribuídos ao termo ao longo da história; o sentido e os tipos de organização; as revoluções que impactaram e impactam na relação homem trabalho; a legislação; e, por fim, a configuração do trabalho nas unidades socioeducativas e as mudanças que acompanham ou deveriam acompanhar a legislação.

Ao item 3, destinamos a responsabilidade de falar sobre a lente que foi utilizada para compreender o fenômeno em análise, a abordagem territorial. Discutimos a configuração do território do acautelamento a partir da apropriação do espaço a ele destinado pelos diversos atores e a relação estabelecida entre esses atores e o espaço geográfico regido por normas legais que lhe garante a existência.

No item 4, trabalhamos o conceito de saúde e a relação com o meio ambiente do trabalho. Ademais, passamos a ouvir os entrevistados e a estabelecer o diálogo entre as territorialidades presentes nas narrativas como vivenciadas pelos servidores no ambiente de acautelamento e a situação de saúde/adoecimento.

A título de considerações finais, apontamos a relação direta entre as territorialidades vivenciadas e o adoecimento de servidores, atendendo ao nosso problema e objetivos de pesquisa. Além disso, registramos a percepção da necessidade de um trabalho voltado ao cuidado dos servidores, inclusive quando há sobrecarga de trabalho em virtude da redução do número de servidores, a necessidade de uma política de acompanhamento do adolescente pós internação, bem como a pertinência de análise da política de indicação da gestão que impacta diretamente nas territorialidades vivenciadas.

Percorridos os caminhos, a pesquisa cumpre sua finalidade: responde ao problema que lhe foi proposto e atende aos objetivos estabelecidos. Julgamos importante que todos os envolvidos no cumprimento de medida socioeducativa de internação voltem os olhos ao servidor que se encontra, sinaliza o presente estudo, adoecido. Além disso, o cuidado com o servidor pode repercutir na melhor execução da medida e, via de consequência, no melhor aproveitamento pelos adolescentes da medida que lhe foi imposta.

2. DIREITO E TRABALHO: organização e vivências em ambiente socioeducativo

No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás.

Gênesis 3:19

O trabalho pode ser percebido por diferentes atores sociais e de variadas formas. Pode significar prazer para uns, ser considerado como fonte de dor ou desprazer para outros ou como mero meio indispensável à sobrevivência para outros tantos. Infinitos sentidos poderiam ser aqui associados, posto que dependem da subjetividade. Essa vinculação, portanto, se dará forçosamente por algum motivo e estará sempre atrelada a algo, seja a satisfação, a obrigação, a necessidade, a imposição social, dentre outros.

A escolha de uma profissão encontra eco na história de vida do sujeito e pode ser fruto de desejo ou necessidade. No trecho citado na abertura do presente capítulo, extraído da bíblia e do contexto no qual Deus expulsa o homem e a mulher do jardim do Éden por terem comido do fruto proibido, a concepção de trabalho estaria vinculada a atos meramente ligados à sobrevivência, como são os atos de todos os animais. Se a expulsão do paraíso vem como um castigo, a vida no paraíso, sem trabalho, é um privilégio, o ócio vincula-se a felicidade. Talvez daí o sentido de frases, muitas vezes, ouvidas no cotidiano, atribuídas no senso comum ao ideário de uma aposentadoria, a possibilidade de viver na ociosidade. Assim, o trabalho entendido como castigo, explica porque são empregadas expressões como “vou à luta”, “vou pagar meus pecados”, “ah meu Deus, dá meia noite, mas não chega 6 horas”, referindo-se a ir ao trabalho ou a demora em chegar ao término dele.

Para que a vida se sustente no ambiente social em que está, é necessário que o ser vivente desempenhe atividades para a sua subsistência. Vegetais e animais desempenham ações: os primeiros, absorvem do solo e do sol os elementos necessários à vitalidade; os animais, por sua vez, alimentam-se de vegetais ou de outros animais. Essas atividades não podem ser consideradas trabalho uma vez que dizem respeito à apropriação do que está na natureza, sem que haja qualquer alteração em seu estado natural. Doutro lado, quando um animal, como o castor, o pássaro, a aranha, faz dique, ninho ou teia, há uma modificação do estado anterior, natural, para que se torne útil. Nesse caso, poderíamos dizer que há trabalho e aí o homem se iguala por também atuar modicando a natureza de forma a atender suas demandas (BRAVERMAN, 1977).

Assim, é possível depreender que a diferença presente entre o trabalho do homem e do animal é a intencionalidade e a consciência. Quando o castor constrói o dique, o pássaro seu ninho, a abelha a colmeia, repetem ações instintivas, inatas, num padrão idêntico no curso histórico. Ao contrário, o trabalho executado pelo homem é consciente e carrega em si um propósito (BRAVERMAN, 1977). Albornoz (2012) corrobora com esse entendimento ao considerar que o trabalho humano se distingue do trabalho de outros animais porque nos homens há a consciência e intencionalidade, enquanto nos animais as ações se efetivam por puro instinto, sem qualquer consciência.

Essa intencionalidade e essa consciência mantêm relação direta com o bem-estar, embora não seja determinante dele. Os trabalhos efetivados e as ações empreendidas carregam em si variações no tempo e no espaço e são prenes de sentido. O fim em si mesmo da ação parece está implícito na intencionalidade das ações impetradas com o objetivo de modificar ou alterar o estado natural e, via de consequência, o significado da palavra trabalho modifica-se a partir de contextos vários.

No campo do Direito brasileiro, o trabalho possui *status* constitucional, notadamente garantido no art. 6º e se configura como um direito social que busca tutelar o direito de sobrevivência de quem possui o trabalho como forma de manter suas necessidades básicas: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Nota-se que o legislador abarca o direito ao trabalho no mesmo bojo de outros direitos como moradia, lazer, moradia etc., denotando tratar-se de um direito assegurado a uma coletividade para a qual se torna essencial a garantia da dignidade humana. Assim, para além de ser mera normatividade pragmática, comparece no Estado Democrático de Direito brasileiro como um princípio gerador de possibilidades de manutenção da vida que para determinada camada social, o trabalho é condição básica de existência, portanto, merecedor de proteção constitucional.

Antes mesmo da Constituição de 1988, o trabalho tem sido objeto de proteção do Estado Brasileiro por meio, por exemplo, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 que consolidou a legislação trabalhista, estatuiu e regulamentou as relações individuais e coletivas de trabalho. Esse decreto estabelece, dentre inúmeras outras coisas, a jornada normal de trabalho como sendo de 8 horas diárias caso outro limite não seja estabelecido (BRASIL, 1943, art. 58). Por vezes, o trabalho se dá em escalas com 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso – 12/36 – ou em jornada de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso – 24/72 –, como é o caso da jornada de trabalho dos agentes socioeducativos da unidade pesquisada, que, embora estejam vinculados ao estatuto próprio, seguem, nesse sentido, regra similar à da Consolidação da Legislação

Trabalhista (CLT). Nesse caso, o legislador dá uma demonstração da preocupação com o limite entre o trabalho e a necessidade de resguardar as condições físicas do trabalhador, que, sem o necessário descanso, se torna mero objeto de prestação de serviço. Nota-se, contudo, que, ainda assim, é significativo o tempo em que o trabalhador permanece no local de trabalho. Essa permanência tornar-se-á salutar, tanto mais o trabalhador sinta gratificação no seu labor, sinta-se seguro, desempenhando algo que faz sentido em sua e/ou na existência de terceiros.

No Direito Brasileiro, o trabalho é regulado de modo geral pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) e de modo específico por legislações que regulamentam essas especificidades. No tocante aos servidores públicos, categoria em que estão incluídos os agentes socioeducativos e demais servidores da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SEDS), temos a Lei nº 869/52 que dispõe sobre o *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais*. A Lei nº 10.254/90 institui o regime jurídico único do servidor público civil do Estado de MG, e o Regimento único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais elaborado pela Secretaria de Segurança Pública, Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, Superintendência de Atendimento ao Adolescente do Governo de Minas Gerais.

Além das normas internas, o trabalho é tutelado por tratados e convenções internacionais tais como: Convenções 29 e 105 que tratam da eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; 7.2. Convenções 87 e 98 que tratam da liberdade sindical e da proteção ao direito de sindicalização e de negociação coletiva; 7.3. Convenções 100 e 111 que tratam da discriminação de acesso, condições e permanência no trabalho. Nota-se, pois, que o trabalho se configura do ponto de vista do direito objetivo, alvo de ampla configuração legislativa e, ainda assim, nem sempre o trabalhador possui as condições necessárias para realizá-lo, ter suas condições humanas respeitadas e principalmente ter a saúde preservada.

Enfim, o trabalhador, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tem o direito a um ambiente de trabalho que lhe garanta segurança e que não lhe comprometa a saúde e assevera que um ambiente saudável

é aquele em que os trabalhadores e gestores colaborem para o uso de um processo de melhoria contínua de proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho, considerando os itens seguintes, baseado nas necessidades identificadas:

- questões de segurança e saúde no ambiente físico de trabalho;
- questões de segurança, saúde e bem-estar no ambiente psicossocial de trabalho, incluindo a organização do trabalho e a cultura do ambiente de trabalho;

- recursos pessoais para a saúde no ambiente de trabalho (apoio e incentivo do empregador para a adoção de estilo de vida saudável);
- maneiras de participar na comunidade para melhorar a saúde dos trabalhadores, de suas famílias e de membros da comunidade. (OMS, 2010, p. 6)

Abreu, Borges e Queirós (2019), em revisão integrativa de literatura de publicações ocorridas entre 2010 e 2019, nos indexadores *PubMed*, *EBSCOH*, *Google Scholar* e *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*, afirmam haver consenso entre os autores no sentido de que “investir em ações de promoção da saúde e prevenção de doenças nos locais de trabalho representa uma importante oportunidade para melhorar a saúde da população” (p. 51). Não há como melhorar o que não se conhece, daí a necessidade de mergulhar no universo onde o trabalho é realizado, buscando compreender suas especificidades, no caso abraçado, as unidades socioeducativas.

2.1 DO *TRIPALIUM* AO TRABALHO: diversas significações

Antes, porém, de falar do trabalho na unidade socioeducativa, objeto de análise, optamos por traçar um possível caminho, sem compromisso com a linearidade temporal acerca das definições e significados atribuídos à palavra trabalho que tem origem no latim *tripalium*, um instrumento feito de três paus com pontas afuniladas utilizado pelos agricultores para bater no trigo, nas espigas de milho e no linho com o intuito de despedaçar e desfilar. Os dicionários, em sua maioria, apontam o *tripalium* como instrumento de tortura que seria a finalidade atribuída ao instrumento originalmente ou posteriormente. Apesar do uso do instrumento no trato com o milho, trigo, ou linho, foi a utilização como meio de tortura que ganhou destaque na definição da palavra trabalho, conotação essa que carrega, em algumas definições, o sentido de sofrimento e prisão. Esse sentido de sofrimento manteve-se até o século XV, passando posteriormente a ser entendido como esforço, labor, obra (ALBORNOZ, 2012).

No dicionário on-line *Michaelis* (2020), o trabalho pode ser concebido como “conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim”, pode se referir ao local onde a pessoa exerce sua atividade profissional, a própria profissão, a forma de executar uma atividade, um objetivo a ser cumprido, o esmero na confecção de algo, aquilo que está sob a responsabilidade de alguém. Para a biologia, ainda segundo o dicionário, seria o “conjunto de fenômenos que ocorrem em determinada matéria, produzindo alteração de sua natureza e forma” e para a economia política,

seria visto como principal fator resultante da ação humana para produção de bens e serviços, além de outras definições, dentre essas, na física, filosofia e religião.

Suzana Albornoz, discorrendo sobre o sentido da palavra trabalho afirma que:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas (ALBORNOS, 2012, p. 8).

No dia a dia, nos deparamos com o trabalho vinculado à ação do homem com o intuito de subsistência, mas também de realização, segundo Krawulski (1991), que acresce o fato do sentido originário da palavra estar eivado de um peso que até os dias atuais vamos encontrar influência. O sentido de sofrimento, aquele carregado do fardo do castigo, do suor do rosto para ganhar o sustento vai perdendo força na história da humanidade. Albornoz (2012) afirma que esse sentido vai até o início do século XV, oportunidade em que começa a ser entendido no sentido de um esforço para um determinado fim.

O trabalho na antiguidade consistia na prática de atos ligados à manutenção da vida envolvendo a utilização de recursos da natureza. A caça, a pesca e a coleta de frutos eram as atividades que configuravam o trabalho a cerca de 10.000 anos A.C. Esgotados os recursos, o grupo deslocava-se para outra localidade; o nomadismo era a tônica. Durante esse processo, o homem começa a fabricar instrumentos utilizados na caça e na pesca. Em torno de 5.000 anos A.C., a agricultura começa a ser explorada e figura-se com a sua produção a primeira divisão do trabalho, uma vez que os homens estariam incumbidos da caça e da pesca e as mulheres encarregadas do plantio (KRAWULSKI, 1991).

Albornoz (2012) destaca que o significado da palavra trabalho tem vinculação com a passagem da cultura agrária para a industrial. Observando a história das civilizações ou tomando por exemplo uma tribo indígena na Amazônia sem qualquer contato com o homem branco ou a cultura ocidental, teríamos um grupo de pessoas unidas pela consanguinidade envoltos em crenças, mitos, ritos, lendas, sobrevivendo da caça, da pesca, dos frutos das árvores, descartando as possíveis sobras. Nesse tempo, estaríamos diante de um significado do trabalho como um esforço complementar ao trabalho da natureza. A descoberta da agricultura, indicando-se que tenha se dado de forma acidental, uma queimada que tenha deixado uma clareira e as sementes que tenham ali brotado, sendo observadas, proporcionaram a reprodução

de uma ação da natureza pelo homem. Com a possibilidade do plantio, novas áreas são conquistadas, a propriedade se estabelece, a produção gera excedentes, criando condições para uma classe ociosa. Krawulski (1991) corrobora com a informação no tocante ao aparecimento de povos ociosos em decorrência dos excedentes gerados pela agricultura e acrescenta que tal estado é fomentador de guerras, seguidas de conquista e escravidão.

Durante a idade média, toda a produção gerada a partir do processo escravagista vai cedendo lugar ao sistema feudal e ao trabalho, via de consequência, vai, paulatinamente, sofrendo alteração em seu sentido. É ainda nesse período que a pecuária é intensificada e o comércio e o artesanato são fortalecidos. As cidades reaparecem como *lócus* de intensa atividade proporcionando outros tipos de exercício do trabalho e outras formas de constituição de riquezas. Durante o regime feudal, a vida rural sobrepuja a urbana, os ricos detêm o poder e a plebe urbana sofre a ausência de trabalho ainda exercido em grande parte por escravos. Como a mão de obra escrava começa a se tornar inviável, posto que muito cara, o servilismo é o regime que sucede o escravagismo. Nesta nova modalidade de trabalho, uma nova forma de escravidão se configura, uma vez que os servos, apesar de livres perante a legislação, tornaram-se escravos da terra (KRAWULSKI, 1991).

A força de trabalho decorrente do servilismo não era um atributo que o servo dela poderia dispor, acresce Krawulski (1991), já que o servo recebia do senhor da terra uma porção desta para que pudesse morar e cultivar, esse cultivo garantia-lhe a sobrevivência, porém eram obrigados a trabalhar para o dono da terra. O declínio do feudalismo não encontra consenso entre os autores. Há quem afirme que ocorreu em decorrência da desistência em massa dos servos daquela modalidade de trabalho dirigindo-se para as cidades em busca de um trabalho livre que lhes custeasse a subsistência; outros afirmam que o comércio em expansão teria sido o móvel do declínio; afirmam outros ainda que o surgimento de novas cidades, a emergência da burguesia, o uso do dinheiro e o fato dos camponeses conscientizarem-se no tocante à liberdade de trabalho, teriam sido os fatores para o declínio do sistema feudal.

Os séculos XIII e XIV carregam a marca do trabalho como uma criação pessoal. O artesão domina todo o processo de criação, planeja, executa sua obra do início ao fim e a comercializa. Além da subsistência, de acordo com Fromm (1976) *in* Krawulski (1991), o trabalho proporcionava ao artesão um meio de realização, o processo de produção estava eivado de satisfação e ali era possível o desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e competências, alterando o processo de produção da agricultura para a indústria.

Essa produção artesanal fomenta o comércio carreando nova divisão do trabalho. A produção para uso vai cedendo lugar à produção para a troca. No século XIV, o dinheiro já é

utilizado pela maioria e o trabalho executado nas propriedades torna-se assalariado. Um novo horizonte se afigura. Propriedade e trabalho se separam. A produção excedente é comercializada, os comerciantes mais bem-sucedidos empregam artesãos, carregadores, trabalhadores domésticos, propiciando o nascimento da burguesia. A riqueza produzida propicia espaço para a produção do conhecimento através das ciências e das artes. A utilização da ciência como recurso para o aumento da produção material traz reflexo nas relações de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores (ALBORNOZ, 2012).

A idade moderna é marcada pela intensificação das atividades comerciais e pelo desenvolvimento artesanal. A reforma protestante impacta as relações e a burguesia está em franca ascensão. A transição do modelo feudal para o capitalismo dá-se entre os séculos XIV/XV e XVIII/XIX, sendo que o sistema capitalista tem seu surgimento a partir do século XVI, consolidando-se com a revolução industrial.

O esvaziamento do campo com a mudança na utilização das terras, predominando a criação de ovelhas em detrimento da agricultura, gera uma massa sem propriedade, desprovida de terra para cultivar e o acúmulo de capital gerado para ser investido na indústria propicia a revolução industrial. As máquinas alteram o cenário do trabalho. A carga de trabalho diária é aumentada e menores são inseridos como trabalhadores (KRAWULSKI, 1991). Entre os séculos XVII e metade do século XVIII, o tempo dispendido no trabalho era inferior a 10 horas, já a partir desse período a jornada diária chegava por vezes a 16 horas, segundo Cunha (1987). Essa alteração na forma em que se dava o trabalho em decorrência da revolução industrial é significativa, pois, segundo Arendt (1987), o trabalho era desenvolvido em maioria em menos da metade dos dias do ano, ou seja, o trabalho ocupava um tempo bem menor, permitindo que outras atividades, noutras áreas, pudessem ser desenvolvidas.

A expansão capitalista resultou na revolução industrial, da máquina a vapor (século XVIII), passando pela eletricidade (século XIX), ao computador (século XX) desemboca a terceira onda da revolução industrial com destruição da natureza e afastamento da felicidade do homem, quando se esperava exatamente o contrário (ALBORNOZ, 2012).

Esse afastamento da felicidade defendido pela autora mantém relação direta com a questão da intencionalidade, do sentido, do valor do trabalho enquanto integrante da constituição da subjetividade. Do artesão à venda da força de trabalho, um elemento ganha vigor: o sentido, intimamente ligado a questões como bem-estar e felicidade. Há uma diferença grande entre o artesão que diante de uma bola de argila diz: vou fazer um casal de namorados

ou vou esculpir a “santa ceia” e o empregado que diz “vou pagar minha cadeia hoje”¹ ou “vou à luta”, referindo-se a ir ao trabalho.

De acordo com Fromm (1977), as mudanças efetivadas nas relações de trabalho em decorrência da consolidação do sistema capitalista, com o viés econômico predominante, acarretam mudanças no âmbito psicológico. Além disso, a inquietude passa a ser companheira da vivência cotidiana e o trabalho ganha o sentido de valor supremo a ser alcançado. Ter sucesso na vida significa alcançar riqueza, envolvendo o homem numa teia que o consome. A ansiedade, sentimentos alusivos à insegurança e ao isolamento passam a fazer parte do cotidiano. O dinheiro passa a ser mais importante que o sistema de castas e o nascimento igualando os homens e os impelindo a um novo olhar frente ao trabalho que se torna uma verdadeira obsessão; o trabalhar sem cessar para alcançar o almejado sucesso material.

O trabalho, antes entendido como uma atividade que gerava satisfação, uma atividade agradável, altera radicalmente seu sentido, agora, uma obrigação, uma verdadeira obsessão. Da execução para atendimento das necessidades de subsistência à execução para produção de riquezas. O viés econômico é a tônica que envolve o trabalho. Não mais se figura o trabalho como aquele que satisfaz o trabalhador ao ser planejado e executado do princípio ao fim e levado ao comércio proporcionando um caminho que se traduz na realização pessoal (KRAWULSKI, 1991).

O sonho de uma vida sem a necessidade do trabalho, tal qual aquela perdida pelo casal bíblico, parece permear o imaginário humano, notadamente quando se atribui ao trabalho o sentido de tortura ou castigo. Dessa forma, Albornoz (2012, p. 23) coloca a automação como a possibilidade de o homem libertar-se do “fardo do trabalho” e a ociosidade, usufruída por poucos, tornar-se possibilidade para a grande massa. Nesse caso, como se sustentaria a multidão de ociosos ou semi ociosos.

Em contraponto a esse sonho do não trabalho, da ociosidade, temos na atualidade um homem que não se desvincula do trabalho que se torna inerente à própria existência e que, em grande parte, lhe confere sentido. Estelle M. Morin (2001), em seu texto *Os sentidos do trabalho*, menciona pesquisa que indaga a trabalhadores o que faria em relação ao trabalho se tivessem dinheiro suficiente para viver até a morte sem precisar trabalhar. 80% das pessoas pesquisadas responderam que continuariam trabalhando.

¹ Extrato de fala de um agente de segurança socioeducativo durante conversas entabuladas ao longo da pesquisa, constante do diário de bordo da autora, referindo-se a sentir-se um verdadeiro prisioneiro quando da execução do seu trabalho.

A venda da força de trabalho, até o século XIV, não era significativa na Europa e assim permaneceu até o advento do capitalismo industrial no século XVIII. Estima-se que nos Estados Unidos, quatro quintos de toda população trabalhavam por conta própria no início do século XIX, número que cresceu para aproximadamente um terço em torno de 1870. Já no ano de 1970, apenas 10%, em número aproximado, da população trabalhava por conta própria (BRAVERMAN, 1977). A conversão da força de trabalho autônoma para força de trabalho assalariada em maioria esmagadora data do século XX.

Fator de relevante importância refere-se a mudanças no cotidiano que o trabalho assalariado impõe ao trabalhador. Um ponto refere-se a mudança de local, enquanto o artesão trabalhava no ambiente em que residia, ou ao lado, é possível supor que as demandas domésticas ali eram atendidas a tempo e hora, o que poderia também ser sugestivo de uma melhor qualidade de vida. Outro fator que insta mencionar, refere-se ao produto do trabalho. O artesão a partir de matéria prima específica produz sua obra, confere-se sentido uma vez que a acompanha do início ao fim, cada passo dado tem um propósito claro. Nas grandes fábricas da atualidade, o operário pode realizar um trabalho sem qualquer vinculação com a finalidade ao qual se presta, o que também pode ser sugestivo de objetivação da existência, como assegura Albornoz:

A separação entre os lugares de trabalho e de moradia, contudo, não é a única separação que caracteriza o trabalho atual. Na linha de montagem na fábrica, como nos corredores e seções especializadas dos labirintos burocráticos, separam-se as partes do processo de produção de um objeto, de um projeto. Cada trabalhador ou funcionário entenderá apenas de um minúsculo ponto do processo: apertará um parafuso; preencherá um tipo de requerimento. A especialização no artesanato era ligada à pretensão de mais capacidade - a ideia era fazer apenas sapatos para fazer sapatos bons. Na indústria a especialização chega a um ponto absurdo, em que ninguém percebe mais o alcance do seu trabalho porque não vê o conjunto da atividade em que o seu esforço se insere. (ALBORNOZ, 2012, p. 33/34)

A mudança na conceituação, na natureza e na organização do trabalho é significativa com a revolução industrial. O trabalho voltado a produção e a obtenção de lucratividade inaugura, no século XX, uma organização científica do trabalho em que os conhecimentos técnicos dos trabalhadores são desconsiderados e o processo produtivo passa às mãos da indústria. As tarefas são divididas entre trabalhadores, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se instaura. O trabalho no âmbito das indústrias é impessoal, coletivo, a relação anteriormente existente entre o trabalhador e o empregador passa a figurar-se através de um contrato de trabalho e o trabalho passa a se desenhar como emprego, entendido como uma mercadoria (KRAWULSKI, 1991).

Segundo Guerreiro Ramos (1981), o trabalho desenvolvido não tem mais uma vinculação com a realização pessoal, pois o empregado passa a aceitar sem críticas o que lhe é determinado. Por sua vez, Fromm (1976) aduz que o trabalho passa a figurar-se como um mero meio de ganhar dinheiro, afastando-se da ideia de uma atividade significativa em si mesma. A atuação do homem nas organizações é passiva e o trabalho passa a significar um adiamento da satisfação. O trabalho é desenvolvido a partir de determinações externas, o indivíduo perde o poder de realizar algo a partir dos seus desejos quando ingressa numa organização por vínculo de trabalho. Outra característica presente é no que concerne ao senso de coletividade que vai se perdendo com o trabalho, figurando-se como uma atividade essencialmente individual e em sua nova conformação eliminou a criatividade de muitos trabalhadores e se tornou desinteressante e destituído de significado (KRAWULSKI, 1991).

Nesse viés, em que o trabalho se desvincula do indivíduo, não sendo mais uma extensão da sua arte, da sua aptidão, sentidos diversos lhe são atribuídos. Viktor Frankl, em seu clássico livro *Em busca de sentido*, no tópico intitulado “perguntar pelo sentido da vida”, assegura que viver significa posicionar-se como ser ativo diante da vida, assumindo responsabilidade por dar respostas que estejam de acordo com as indagações da vida. Para o autor viver ainda significa desincumbir-se dos deveres da existência, sejam os gerais, sejam aqueles que se apresentam a cada momento.

O autor escreve a partir da experiência vivida no campo de concentração por ocasião da segunda guerra mundial onde situações limítrofes levaram-no a reflexões sobre temas cruciais em uma existência. Assim como viver implica em dar resposta adequada às indagações da subsistência, ao trabalho, fonte de manutenção da existência, lhe são atribuídos os mais variados significados a partir da relação do trabalhador com o seu ofício: numa dimensão imaterial, subjetiva, pode ser visto como fonte de prazer ou de dor; numa dimensão econômica, material, como fonte de sustento, como meio de adquirir bens indispensáveis à sobrevivência; numa dimensão política, como resultado de direitos e obrigações.

O trabalho é sempre executado para atender uma necessidade, seja na dimensão material, política, imaterial ou social. A supremacia que se confere ao trabalho, no tocante a seu aspecto econômico, propicia uma visão de que é apenas um meio de manter a subsistência e produzir riquezas, como afirma Krawulski (1991). Doutra lado, prossegue o autor argumentando que a necessidade é a mais evidente característica do trabalho, seguindo-se também a questão da organização, da relação que o homem estabelece entre si e a natureza, o instinto inerente relativo a autoconservação e como aspecto psicológico o trabalho é o meio de obtenção da autorrealização, através da dimensão criadora nele envolvida.

Abraham Maslow, psicólogo americano influente no tocante à psicologia humanista do século XX, defendeu que a autorrealização é uma propensão inata do indivíduo. O estado de autorrealização seria “o mais elevado das necessidades humanas e envolve o uso ativo de todas as qualidades e habilidades, além do desenvolvimento e da aplicação plena do potencial individual”. Esse estágio de autorrealização seria alcançado a partir da satisfação de necessidades consideradas “inferiores na hierarquia inata” (SCHULTZ e SCHULTZ, 2013, p. 414).

O referido psicólogo hierarquizou essas necessidades na famosa pirâmide de Maslow, na qual, na base, figuram as necessidades básicas, fisiológicas, seguindo-se em direção ao topo as necessidades de segurança, de pertencimento, estima e, por fim, o alcance da propensão inata, o da autorrealização.

Considerando este objetivo, o da autorrealização, o trabalho, numa perspectiva de atender as necessidades humanas, haveria de suprir além da subsistência, proporcionar uma ambiência de pertencimento, de um relacionamento saudável e a possibilidade de alcance da autorrealização que se configuraria através da

percepção objetiva da realidade, plena aceitação da própria natureza; compromisso e dedicação a algum tipo de trabalho; simplicidade e naturalidade do comportamento; necessidade de autonomia; privacidade e independência; experiências de pico ou místicas intensas; empatia e afeição pela humanidade; resistência ao conformismo, estrutura de caráter democrático, atitude de criatividade; alto grau de interesse social. (SCHULTZ e SCHULTZ, 2013, p. 414/415)

O trabalho, nessa perspectiva, deveria atender a um princípio inato da existência humana que se configura como sua propensão à autorrealização. Neste ponto, quando consideramos as características de uma pessoa considerada por ele autorrealizada, retornamos a Frankl (1945) quando assevera que a existência dotada de sentido é aquela em que o indivíduo compreende que é uma pessoa única e exclusiva, quando compreende o porquê da sua vida, tem possibilidade de suportar quase qualquer coisa, ressaltando igualmente a importância da subjetividade no sentimento de realização do homem.

Também Rogers e Kinget (1975) e Maslow (1978) consideram a autorrealização ou a busca do pleno desenvolvimento como algo inato, como a grande força motivadora da personalidade, sendo que as pessoas que poderiam ser consideradas psicologicamente saudáveis seriam aquelas autorrealizadas.

Essa perspectiva apontada por Rogers e Kinget (1975), Maslow (1978) e Frankl (1945) encontra guarida na relação homem trabalho na atualidade, na qual a busca por um trabalho

mais humanizado, que propicie além da subsistência um meio de desenvolvimento pessoal, passa a ser vista como necessidade. Krawulski (1991) corrobora com esse entendimento quando afirma que o trabalho, majoritariamente, ainda significa um meio de auferir lucros, mas é indispensável que ele se torne um caminho para a conquista do bem-estar e da autorrealização, acrescentando que:

Se o trabalho vem sendo repensado e recebendo novo significado passando a ser pautado por critérios de ordem filosófico-profissional-pessoal, acima daqueles de caráter econômico, tanto na teoria como na prática, sem tardar, ele será modificado em sua forma e conteúdo, pois as pessoas, tanto quanto puderem, opor-se-ão a realiza-lo sem preencher também o requisito da autorrealização. (KRAWULSKI, 1991, p. 98/99)

Portanto, vislumbra-se alterações substanciais no trabalho e sua organização, uma necessidade de alterar sua forma, para que o mesmo volte a ser considerado como algo que gera gratificação e tem significado expressivo na existência, atendendo as necessidades psicológicas inerentes à existência, como a da autorrealização, além do mero provimento da subsistência.

2.2 UMA (NOVA) REVOLUÇÃO NO TRABALHO E NO TRABALHAR

O final do século XX é marcado por uma nova revolução, a tecnológica, que se consolida no século XXI. O surgimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) alteraram não apenas a forma de comunicar, mas a de viver. As cartas enviadas, via correios, às quais se esperava dias, semanas pela entrega e retorno, foram substituídas por mensagens entregues instantaneamente ao destinatário, esperando-se que o retorno também se dê de forma instantânea.

Esse modo de pensar que tudo deve ser feito no exato momento trouxe repercussões severas no ato de trabalhar, na organização e nos sentidos do trabalho. O tempo despendido no trabalho na atualidade, aqui consideradas não apenas as primeiras décadas do século XXI, mas também os dias que correm em que vivenciamos uma pandemia decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2) praticamente deixa de ser mensurado e o trabalho passa a ser executado diuturnamente. O título da tese de doutorado da pesquisadora Daniela Ribeiro de Oliveira (2017) é bem ilustrativo do trabalho em *home office*: *Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em home office*. De acordo com a autora, no sistema *home office*, trabalha-se mais do que se estivesse no escritório porque os tempos de deslocamento, de descanso e para alimentação são usados também para realizar trabalhos.

Hoje, grande parte dos trabalhadores estão nessas condições. Com o uso dos aplicativos de mensagens sem estabelecimento de regras, o trabalhador se vê obrigado a praticamente trabalhar o tempo todo, muitas vezes, alimentando-se com um dispositivo nas mãos respondendo demandas relativas ao trabalho, além de outras vezes, num breve despertar madrugada afora, checar o dispositivo, encontrar nele uma demanda e se despertar para atendê-la.

O *home office* ou trabalho em casa imposto pela pandemia fez acirrar a ausência de separação do tempo entre casa, trabalho, lazer, aliás, o lazer foi relegado. O ambiente doméstico passa a coincidir com o ambiente de trabalho, adaptações são necessárias e não mais se tem nem ambiente de trabalho, nem ambiente doméstico, mas uma convivência (des) harmônica entre ambos.

Essa nova forma de organização do trabalho, a do *home office*, nos remete ao tempo em que o trabalho e a residência eram integrados, entretanto, com uma diferença astronômica, agora, todo o processo envolvendo os métodos e as finalidades do trabalho estão nas mãos do empregador e não mais do trabalhador como outrora estava nas mãos do artesão. O tempo de trabalho que era contado em horas diárias, torna-se contínuo.

O sentido a ele atribuído também passa a figurar para muitos como aquele da subsistência experienciado nos tempos da servidão. Em tempos de incertezas como os atuais a manutenção do emprego ganha relevância. O ócio, outrora almejado, passa a ser visto como um tempo desperdiçado, pois é preciso produzir cada vez mais.

No viés atual, onde o homem se prende a um trabalho, muitas vezes, desvinculado do seu desenvolvimento pessoal, posto que objetiva apenas a subsistência ou obtenção de lucro, a possibilidade de adoecimento é uma realidade presente.

2.3 O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

Diante de tais reflexões acerca dos vários significados atribuídos ao trabalho e de suas variações em relação ao tempo, é possível supor que a forma como o trabalho é considerado traz repercussões no estado de saúde e vir a ser causa de adoecimento do trabalhador.

Sob a ótica da psicodinâmica, o trabalho, um dos meios pelo qual se constrói a identidade do trabalhador no campo social, pode ser fonte de prazer ou de sofrimento psíquico, sendo, a saúde psíquica de um indivíduo determinada, dentre outros fatores, pela vivência de prazer no trabalho e pelo resultado das tentativas bem sucedidas de transformação das situações adversas, presentes no contexto de trabalho, em um modo contínuo de busca do prazer e de

evitação do sofrimento pelo enfrentar das imposições e das pressões do trabalho que causam instabilidade psicológica. O processo de adoecimento, por sua vez, é resultado da presença contínua e intensa de sofrimento psíquico sem êxito de enfrentamento, originado pela não realização de desejos em decorrência do confronto com uma cultura de padronização, de restrição e homogeneização de comportamentos, que inviabiliza os ajustes necessários à expressão da autenticidade do trabalhador. (MENDES, VIEIRA e MORRONE, 2010, p. 151)

Christophe Dejours, em sua clássica obra *A loucura do Trabalho*, desperta para a demora em que a questão do adoecimento mental em decorrência do trabalho passou a fazer parte dos debates. Por um lado, aponta a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise como ciências recentes; doutro lado, aponta o desenvolvimento acelerado das disciplinas consideradas tradicionais ou a falta de campo propício para o desenvolvimento das ciências Psicológicas. Sugere o autor um passeio pela organização do trabalho para compreensão da interlocução entre saúde e trabalho.

O século XIX, com o avanço do capitalismo, é marcado pelo êxodo rural e pelo crescimento das cidades ocasionando uma mão de obra em massa, disposta a uma jornada que, por vezes, chegava a 16 horas por dia, empregando crianças sem qualquer particularidade. O trabalho dessa massa tem um único objetivo, a subsistência e por isso trabalha por salários insuficientes, com residências reduzidas a pardieiros. Essa própria condição é propícia ao surgimento das grandes lutas operárias. As primeiras leis surgem em decorrência das lutas entabuladas nesse século (DEJOURS, 1992).

O silenciamento apresenta uma forte vinculação com a própria questão de sobrevivência. A submissão às mais diversas formas de exploração era a garantia da alimentação e moradias, ainda que precárias. Pensar ou falar em saúde mental seria algo ilusório quando a luta consistia na manutenção da saúde física para continuar a labuta pela sobrevivência.

A partir da primeira guerra mundial, a forma como o trabalho foi organizado traduziu-se prioritariamente no direito de viver. Aparecem aí as reivindicações no tocante ao direito à saúde e à proteção dela no ambiente de trabalho. O foco inicial, prossegue Dejours (1992), está estreitamente ligado à proteção dos corpos: livrar os corpos dos acidentes, prevenir doenças profissionais que possam colocar esses corpos indisponíveis para o trabalho, prevenir que os corpos se intoxiquem com produtos industriais.

A partir da nova organização do trabalho imposta pela adoção do modelo taylorista, no qual o trabalho intelectual é apartado do trabalho manual e a participação criativa do operário

é anulada, como afirma Dejours (1992), abre-se caminho para um novo olhar no que tange a saúde do trabalhador, ainda que incipiente, mas voltada ao âmbito da saúde mental.

O ambiente de trabalho passa a ser foco de observação e análise, não só os corpos, mas também as mentes adoecidas repercutem no trabalho. A relação entre o trabalhador e o trabalho por ele executado perpassa o seu ambiente de trabalho, e o meio ambiente do trabalho recebe um olhar diferenciado e passa a figurar como instituto a ser protegido pela lei maior do Brasil.

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, estabelece que cabe ao Sistema Único de Saúde “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho” (BRASIL, 1988, art. 200, VIII). A proteção do meio ambiente do trabalho é, portanto, alçada a nível Constitucional. Compreender, entretanto, o significado do termo meio ambiente do trabalho e suas nuances não se torna tarefa fácil, uma vez que devem ser considerados os componentes dele integrantes.

O meio ambiente do trabalho refere-se ao “local de realização da atividade laboral, abrangendo as condições de trabalho, a sua organização e as relações intersubjetivas ali presentes” (GARCIA, 2019, p. 21). O conceito abrange tanto elementos materiais quanto imateriais. Deve-se considerar o meio físico, a relação do trabalhador com o espaço onde desempenha seu labor e igualmente deve-se considerar as condições emocionais do trabalho. As relações não se dão entre pessoas apenas, mas entre estas em determinado espaço apropriado em regra para determinada finalidade. E a compreensão desse conjunto de elementos intrínsecos à relação de trabalho compõe o meio ambiente do trabalho e repercute na situação de saúde/adoecimento do trabalhador.

Gemignani e Gemignani (2012), ao argumentarem sobre a precaução e a prevenção como princípios norteadores da nova legislação maior relativa ao meio ambiente do trabalho, apresentam os desafios que ainda se impõem:

Se durante todo o século XX lutamos bravamente para impedir que o trabalho fosse reduzido a situação de mercadoria, no início deste novo século nosso desafiador é maior ainda: impedir que a própria pessoa do trabalhador seja reduzida à condição de mercadoria, num momento em que a descoberta de novas tecnologias e a exigência de intensificação dos ritmos das tarefas tem precarizado o meio ambiente de trabalho, aumentando os acidentes e provocando o surgimento de novas doenças. (GEMIGNANI e GEMIGNANI (2012, p. 260)

Assim, é pertinente considerar a colocação dos autores, especialmente quando o meio ambiente do trabalho é um direito fundamental do trabalhador. Além disso, considerar as

condições do espaço físico, a salubridade do ambiente, as relações interpessoais estabelecidas, abarcando não apenas as questões fisiológicas, mas também psicológicas e sociais.

2.4 DA CORREÇÃO À SOCIOEDUCAÇÃO

No Brasil, a existência das hoje denominadas unidades socioeducativas resulta de um longo percurso histórico relativo ao atendimento dispensado a crianças e adolescentes. Em 1551, surgiram as primeiras casas destinadas ao abrigo de menores e eram casas que ficavam sob a administração dos jesuítas. As crianças ali abrigadas eram indígenas separadas de seus pais com a finalidade apregoada de livrá-los das crueldades que eram a eles impingidas. Posteriormente, no Brasil Império, as tratativas dispensadas a crianças maiores de 7 anos eram as mesmas impostas aos adultos e, em 1889, com a república, a inimputabilidade passou a ser considerada abaixo dos 9 anos (SOARES, 2013). O recolhimento das crianças mantinha suposta vinculação com a proteção.

No século XX, mais precisamente em 1906, prossegue Soares (2013), as casas de recolhimento de menores são criadas e tinham caráter de escola de prevenção voltada aos abandonados ou colônias para regenerar aqueles que entravam em conflito com a lei.

Em 1º de dezembro de 1926, é instituído o Código de Menores que tem como objetivo a assistência e a proteção dos menores (BRASIL, 1926, art. 1º), resguardando àqueles com idade compreendida entre 14 e 18 anos a internação em escola de reforma (art. 46). No ano seguinte, o novo código de menores entra em vigor mantendo-se o objetivo de assistência e proteção aos menores de 18 anos (BRASIL, 1927, art. 1º). O novo código estabelece a inimputabilidade para os menores de 14 anos e critérios especiais para os menores envolvidos em atos infracionais observando-se a faixa etária e separação em decorrência do tipo de crime praticado (BRASIL, 1927, artigos 68 e seguintes). Nota-se com o novo código que o intuito mantém o foco na proteção e correção.

Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) cujo objetivo focado na correção e na repressão é substituído, em 1969, pela Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) tendo como enfoque o assistencialismo. O novo código de menores (BRASIL, 1979) sustenta a ideia do Estado como o responsável pela manutenção do bem-estar da sociedade e mantém a lógica do encarceramento como a melhor forma de combate à criminalidade.

A nova Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) carregam consigo uma mudança marcante no tocante à tratativa de crianças e

adolescentes, tratando-os, pela primeira vez, como seres em formação e que deveriam, em consequência, receber tratamento coincidente com essa condição.

Com a Lei Maior promulgada em outubro de 1988, um novo horizonte se vislumbra no trato de crianças e adolescentes, garantindo-lhes prioridade absoluta à “vida, saúde, alimentação, educação”, dentre outros direitos fundamentais estabelecidos no artigo 226 da referida lei. Desdobramento que se dá ao artigo é a publicação, em 1990, da Lei nº 8.069 que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente. Ao adolescente envolvido em prática de ato infracional de natureza grave, impõe-se a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional (artigo 112, VI). Há uma mudança no sentido atribuído à internação da correção/reforma para a socioeducação, herdeira de um legado de persistentes violações aos direitos das crianças e adolescentes nas anteriores unidades de abrigamento, algumas convertidas em unidades socioeducativas. Ocorre que apenas em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é instituído e passa a regular e normatizar as funções dos servidores nas unidades.

Optamos pelo traçado histórico no intuito de marcar uma temporalidade em que se inicia uma nova forma de pensar a tratativa de crianças e adolescentes envolvidos em situações de conflito - a socioeducação de seres em desenvolvimento - em substituição à correção ou reforma anteriormente preconizada. É importante salientar que toda essa modificação impacta diretamente no desempenho das funções dos servidores e na visão externa que se tem, tanto das instituições quanto na representação dos que nela laboram. É nesse sentido que alterações substanciais ocorreram na forma de perceber a criança e o adolescente, bem como a de abordagem a ser empreendida em caso de envolvimento em ato infracional e repercutem na forma de apropriação do espaço destinado ao acautelamento.

Essas alterações ocorridas refletem na organização e nos sentidos atribuídos ao trabalho pelos servidores. O sentido do trabalho também perpassa, além das questões normativas, o olhar do servidor para a atividade que desempenha, a finalidade dela, a forma como percebe o acautelado e as vivências dentro da unidade socioeducativa.

As vivências de cada servidor são alimentadas pelo seu sistema de crenças, pelas informações introjetadas ao longo de sua existência que vão refletir nos comportamentos expressos no ambiente de trabalho e em sua situação de saúde ou adoecimento.

Soares (2013) desenvolveu uma pesquisa sobre trabalho e estresse em um estudo com 291 agentes socioeducativos em três centros de internação localizados no Distrito Federal. Das falas de alguns agentes podemos abstrair o sentido do trabalho ou o trabalho sem sentido. Um agente diz que um dos aspectos negativos de trabalhar no socioeducativo é ter que lidar com

adolescentes, ser xingado rotineiramente e o adolescente ser amparado, não ser disciplinado corretamente apesar dos relatórios. Um outro agente afirma que “as técnicas são as santas e os agentes os crápulas do sistema” (p. 59). Ainda a título de ilustração, mencionamos outra fala de um agente no sentido de que ECA e SINASE “é coisa prá inglês ver, ninguém cumpre aquilo, só cumpre no que convém” (p. 66).

Também, Sales Júnior (2013) realizou entrevistas com 6 servidores de unidades de internação e internação provisória do Estado de Minas Gerais. Um dos servidores afirma que os adolescentes ficam presos e diz que “quem fica atrás das grades pra mim é vagabundo” (p. 96). Ainda outro servidor diz que um agente entra no sistema “simbolicamente armado para vigiar, não para socioeducar” (p. 66).

Neste esforço de abstração, temos que o trabalho executado por esses servidores é, muitas vezes, desprovido de sentido se considerarmos o trabalho como meio de desenvolvimento, de realização, posto que não vê nele o alcance da finalidade a que se destina, a socioeducação, e ainda se percebe a frustração da não consecução da correção, da punição, o viés que acompanhou a forma de tratamento dos menores envolvidos em atos infracionais ao longo do percurso histórico conforme já salientamos.

Talvez um argumento a contrapor seria o fato de que a regulamentação das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes envolvidos em atos infracionais através da instituição do SINASE estivesse muito recente uma vez que a lei foi sancionada em 2012 (BRASIL, 2012). Então, estar-se-ia, naquele momento, ainda no campo das ideias e discussões essa mudança de modelo assistencial e corretivo para um que levasse em consideração o adolescente como um ser em desenvolvimento e, como toda mudança, gera inquietação e enfrentamento. Outrossim, é importante registrar que a lei mencionada apenas regulamenta medidas já previstas (BRASIL, 1988 e 1990).

Nos trabalhos de Vaillant (2017) e Andrade (2017) publicados 4 anos após os trabalhos de Sales Júnior (2013) e Soares (2013) igualmente percebemos o mesmo entendimento de um trabalho sem sentido e, portanto, distanciado da autorrealização, do desenvolvimento pessoal e conseqüentemente do bem-estar. Em Vaillant (2017), vamos encontrar um servidor que buscou o concurso pelo número de vagas, servidor que nem sabia o que era o sistema antes de nele ingressar, outro que deduziu pelo nome socioeducativo tratar-se de uma escola. Também percebe-se uma narrativa próxima àquelas mencionados em 2013, pelos autores retro mencionados no sentido de que a formação para entrar no sistema é uma enganação porque é totalmente diferente do que é realizado verdadeiramente dentro da unidade, ou servidor que mesmo tendo noção do que seria uma unidade socioeducativa chorou ao adentrar e ainda

servidor que afirma que “a pessoa deveria saber que aqui é... é um presídio” (p. 73). Assevera Vaillant que os servidores que participaram do estudo por ele empreendido, no caso, não ingressaram no trabalho por aptidão ou em busca da realização de seus sonhos.

Em Andrade (2017), também encontramos falas que distanciam o trabalho do sentido a ele atribuído, tornando-o um trabalho sem sentido. Um servidor aponta que não consegue vislumbrar a estrutura do socioeducativo como capaz de reintegrar. Outro servidor diz que “na internação você é carcereiro e ninguém quer saber a sua opinião, então é fazer o que você é pago para fazer e ponto, acabou. O que não consigo entender é porque tanta proteção para vagabundo, isso não entra na minha cabeça” (p. 110). Um outro servidor disse lembrar-se da diretora, no dia em que iniciou seu trabalho no sistema, dizendo que havia pessoas pensando que seriam policiais, mas que não seriam.

Essas narrativas também podem situar-se como preditoras de adoecimento para aqueles que os preferiram ou que acompanhem esse mesmo entendimento. O sistema deles cobrará a execução de um trabalho para o qual foi contratado e isso é passível de gerar sofrimento quando é executado sem acreditar ou, pior, acreditando que o objetivo almejado não é passível de ser alcançado. Não é possível perceber satisfação na execução de um trabalho desacreditado por aquele que executa e a insatisfação pode levar ao adoecimento.

Como toda mudança, após o chacoalhar próprio dos primeiros instantes, das insurgências, da não aceitação, com o tempo e um trabalho de vivências e conscientizações, vem a calma como após as tempestades. Em Andrade (2017), na fala de dois dos participantes, esse processo se vê claro: o primeiro “a ponto de chegar e falar: estou com o público certo, fazendo a coisa certa, apesar de ter dias de estar lá e falar o único lugar que eu não queria estar era esse” (p. 103) e o segundo:

Com o tempo você vai aprendendo que aquele feio que se vê com os olhos, tem algo de belo ali, por mais feio que se mostre. Além dessas grades, além do ato infracional tem gente aqui dentro, tem gente que pode melhorar porque a gente melhora toda hora, então, tem gente lá que pode melhorar e esse é o nosso trabalho. Então, não fique olhando só as grades, olhe também as pessoas – as que estão do lado de lá e as que estão do lado de cá da grade (p. 103).

A passagem da correção para a socioeducação perpassa essa alteração de olhar do servidor, quando o suor do rosto, além de garantidor da sobrevivência, coincidir com uma atividade que auxilie no desenvolvimento pessoal, na sua autorrealização e em algo que tem sentido em si mesmo. O caminho está aberto para que as normativas relativas à socioeducação possam ser vivenciadas em um ambiente socioeducativo favorecendo um meio ambiente do trabalho saudável.

3. O TRABALHO NO ACAUTELAMENTO E SUAS CONFIGURAÇÕES NO TERRITÓRIO SOCIOEDUCATIVO

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama sobre o conceito, a organização e os sentidos atribuídos ao trabalho ao longo da história e as alterações ocorridas no trabalho de servidores nas tratativas com adolescentes envolvidos em atos infracionais. No presente capítulo, discutiremos o espaço geográfico constituído a partir da apropriação do espaço destinado ao acautelamento.

Faremos uma incursão pela revisão sistemática empreendida quando da elaboração do projeto de pesquisa e nos valeremos de dados e extratos de falas de sujeitos participantes de pesquisas no universo pesquisado que coadunam com nosso objeto de estudo.

Com a finalidade de analisar a produção científica dos últimos dez anos envolvendo o trabalho em ambiente de acautelamento e a saúde dos servidores, realizamos uma revisão sistemática de literatura utilizando o *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes), o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes*. Essa busca foi realizada no mês de outubro de 2019.

No indexador dos periódicos da Capes, foi efetuada “busca avançada” limitada aos “últimos dez anos”. Empregando os descritores “acautelamento, sistema socioeducativo e trabalhador”, 2 (dois) artigos apareceram, já para os descritores “acautelamento, sistema socioeducativo e agente”, 1(um) artigo aparece indexado. Após leitura dos resumos, os dois primeiros foram descartados por não se enquadrarem na temática estudada e o último selecionado para análise subsidiária por se tratar da saúde mental do jovem acautelado. Para o descritor “acautelamento”, 27 (vinte e sete) trabalhos apareceram indexados. Observados os títulos, os que apresentaram vinculação com o sistema socioeducativo tiveram os resumos lidos. Nenhum dos trabalhos apresenta vinculação com a temática pesquisada, apenas um trata de saúde mental do adolescente em conflito com a lei, já selecionado anteriormente para análise subsidiária. Quando utilizados “acautelamento e saúde mental”, dois artigos apareceram que já estavam incluídos no descritor “acautelamento”.

A pesquisa com as palavras “trabalho em ambiente fechado e saúde mental” não apontou resultados. Utilizados os termos “socioeducativo, agente e saúde mental”, 5 (cinco) trabalhos foram registrados. Destes, 3 (três) foram descartados por não apresentarem vinculação com o tema; 1 (um) encontra-se dentro da temática proposta abordando o estresse em trabalhadores

de uma unidade socioeducativa e 1(um) pode ser utilizado subsidiariamente por abordar direitos de adolescentes em unidade socioeducativa.

Buscando a produção acadêmica para o tema “socioeducativo”, 77 (setenta e sete) trabalhos apareceram indexados. Nenhum atendia aos critérios estabelecidos para a pesquisa. 8 (oito) podem ser utilizados subsidiariamente, os demais, foram descartados por inadequação ao escopo da pesquisa. Para os descritores “saúde, agente socioeducativo, adoecimento e território”, nenhum trabalho encontrado. Utilizados “saúde e agente socioeducativo”, dois trabalhos aparecem e são descartados, um por não ter vinculação com a temática pesquisada e o outro por ter sido objeto de análise no indexador Scielo.

No *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), verificando o que foi academicamente produzido com os temas “acautelamento, sistema socioeducativo e trabalhador”, “acautelamento, sistema socioeducativo e agente”, “acautelamento”, “acautelamento e saúde mental”, “trabalho em ambiente fechado e saúde mental”, “socioeducativo, agente e saúde mental”, “saúde, agente socioeducativo” e “saúde, agente socioeducativo, adoecimento e território” não foram encontrados trabalhos indexados.

Quando pesquisado apenas “sistema socioeducativo”, um trabalho apareceu indexado, porém, após leitura do título e resumo o trabalho, foi descartado em virtude da não vinculação com o tema em estudo. Pesquisado o tema “socioeducativo”, 72 (setenta e dois) resultados apareceram e os resumos foram lidos. Após a leitura, 3 (três) foram selecionados, por apresentarem temática compatível com o objeto de pesquisa, 9 (nove) não trabalham dentro da perspectiva da pesquisa de forma direta, mas podem ser usados subsidiariamente e 60 (sessenta) foram descartados por não apresentarem vinculação com o tema. Quando foi usado o descritor “agente socioeducativo”, um único artigo foi apresentado e este encontra-se dentro do escopo da pesquisa.

Pesquisado o tema “agente socioeducativo” no catálogo de teses e dissertações da Capes, 10 (dez) resultados de dissertações foram encontrados, sendo 8 (oito) dissertações de mestrado e 2 (duas) de mestrado profissional. Lidos os extratos das dissertações, 7 (sete) foram descartadas por não tratarem de temática dentro do escopo da pesquisa empreendida e 3 (três) selecionadas: uma aborda a vivência dentro do ambiente institucional e em que medida isto afeta suas vidas, outra aborda situações vivenciadas por agentes socioeducativos geradoras de prazer, sofrimento, adoecimento e saúde e a terceira aborda especificamente o estresse vivenciado pelo agente socioeducativo.

A partir de dissertações produzidas anteriormente e que foram objeto da revisão, inclusive dissertações produzidas no Mestrado Gestão Integrada do Território (GIT) da

Univale, faremos a discussão do presente capítulo envolvendo a apropriação do espaço destinado ao acautelamento pelos sujeitos dele integrante, servidores e acautelados utilizando extratos de falas de sujeitos de algumas pesquisas realizadas por Júnior (2013), Soares (2013), Vaillant (2017), Andrade (2017), considerando o diálogo estreito com nosso objeto de estudo

No tópico seguinte, abordaremos a apropriação do espaço do acautelamento pelos servidores e pelos acautelados e as particularidades dessas apropriações.

3.1. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DO ACAUTELAMENTO PELOS ATORES ACAUTELADOS E SERVIDORES

O trabalho dos servidores da unidade socioeducativa decorre da existência da medida socioeducativa de privação de liberdade, ou seja, a apropriação se dá, de início, em virtude da necessidade de atendimento a uma questão legal. Assim, analisar uma possível relação entre a situação de saúde/adoecimento do servidor da unidade socioeducativa implica na necessidade de compreender a razão de existência da unidade socioeducativa, que é o adolescente em conflito com a lei.

Ao adolescente envolvido em ato infracional, estabeleceu a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 112, aplicação de medidas de “advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional” ou ainda, “encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade, orientação, apoio e acompanhamento temporários”, “matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental”, “inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção”, “apoio e promoção da família, da criança e do adolescente”, “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial” e “inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”, previstas nos incisos I a VI do artigo 102 do mesmo diploma legal (BRASIL, 2012).

De todas as medidas previstas, a internação em estabelecimento socioeducativo é a medida mais severa abrigando em seu seio a ideia de correção e ressocialização do jovem envolvido na prática do ato infracional. Para o cumprimento da medida, o adolescente é afastado do convívio social e familiar o que, de acordo com Costa e Silva (2017), impacta diretamente na condição de saúde, entendida como compreendendo dimensões físicas, mentais e sociais consoante a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) tipifica em seus artigos as condutas que considera crime e aponta as consequências. Restringir a liberdade de ir e vir consiste numa das formas de punir os homens. O Estatuto da Criança e do Adolescente, igualmente, impõe a pena privativa de liberdade ao adolescente que comete ato infracional de maior gravidade. O acautelamento, contudo, diferentemente da finalidade da pena tipificada no Código Penal é considerado como medida socioeducativa que almeja dupla finalidade: a de responsabilizar e a de criar condições para que o adolescente retorne ao convívio social e nele aja em conformidade com os preceitos de convivência social harmônica.

As unidades socioeducativas, para cumprimento das finalidades a que se destinam, mantêm em seus quadros: Diretor Geral, responsável pela gestão da unidade, subordinado à Superintendência de Gestão das Medidas de Privação de Liberdade (SGPL); Diretor de Atendimento que tem a função de assegurar a execução qualificada do atendimento ao adolescente; Diretor de Segurança cuja função é assegurar o trabalho qualificado da equipe de segurança da unidade; Equipe de Atendimento Técnico composta de: Assistente Técnico Jurídico, Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Terapeuta Ocupacional; Equipe de Saúde: Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem, Dentista, Auxiliar em Saúde Bucal, Médico; Equipe das Oficinas: Auxiliares/Assistentes Educacionais; Equipe de Segurança Socioeducativa: Agente de Segurança Socioeducativo, Supervisor de Segurança Socioeducativa, Coordenador de Segurança Socioeducativa, Subcoordenador de Segurança Socioeducativa; Equipe Administrativa e Serviços Gerais: Administrativo, Auxiliar de serviços gerais.

Todos os cargos e respectivas funções são previstas no Regimento único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais editado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo e Superintendência de Atendimento ao Adolescente do Governo de Minas Gerais (SEJUSPE; SUASE, 2017). Assim, a apropriação é feita a partir de critérios normativos próprios.

Para o ingresso como servidor de unidade socioeducativa, o candidato deve ter idade mínima de 18 anos, Ensino Médio completo ou Superior, dependendo da especificidade do cargo e submeter-se a concurso público. Para o agente de segurança socioeducativo, um breve treinamento é realizado antes de assumir as funções.

Considerando a forma de organização do trabalho, as vivências dentro de uma unidade socioeducativa são peculiares. Todo o trabalho ali desenvolvido tem como embasamento dispositivos legais (BRASIL, 1988; 1990; 2012) que norteiam os critérios para preenchimento dos cargos às funções que devem ser exercidas, bem como os objetivos que devem ser alcançados com aquele mister. Neste sentido, aquele espaço destinado ao acautelamento é

apropriado a partir de regramento específico, o que o torna eivado de especificidades que impactam na forma como a atividade será desenvolvida e na própria subjetividade do servidor.

Ao ser encaminhado para o ambiente de cumprimento de medida socioeducativa, o adolescente se depara com desafios, seja o de estar privado do convívio familiar e social, o da liberdade de ir e vir, a liberdade de escolher do que se alimentar, a ser acompanhado diuturnamente por servidores designados pelo Estado. Por outro lado, os servidores destinados a acompanhar diuturnamente os jovens em cumprimento de medida, igualmente, vivenciam toda a rotina do acautelamento. E essa rotina mostrou-se como vinculada a situação de adoecimento para os adolescentes acautelados na unidade objeto de pesquisa consoante estudos empreendidos por Moreira (2019).

Dadas as especificidades da apropriação do espaço do acautelamento por servidores e acautelados, vislumbramos a necessidade de um olhar múltiplo para análise e compreensão. Entendemos que a abordagem territorial é uma alternativa não apenas possível, quanto desejável, uma vez que não se limita a um olhar linear, mas à compreensão dos fenômenos decorrentes da relação homem natureza atentando-se para as múltiplas escalas de configuração dessas relações, ainda que consciente da impossibilidade de apreensão de qualquer fenômeno em sua integralidade.

Schweickardt *et al.* (2019), no artigo *Territórios, águas, gentes e modos de fazer saúde num território em permanente movimento*, discorrendo sobre o movimento das águas na Amazônia, que desloca áreas de terras de um lugar para outro num movimento e faz com que surjam novas áreas e tornem vazias outras, convidam a pensar sobre o fazer saúde considerando que são as pessoas que dão sentido a esses movimentos e os particularizam, sendo importante pensar que uma política geral precisa levar em consideração as nuances dos diversos grupos para que se fale efetivamente em acesso a direitos. Acrescem os autores, considerando as especificidades do lugar que:

Promover ações de saúde específicas e/ou um modo diferenciado de organizar o sistema ‘nas amazônias’ não se trata de uma intervenção residual, mas sim em um modelo adequado para esse espaço. Desse modo, a intervenção não é somente para corrigir as negligências passadas e incorreções presentes, mas também por acolher a diversidade de conhecimentos, práticas e de territorialidades aí presentes. Esse entendimento deixa emergir toda a potência do lugar. (SCHWEICKARDT, 2019, p. 10)

De igual modo, pensar as especificidades das questões que envolvem a saúde do servidor que atua em unidade destinada ao acautelamento, requer acolher os diferentes modos de apropriação do território bem como as múltiplas territorialidades que são construídas na relação

do servidor consigo mesmo, com os pares, com os adolescentes, com os gestores, com as normativas e os regramentos (ou ausência deles) do sistema dentre outros. É desse movimento complexo e amplo que parte nossa preocupação investigativa.

Assim, depreende-se que o trabalho do servidor se articula de forma direta e integrada à experiência do jovem acautelado. As experiências vividas por adolescentes e servidores em ambiente de acautelamento são tuteladas por normas legais (BRASIL, 1988; 1990; 2012) e estas orientam a forma como as relações se dão, possibilitando um ambiente de trabalho com maior ou menor tensão. E é nesse sentido que julgamos conveniente abordar as alterações ocorridas na legislação no tocante ao trato com a criança e o adolescente em conflito com a lei.

A mudança de concepção sobre as tratativas de crianças e adolescentes em conflito com a lei encontra guarida e se consolida legalmente na Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...) § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:(...) V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade. (BRASIL, 1988, art. 225, § 3º, inciso V)

No intuito de regulamentar os direitos da criança, do adolescente e do jovem estabelecidos na Constituição Federal, em 1990, é publicada a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 112 e os seguintes da aludida lei referem-se às medidas socioeducativas aplicadas quando verificada a prática de ato infracional. Dentre essas, a mais severa é a internação em estabelecimento educacional que é medida privativa de liberdade e deve observar os princípios da “brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, art. 121).

Apesar das prescrições do ECA, apenas em 2012, a Lei nº 12.594 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Decorre da regulamentação desse sistema, que os trabalhadores das unidades destinadas ao atendimento socioeducativo passam a ter ligação não só com a segurança, mas também com a perspectiva de atividades que sejam, também, socioeducativas.

Desse modo, as mudanças na legislação apontadas especialmente pela promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,

1990), e pela instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (BRASIL, 2012), o adolescente passa a ser visto como um ser em desenvolvimento, detentor de condições especiais de atendimento no sistema e do direito a ser submetido a medidas socioeducativas como formas de responsabilização pelo envolvimento em atos infracionais. No entanto, não se percebe no campo legal nenhuma alteração que alcançasse as pessoas que estariam diretamente envolvidas na aplicação dessas medidas que são gigantescas tanto do ponto de vista epistemológico em que o conceito de pena é incorporado pelo conceito de responsabilização e o conceito de prisão passa a ser aplicado como medida cautelar e socioeducativa; quanto do ponto de vista prático, em que o jovem passa ser responsabilizado e socioeducado ao invés de ser, por exemplo, somente privado de liberdade.

Esse distanciamento entre o que está legalmente definido para o trato com o adolescente em conflito com a lei e a ausência de preparo de servidores para o mister está presente em narrativas de servidores em pesquisas fruto da revisão empreendida.

Júnior (2013) aponta que os agentes de segurança socioeducativos que participaram das entrevistas feitas no desenvolvimento de sua pesquisa desconheciam o trabalho que desempenhariam quando do ingresso na profissão. Aponta, ainda, uma concepção antecipada que associa o sistema socioeducativo com o sistema prisional, reforçando o estereótipo firmado no senso comum de que o agente socioeducativo é agente penitenciário.

Um dos entrevistados pelo autor menciona que “...eu não conhecia o que que é o socioeducativo (...) E quando me deparei que era para cuidar de presos... adolescentes infratores, eu falei, puta merda, o que eu to fazendo aqui?” (p. 54). Outro agente entrevistado fala que “porque quando eu vim a saber do socioeducativo, eu fiquei sabendo dele na prática, porque antes eu só tinha referência na FEBEM nem sabia que existia esse socioeducativo” (p. 55) e outro diz “na época em que eu entrei tudo era agente penitenciário não era socioeducativo não, era agente penitenciário” (p. 57).

Os depoimentos se dão no sentido de desconhecimento da função. Situação semelhante é encontrada no estudo realizado por Barsaglini e Vaillant (2018, p. 1151), no qual um servidor entrevistado afirma: “eu já sabia mais ou menos como seria, mas teve muita gente que não sabia, até chorou, quando viu o lugar, né? (...) com o tempo você acaba acostumando né?”.

Noutro fragmento do estudo de Júnior (2013, p. 96), um agente de segurança socioeducativo menciona um juiz da vara da infância e da Juventude que ele admira porque segundo ele o juiz “não dá mole, não dá, não dá. Se o adolescente tiver, ele mesmo fala: ‘pena que é só 03 anos, tinha que ser mais’, porque ele nunca deu menos de 03 anos, nunca deu”. Este mesmo agente prossegue na entrevista dizendo que se o adolescente cometeu ato infracional

“seja qualquer crime, matou, ele tem que ficar preso! Agora tem várias regalias dentro da... regras a ser cumprida dentro de uma cadeia... porque falar que é socioeducativo não é não, isso eu vou te falar que não é não”. E esclarece sua afirmação: “porque lá eles ficam atrás das grades, para mim quem fica atrás das grades pra mim é vagabundo, então eles cometeram... tiraram vidas, estupraram, tiraram vidas de... de outras pessoas, pai de famílias até, assaltaram...” (p. 96).

A forma como percebem ou imaginam o lugar onde trabalham ou trabalharão extrapola os limites do espaço geográfico ocupado ou espaço a ser ocupado. Neste sentido:

Muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há ‘espaços’ ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. (HAESBAERT, 1997, p. 24)

Di Méo (2004) aponta a imprescindibilidade da relação entre agentes e atores num espaço geográfico em transformação constante como inerente à construção da identidade. Esta representação de si mesmo é resultado de intra e inter-relações pessoais e com o meio. Daí resulta que a pré concepção do ambiente de inserção, no caso o espaço do acautelamento, ou a impressão primeira dele e a visão que se atribui aos jovens em conflito carregam elementos identitários constitutivos e propiciam a expressão de territorialidades peculiares numa relação processual dialética que configura, desconfigura e reconfigura o território, levando algumas vezes a um movimento adoecedor.

Desta feita, a análise da apropriação do espaço destinado ao acautelamento por seus servidores, individual e coletivamente e pelos acautelados resultam na configuração de um território peculiar, ou múltiplos territórios onde múltiplas territorialidades são vivenciadas de forma oscilante.

No próximo tópico, abordaremos a apropriação do espaço destinado ao acautelamento configurando território ou territórios distintos uma vez que ali estão presentes o Estado através da lei que regula a existência da unidade socioeducativa e as relações multiescalares entre servidores, servidores e gestão, servidores e acautelados e entre os próprios acautelados.

3.2. A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ACAUTELAMENTO

Num processo histórico, um território se configura onde as relações se dão em múltiplas dimensões e tessituras em que relações de poder abarcam os modos de comunicação, as redes

de circulação, o homem e a sua natureza exterior, as identidades culturais, as desigualdades e as diferenças (SAQUET, 2013). Há duas acepções que a ele são inerentes, a material e a simbólica: a primeira ligada a dominação e a segunda tem a ver com a identificação da qual decorre a legítima apropriação (HAESBAERT, 2007).

Quando transcritos textos de trabalhadores de uma unidade de acautelamento que o percebiam como lugar inóspito ou como um lugar de intervenção estatal em desfavor do adolescente em conflito com a lei, temos uma visão material do território no sentido do poder explícito, de dominação, de terror.

Haesbaert (2003) propõe a definição de território levando em consideração três vertentes básicas: jurídico-política, cultural e econômica. Na acepção jurídico-política, tem-se o território como espaço onde se exerce poder, como o poder Estatal. A acepção cultural privilegia a subjetividade, ou seja, o território como fruto da apropriação simbólica. E, finalmente, a dimensão econômica que diz respeito as relações que se efetivam entre as classes sociais e entre o trabalho e o capital.

Quando falamos do espaço destinado ao acautelamento, temos presente a dimensão jurídico política do território, pois é ali que se desenrolam atos e fatos em virtude da existência de normas estatais que regulamentam aquele espaço geográfico e as atividades laborais, neste, desenvolvidas. Também se faz presente a dimensão cultural do território em decorrência da apropriação do espaço de forma peculiar pelos profissionais que desempenham seu mister no espaço destinando ao acautelamento. E pelos jovens que não se apresentam como peças num tabuleiro de xadrez, mas como sujeitos que têm uma história, que têm desejos, temores e que se relacionam com o mundo de forma particularizada. A dimensão econômica vincula-se diretamente aos custos para manutenção do sistema e ao processo de trabalho uma vez que o sustento dos servidores advém da contrapartida ao trabalho que desempenham.

Esses territórios que se configuram no âmbito do acautelamento são mutáveis, configuram-se e reconfiguram-se no tempo e no espaço. A legislação se altera, a dinâmica interna também, pois os agentes trabalham 24 horas e folgam por 72, ou seja, trabalham um dia e ficam três dias sem comparecer ao trabalho o que faz com que as equipes se alternem no atendimento aos jovens e que, às vezes, nem se encontrem. Outro fator que torna o território do acautelamento bastante mutante é o tempo de permanência dos jovens no cumprimento da medida que pode ter duração máxima de até 3 anos. (art. 121, § 4º, do ECA).

Há uma construção do território que produz identidade e, no nosso entendimento, uma construção da identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais. A própria

territorialidade é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre sujeitos e com sua natureza exterior (...). Há uma relação íntima entre território e identidade, como há uma reciprocidade entre apropriação e produção territorial. São processos simultâneos, complementares, enfim, movimento. (SAQUET, 2005, p. 13872)

Essa construção identitária no tempo e no espaço dá o tom às territorialidades vivenciadas fruto do acautelamento. A acepção jurídico-política do território, ao se configurar ou se reconfigurar, produz efeito (s) na dimensão cultural e da apropriação efetiva. Percebemos que a mudança introduzida pela legislação (BRASIL, 1988, 1990, 2012) propicia um novo olhar e suscita a necessidade de adequações no trato com o adolescente. Dessa forma, a pesquisa empreendida por Júnior (2013) com agentes de segurança socioeducativos que trabalham em centros de internação do Estado de Minas Gerais, objetivando verificar a percepção sobre os adolescentes, a visão sobre o trabalho que desempenham e como são afetados pelo trabalho, noticia essa alteração na configuração das vivências no acautelamento:

Porque antes, tá mudando o seguinte: hoje aqueles... aqueles que só tratavam no tapa: ‘vão bater, vão bater, vão bater, vão pegar, vão pegar, vão bater’... Então tem aqueles ainda que são, que tão calejados com esse sistema, mas tá mudando, eles vão sendo... tem curso, tem palestra, se você quiser ficar no sistema você tem que acompanhar a mudança, tem que acompanhar as mudanças, se você não acompanhar a gente realmente é excluído. Então, o parceiro dança conforme a música, então nós temos que dançar conforme a música, se tem um... se acontecer lá uma mudança... pra gente, a gente tem que acatar a mudança, tem que seguir essa mudança, porque se nós não mudarmos a gente realmente perece e o sistema realmente quase sempre tá mudando e a gente tem que ir junto, tem que acompanhar e se a gente não acompanhar a gente realmente sai for. E muitos já saíram fora também porque as vezes não quiseram mudar. Então isso é bom mas as mudanças a gente tem que perceber se é mudanças boas ou mudanças ruins, mas eu creio que, graças a Deus, foram mudanças boas. As pessoas tem que aceitar as mudanças... aqueles que gostam de bater, eles não aceitam, acham que tem que ser tratado para bater mesmo, pra pancada [...]. (JÚNIOR, 2013, p. 60)

Considerando essas idiossincrasias, o território, em seus aspectos material e simbólico, se coloca como abordagem importante para compreender a relação entre trabalho, acautelamento e saúde. E nesse contexto é possível tomar o acautelamento como território e investigar a correlação da tríade: servidor, acautelamento e saúde.

Nos ancoramos em Rogério Haesbaert e Marco Aurélio Saquet para discutir acerca do território que estamos denominando de território do acautelamento. Neste, a medida socioeducativa privativa de liberdade é uma das políticas públicas endereçada ao jovem em situação de conflito em a lei. Para cumprimento dessa medida, o adolescente permanece em ambiente fechado, convivendo com pessoas que em regra não faziam parte do seu ciclo anterior

e acompanhado por servidores encarregados da aplicação da medida socioeducativa. Tal medida tem o papel de “responsabilização”, “integração social”, “garantia de direitos individuais e sociais”, “desaprovação da conduta infracional” (BRASIL, 2012, art. 1º, § 2º), tornando esse território normado, envolvendo, portanto, dimensões jurídico-política e econômica.

O fato do território do acautelamento configurar-se como um território normado implica em que a atuação dos servidores é regida por regras que estabelecem a forma como o trabalho deve ser desenvolvido, designam a finalidade do mister de cada servidor, os protocolos de atuação no trato com o jovem acautelado, logo, não é uma profissão de livre exercício. Partindo dessa premissa, lembramos Silva (2017) quando afirma que a apropriação de um espaço, com uma finalidade específica expressa territorialidades. No presente caso, territorialidades vivenciadas em decorrência do acautelamento pelos atores nele envolvidos.

Da apropriação decorrente do viés político e normativo à apropriação subjetiva efetivada pelos atores que estabelecem a relação e o espaço apropriado, novas territorialidades se configuram e repercutem na história de vida dos sujeitos envolvidos. E a forma como essas territorialidades são expressas pode ser percebida na situação de saúde e adoecimento dos servidores.

Para ilustrar a repercussão das territorialidades expressas no acautelamento da situação de saúde/adoecimento, dados provenientes do projeto *Juventude, Acautelamento e Saúde*² retratam que entre os jovens que participaram da pesquisa é elevado o número daqueles que apresentam sintomas característicos de transtornos mentais comuns relacionados à hipótese subclínica de estresse, ansiedade e depressão. A pesquisa apontou que entre os jovens 81,3% disseram sentir-se “nervoso, tenso ou preocupado”, 88,3% afirmaram “assustar-se com facilidade” e 79% disseram sentir-se “triste ultimamente” (MOREIRA, 2019, p. 87). Os sintomas apresentados sinalizam para possíveis transtornos como depressão, ansiedade e estresse.

Assim como os jovens, os servidores também vivenciam a rotina do acautelamento. O trabalho do servidor da unidade socioeducativa é desenvolvido em ambiente fechado, com acesso restrito o que acarreta influências à sua vida social e igualmente constitui o ambiente institucional (VAILLANT, 2017). O ambiente físico do acautelamento é marcado pela presença de muros altos, grades, portões fechados e cadeados, agentes promovendo a segurança, além de ser um ambiente permeado por tensões, situações semelhantes às penitenciárias. Do mesmo modo, Moraes (2005) afirma que no trabalho de um agente penitenciário, dadas as condições

² Projeto desenvolvido no Mestrado Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce por pesquisadores dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Odontologia e Direito.

peculiares de desempenho da atividade, a sensação de estar preso ou a prisionização pode estar presente, como também pode ocorrer a familiarização com a violência. As representações que o indivíduo faz do espaço em que desenvolve sua atividade carregam significado à sua existência e à sua manifestação nela.

A sensação de estar preso também aparece no estudo de Júnior (2013, p. 92) em entrevista com agentes socioeducativos de unidades de internação de Minas Gerais: “eu falo sempre com os meninos que se a gente parar pra pensar, na realidade, quem fica preso somos nós agentes, porque um dia eles vão embora, e a gente fica. A diferença é que a gente tá em outro regime, semiaberto”.

A ocupação do espaço destinado ao acautelamento, a partir das suas peculiaridades, traz como resultado territorialidades próprias. As relações que se estabelecem no local de trabalho propiciam o surgimento de algo novo, com características próprias (CORCUFF, 2001), reverberando na constituição da identidade do sujeito e, em consequência, em sua situação de saúde ou adoecimento, posto que a identidade “reflete o estatuto pessoal do sujeito” e permite “estabelecer espaços coletivamente nomeados, apropriados, significados e vivenciados; espaço que chamamos correntemente de lugares ou territórios” (DI MÉO, 2004, p. 339).

Desse modo, a identidade e a expressão da territorialidade, ou das múltiplas territorialidades, está intimamente ligada a forma como o espaço do acautelamento é sentido e vivenciado. Dentre os trabalhos revisados, selecionamos fragmentos de falas de agentes socioeducativos constantes das dissertações de Andrade (2017, p. 61) que analisou “significações coletivas e pessoais de agentes socioeducativos relacionadas ao próprio contexto de atuação laboral” no Distrito Federal; de Vaillant (2017) que empreendeu pesquisa numa unidade socioeducativa de Cuiabá, objetivando compreender a relação dos agentes socioeducativos com o espaço e os significados da atuação; e de SOARES (2013) cuja pesquisa, também em unidade socioeducativa do Distrito Federal, objetivou identificar a presença de estresse entre agentes socioeducativos.

Dos fragmentos abaixo transcritos, percebemos a concepção que alguns têm do seu território de trabalho, no caso, o do acautelamento:

“o que sei é que o sistema acabou comigo, me massacrou, sou totalmente outro de quando entrei”; “o fato é que todo trabalho afeta, mas esse afeta de forma diferente”; “é muito difícil você passar por situações de porrada múltipla e continuar sendo a mesma pessoa não volta a ser o que era de jeito nenhum” (ANDRADE, 2017, p. 100 a 102)

“...além de um local de trabalho, é primeiramente o lugar destinado aos adolescentes que infringiram as leis socialmente estabelecidas”; “eu não vejo

a gente como agente socioeducativo, para mim a gente é um agente de segurança”; “na realidade já saia do portão prá fora, e aí olhando pro céu falava meu Deus, obrigada por mais um dia que eu tô saindo viva” (VAILLANT, 2017, p. 70, 79 e 83)

“você tem o risco iminente de ser pego de refém” (SOARES, 2013, p. 58)

Neste passo, pensar que a organização do trabalho no território do acautelamento traz particularidades que impactam diretamente na identidade e podem alterar o sentido atribuído ao trabalho, distanciando o sentido normado, o da socioeducação daquele percebido pelo sujeito, essas novas territorialidades vividas mantêm relação direta com a situação de saúde, objeto de análise no próximo capítulo.

Além disso, é importante salientar que a forma como o território é apropriado e as nuances que envolvem a sua configuração repercutem nas relações, nas identidades, nas territorialidades, pois:

Na relação entre soberania e território, há pessoas e atividades. Por isso o conceito de território não pode ser classificado como físico ou fenômeno inanimado, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, uma expressão geográfica da dominação social em uma certa área. (SAQUET, 2010, p. 68)

Cada indivíduo carrega consigo uma identidade que lhe é própria e interage com outras identidades e o espaço geográfico do acautelamento expressa uma identidade, configurada a partir da normativa, que se comunica às identidades dos atores que ali significam sua existência. O trabalho desenvolvido é regido por normas que regulam desde a entrada ao local de trabalho até a saída, quando do encerramento da jornada. (BRASIL, 2012, art. 12, § 2º; SEJUSPE; SUASE, 2017). Protocolos devem ser seguidos, sob pena de gerarem repercussões negativas em todo o processo. Segurança e socioeducação devem andar de mãos dadas.

A organização do trabalho e as vivências dos diversos atores sociais que compõem o processo socioeducativo estão, muitas vezes, assombradas pelo seu passado, quando a violação dos direitos de crianças e adolescentes e as agressões perpetradas estampavam os noticiários³. Com o ECA, há a continuidade e a alteração substancial na forma de considerar a criança e o

³ *Entidades denunciam maus-tratos institucionalizados na Fundação Casa* – Rede Brasil Atual – Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/entidades-denunciam-maus-tratos-contrajovens-institucionalizados-na-fundacao-casa/>> Acesso em: 23 set. 2020.

Destruindo o Futuro - Tortura na Febem – Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/c_a/febem.htm> Acesso em: 23 set. 2020.

Jovens sofrem violação de direitos – Gazeta do Povo – Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/jovens-sofrem-violacao-de-direitos-f3own3z91yca9skvybjsicaq6/>> Acesso em: 23 set. 2020.

adolescente. Embora a lei não tenha o poder de alterar o cotidiano com a sua simples promulgação, ela determina um destino e o percurso traçado para alcançar esse fim vai forjando as relações, imprimindo nova identidade ao espaço.

A identidade é fruto de uma construção social. No caso das unidades de acautelamento, uma nova identidade se fez esperada e as peculiaridades de cada ator integrante do processo vêm moldando-a num processo contínuo de reflexões, avanços e retrocessos. No que tange a identidade coletiva, a marca que ela imprime, afirma Di Méo (2004), não é permanente, pois, ao se tratar de construção social, em constante tensionamento, sua transformação é contínua. Identidade coletiva exige vontade e ação. Essa nova construção impacta individual e coletivamente e é preciso meditar sobre.

Refletir sobre as novas configurações e representações do espaço tem, portanto, a finalidade de melhor elaborar os impactos que tais mudanças trazem para a construção da identidade, a manutenção da segurança ontológica, assim como para a emergência de patologia mental. (FILHO, 2002, p. 3)

Conforme mencionado, o Sinase é instituído e ocorre a regulamentação da execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente envolvido em ato infracional. Essa regulamentação estabelece as diretrizes que devem ser observadas por todos os envolvidos no processo. O artigo 8º da referida Lei nº 12.594 preconiza que “os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos” de acordo com o estabelecido no ECA (BRASIL, 2012).

Tal fato impõe um novo olhar e novos procedimentos são necessários para a correspondente adequação ao atendimento aos adolescentes envolvidos em atos considerados infracionais. Nesse sentido, o trabalho até então desenvolvido sob a perspectiva da segurança passa por nova configuração e a identidade coletiva dos trabalhadores é objeto de novo processo no incessante movimento de sua constituição, igualmente configurando e reconfigurando as territorialidades ali vivenciadas.

Haesbaert (2011) aduz que o grande dilema não é o da desterritorialização, mas da multiterritorialidade no milênio presente, dada a constante reconstrução dos territórios simultaneamente. Partindo dessa premissa e considerando as inúmeras mudanças na legislação, a reconfiguração de cargos e funções dentro das, agora, unidades socioeducativas e não mais local de abrigo de jovens em conflito com a lei, novas territorialidades se configuram.

Entretanto, uma mudança não se faz da noite para o dia nem sem embates, o que gera estresse e que por sua vez pode levar ao adoecimento.

A própria forma como o servidor vislumbra o jovem acautelado impacta diretamente na territorialidade ali expressa. Júnior (2013), em pesquisa já citada, aponta que há uma concepção antecipada no senso comum no sentido de que o sistema socioeducativo é sistema prisional, que um agente socioeducativo é um agente penitenciário. Sentido expresso numa fala de um agente designado AGSS03:

[...] **aí tem essa visão de frustração em relação também à ideia da profissão em si, que é também muito recente...** A gente tá falando de uma profissão que está regulamentada, se eu não me engano, há 08 anos, os agentes socioeducativos... ela é bem recente, né?! A própria Secretaria é uma Secretaria nova, tá nos primeiros passos dela... mas isso, de repente, vem a longo prazo, eu até fico meio pessimista que **se a gente continuar adotando o modelo de prisional, o modelo adulto, a coisa em si não vai ficar boa.**” Daqui a pouco a mesma inoperância e o mesmo descaso vai estar se acentuando ainda mais nessa faixa etária, nessa medida socioeducativa. JÚNIOR, 2013, p. 92, **negrito no original**)

Um outro agente, na mesma pesquisa, diz que os adolescentes ficam atrás das grades e para ele quem fica atrás das grades é “vagabundo”, que tirou vidas, estuprou, assaltou, roubou (JÚNIOR, 2013, p. 92). Já outro agente de segurança diz que “nós estamos ali realmente para educa-los, eles têm que sair dali educados” (p. 86).

Se tomarmos como base apenas a pesquisa do Júnior (2013), considerando as vivências dos agentes que participaram da mesma e desses pequenos extratos, percebemos que divergem os olhares sobre os jovens, sobre o trabalho, sobre os procedimentos que serão adotados. Se entendido o jovem como um malfeitor, o tratamento dispensado será um; se entendido o jovem como alguém a ser educado, ou reeducado, outro tratamento se dará. As territorialidades se expressam através das vivências e, nesse caso, teríamos multiterritorialidades no território do acautelamento e esta forma de expressão do trabalho esbarra nas normativas estabelecidas, nas subjetividades, na constituição das identidades do trabalhador e podem culminar no estado de saúde/adoecimento.

Encontramos em Vaillant (2017), igualmente, uma dubiedade de interpretação ou entendimento do que seja o trabalho no ambiente socioeducativo. Um dos entrevistados, denominado ASE8, afirma que “a pessoa deveria saber que aqui é... é um presídio, não é uma internação para criança. Não é um semiaberto, não é um lar da criança, não é conselho tutelar. Aqui realmente é um presídio, mas para menores, que são menores só na idade né?...” (p. 73). Outro entrevistado da mesma pesquisa, agente de segurança socioeducativo, diz que “às vezes

o adolescente tá aqui, não é porque ele não presta, ele é bandido, é porque ele foi obrigado a entrar nessa vida, pelo pai... que as vezes o pai, ele já tá seguindo o exemplo...” (p. 76). Ainda outro entrevistado, igualmente agente de segurança socioeducativo, diz que “a gente é agente socioeducador, né? Só que não é verdade a gente é um agente prisional de menor, né?...” (p. 80).

Em Andrade (2017, p. 119), por sua vez, vamos encontrar paradoxos nas narrativas dos agentes entrevistados: enquanto um afirma “se posso plantar a semente é isso que tenho feito, tenho desenvolvido internamente um sentimento de que o adolescente é tratável, dependendo da forma que você lidar com ele, vai haver uma ação e uma reação”; em sentido oposto, outro agente relata: “Acontece que o ATRS⁴ está tomando forma, não tinha, e a forma que está tomando está tendenciosa para um modelo carcerário, policialesco e com interferências políticas.”.

Temos, então, que o território do acautelamento é um território normado, as unidades de acautelamento foram instituídas por lei (BRASIL, 1998, 2012) e são regidas por regimentos internos com discriminação de função de cada servidor (SEJUSPE; SUASE, 2017). Logo, não são funções de livre exercício posto que estão atreladas a regras e procedimentos que devem ser seguidos pelos servidores consoante atividade a ser desenvolvida, os chamados Procedimentos Operacionais Padrão (POPs).

De acordo com o que é preconizado na legislação (BRASIL, 2012; 1998), o atendimento socioeducativo compulsoriamente há que indicar ações que combinem a educação, a cultura, a habilitação para o trabalho e o esporte, a assistência social e a saúde dos acautelados. Um atendimento que preencha tais requisitos não pode se coadunar com uma visão de que se trabalha numa penitenciária tratando com “vagabundos”. Dificilmente, um servidor com uma mentalidade que se aproxime desse entendimento conseguirá desenvolver as ações estabelecidas para o programa sem que isso lhe cause estresse e aborrecimento.

Lado outro, um servidor que enxergue o acautelado como alguém que teve pouca ou nenhuma oportunidade, que é alguém que pode ser considerado como um campo fértil onde se semeie boas sementes e propicie uma educação, pode-se vislumbrar uma efetividade do programa o que pode lhe causar uma situação de bem-estar e realização profissional com implicação direta no seu estado de saúde/doença.

Depreende-se que há, no território do acautelamento, territorialidades múltiplas, como a do aprisionamento, do medo, da descrença no trabalho, da possibilidade da socioeducação,

⁴ ATRS – Atendente de Reintegração Socioeducativa, função cuja denominação foi alterada pelo Governo do Distrito Federal para Agente Socioeducativo através da Lei nº 5.870, de 26 de maio de 2017.

posto que dependentes das subjetividades. O trabalho é indispensável para a constituição da subjetividade, da identidade humana e da expressão da territorialidade ou das multiterritorialidades. Dessa maneira, Heloani e Capitão (2003) consideram o trabalho

como regulador social é fundamental para a subjetividade humana, e essa condição mantém a vida do sujeito; quando a produtividade exclui o sujeito podem ocorrer as seguintes situações: reatualização e disseminação das práticas agressivas nas relações entre os pares, gerando indiferença ao sofrimento do outro e naturalização dos desmandos administrativos; pouca disposição psíquica para enfrentar as humilhações; fragmentação dos laços afetivos; aumento do individualismo e instauração do pacto do silêncio coletivo; sensação de inutilidade, acompanhada de progressiva deterioração identitária; falta de prazer; demissão forçada; e sensação de esvaziamento. (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p. 106)

Desta sorte, a forma como o trabalho é visto e o sentido a ele atribuído ressoam na identidade e, por consequência, no estado de saúde ou adoecimento. Dejours (1992) suscita a questão da proteção do trabalhador no período pós-guerra até 1968, embora ali a proteção estivesse voltada a livrar o corpo de acidentes e intoxicações, mas já sinalizava um cuidado com a saúde do trabalhador, ainda que o objetivo estivesse voltado à produção. Outro ponto importante a assinalar, também registrado pelo autor, refere-se ao que ele chamou de neutralização da atividade mental em virtude da separação da atividade intelectual do trabalho manual realizado, como geradora de adoecimento. Sublinhando, aqui, o aniquilamento da expressão da subjetividade do trabalhador.

Lançamos mão do pensamento de Dejours e salientamos que o paradoxo entre o entendimento sobre o que seja o trabalho e o que efetivamente se faz, ou o que entende que deveria ser feito, leva o trabalhador, no caso do sistema socioeducativo, consoante formas de enxergar o trabalho aqui expostas, ao adoecimento ou a propensão à doença. No seguimento de sua análise, no livro *A Loucura do Trabalho*, Dejours sustenta que após 1968, marco da luta contra a alienação e a sociedade de consumo, há o início, ainda que insipiente, pela saúde mental do trabalhador.

Reconhecemos que estabelecer nexos entre adoecimento e trabalho é tema complexo uma vez que a própria definição de saúde ultrapassa a mera ausência de doenças e implica numa análise particular, subjetiva. Noutro ponto, consoante defendido por Freud, o humano busca o prazer e evita a dor (Freud, 1969), visto que o ego, na tentativa de afastar as sensações negativas, projeta no corpo, nas relações interpessoais ou no mundo externo, o lugar do sofrimento. Assim é que podemos considerar que um trabalho executado desvirtuado da finalidade almejada pelo

sujeito pode ser fonte de sofrimento e adoecimento, ou seja, o corpo e as relações que estabelece com o mundo ou o próprio mundo, aqui incluído o do trabalho, seja fruto de adoecimento.

O trabalho, lado outro, é fonte de manutenção da vida, inerente a ela, configura-se como importante fator na formação da identidade podendo ser considerado como propiciador de saúde ou de adoecimento (GIROTTI; DIEHL, 2016). As relações que se desenvolvem no ambiente de trabalho, seja entre pares, ou entre subordinados e superiores, o que se espera do trabalho, os riscos que estão envolvidos na execução do mesmo, como o trabalhador se sente em relação a todo o contexto do trabalho, tudo pode ter impacto direto na situação de saúde do trabalhador. (PEREZ GIBERT; CURY, 2009).

A observação do acautelamento remete à importância da dinâmica do território para a compreensão do fenômeno, para as territorialidades decorrentes da apropriação ou dominação do espaço destinado ao acautelamento, aqui entendido como lugar que só tem existência “a partir do compartilhamento de experiências entre seres humanos” (HOLZER, 2013, p. 17). É nesse lugar, onde experiências são compartilhadas, que o território do acautelamento se configura e essas vivências se tornam objeto de estudo.

No próximo capítulo, analisaremos as territorialidades vislumbradas no território objeto de nossa análise, uma unidade socioeducativa do interior de Minas Gerais e a relação dessas com o processo de saúde e adoecimento do servidor.

4. EXPERIÊNCIAS NO ACAUTELAMENTO: as territorialidades no processo de saúde e/ou adoecimento

Neste capítulo, analisaremos as narrativas e as experiências vividas pelos sujeitos que participaram da pesquisa com o objetivo de compreender como a saúde e o trabalho se articulam na constituição das territorialidades por eles vivenciadas. Para tal mister, utilizaremos uma lente particular: a da saúde e/ou adoecimento com relação ao trabalho por eles desenvolvido na unidade de acautelamento.

Construímos até aqui uma trajetória que consistiu em falar dos dois, do trabalho, desde a sua significação - entendida como o conceito atribuído ao termo - e significados a ele atribuídos por trabalhadores ao longo da história. Também discorreremos sobre as organizações do trabalho e o trabalho no acautelamento, além das diversas formas de apropriação do espaço por seus atores – acautelados e servidores – e a configuração do território ou dos territórios no acautelamento, bem como registramos os resultados oriundos da revisão sistemática empreendida na presente pesquisa envolvendo saúde, acautelamento, território e servidor.

Como nosso objetivo aqui é compreender como se articulam a saúde e o trabalho nas territorialidades vivenciadas pelos servidores na unidade socioeducativa, abordaremos em primeiro lugar a temática saúde e depois destacaremos as territorialidades percebidas e dialogaremos com situações de saúde/adoecimento.

4.1. CONCEITO DE SAÚDE E RELAÇÃO COM AMBIENTE DE TRABALHO

Conceituar saúde não é empreendimento fácil. É uma das formas de compreender algo que perpassa aquilo que não é, ou seja, o seu oposto, no caso, a ausência de saúde ou a doença. Nesse sentido, só é possível compreender saúde em relação à doença ou à ausência de saúde. Por outro lado, a doença, se considerada apenas como um conjunto de sinais e sintomas, não é suficiente para explicar o adoecimento. A presença de um vírus no organismo não fala do adoecimento, mas de uma circunstância. Dois indivíduos podem testar positivo para a presença de um vírus ou bactéria e não apresentar os mesmos sinais e sintomas.

A distinção entre o normal (saúde) e o patológico (doença) também encontra resistência no tocante à percepção do indivíduo ou à efetiva presença de elementos causadores do adoecimento. Dor e sofrimento estão atrelados à ausência de saúde, embora, não necessariamente, esteja presente alguma anormalidade fisiológica que justifique. Nesse sentido, temos que a doença ou a saúde passa, também, por uma questão perceptiva individual.

Ao longo da história, foram sendo forjadas diferentes teorias interpretativas sobre o processo saúde-doença, como consequência da atividade racional humana na busca de inferências causais para a doença. Essas teorias são, em última instância, expressões de determinadas maneiras de pensar o mundo e traduzem projetos filosóficos diversos, quando não antagônicos. (OLIVEIRA, 2000, p. 10)

A doença ou a falta de saúde, conforme consignado por Scliar (2007), já foi abordada sob diversos ângulos, a depender de onde era emanado o entendimento. Já foi entendida como uma maldição ou como punição pelos pecados, sendo tratada por meio de magia e oração. Para os antigos Hebreus, era considerada um sinal da cólera de Deus por ter a pessoa acometida da doença desobedecido um mandamento divino. No Xamanismo⁵, a doença era causada por maus espíritos e o tratamento consistia na expulsão desses em rituais realizados pelo feiticeiro da tribo.

O restabelecimento da saúde, de acordo com o mesmo autor, estava vinculado à intervenção sobrenatural, um contato com o invisível ou a alteração do estado de consciência. A concepção de saúde e doença, vinculada ao misticismo ou à religiosidade, aponta o processo de adoecimento como resultado de uma intervenção de forças que estavam fora do organismo e que o atingiu em razão dos pecados cometidos e de uma maldição impingida.

Hipócrates, considerado o pai da medicina, defendia a existência de quatro fluidos (humores): bile amarela, bile negra, fleuma e sangue, decorrentes da terra, ar, fogo e água, elementos primários do universo, e a doença seria resultado do desequilíbrio entre esses fluidos. A recuperação ou restabelecimento da saúde estaria na busca do equilíbrio entre os humores, numa visão de que a doença tem causa natural, destoante da concepção místico/religiosa. Na Europa da idade média, persiste, em razão da influência judaico cristã, a ideia da doença como punição de pecados e cura pela fé, paralelamente, a moderação ao se alimentar, o controle das paixões e do sexo, ideias preconizadas por Hipócrates para a manutenção da saúde ou para desviar-se das doenças estão presentes. No século XVI, a defesa era de que a doença era provocada por agentes químicos externos e a saúde restabelecer-se-ia com a administração de minerais e metais (SCLIAR, 2007).

No século XVII, o mecanicismo impacta as ideias de René Descartes que teoriza sobre a relação mente-corpo. O século XIX inaugura a fase bacteriológica e consolida a ideia da doença causada por agentes externos e os conhecimentos produzidos possibilitaram a prevenção

⁵ Conforme definição do Dicionário Michaelis on-line, o xamanismo é uma “espécie de religião dos povos do norte da Ásia, em que prevalece o mágico e o sobrenatural, práticas exercidas por um feiticeiro, o xamã, conhecido como líder espiritual das comunidades”.

e a intervenção de inúmeras doenças (SCLIAR, 2007). Há aí uma concepção unicausal do processo de adoecimento. O modelo biomédico privilegia a existência de sinais e sintomas para caracterizar o adoecer. A saúde corresponde a ausência de doenças.

Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova perspectiva de compreensão da saúde surge especialmente em decorrência da criação da política supranacional da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A história natural da doença é delineada de forma multicausal (PUTTINI, JÚNIOR e OLIVEIRA, 2010).

A OMS, buscando ultrapassar o conceito biomédico, preconiza que a saúde não se restringe à ausência de doenças, mas a um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Saúde não é conceito isolado e para considerá-la é necessário avaliar a conjuntura social, econômica, política e cultural, o que resulta no fato de que diferentes pessoas compreendem a saúde de forma diversa, fatores como época, lugar, classe social, valores individuais, concepções científicas, religiosas e filosóficas são ingredientes utilizados para a compreensão da temática (SCLIAR, 2007).

Há uma discussão presente quando se trata em definir saúde que consiste na distinção entre normal e patológico. A tentativa, nem sempre exitosa, de estabelecer o que se enquadra dentro da normalidade encontra ressonância não apenas em dados estatísticos, mas também, na subjetividade. Assim, para falar de saúde ou adoecimento, do normal ou patológico, o ponto de referência sempre será o humano, pois, “se o normal não tem a rigidez de um determinativo para todos os indivíduos da mesma espécie e sim a flexibilidade de uma norma que se transforma em sua relação com condições individuais, é claro que o limite entre o normal e o patológico torna-se impreciso” (CANGUILHEM, 1995, p. 145).

Partindo do enunciado da OMS (1948) e dos argumentos de Scliar (2007), de que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não apenas ausência de doenças, temos que não basta o completo bem-estar físico, há que estar presente o bem-estar mental e social. Dessa forma, o conceito engloba elementos decorrentes das relações estabelecidas pelo indivíduo sejam intra ou interpessoal.

Nesse diapasão, concluir pelo estado de saúde ou adoecimento não é tarefa simples e um desafio maior ainda se apresenta ao definir o “estado completo” de bem-estar que perpassaria não apenas elementos biológicos, fisiológicos, mas também psíquicos, emocionais e relacionais. Dalgarrondo, subsidiando-se em Piaget, afirma que “um fenômeno é sempre biológico em suas raízes e social em sua extensão final. Mas nós não nos devemos esquecer, também, de que, entre esses dois, ele é mental” (DALGALARRONDO, 2008, p. 27).

O fenômeno mental, quando ultrapassa os limites da pretensa normalidade ou atende aos critérios de preenchimento de sinais e sintomas, enquadra-se no campo da psicopatologia. Entretanto, controvérsias acompanham a definição do que é considerado normal e do que é considerado patológico. Quando estamos diante de quadros extremos, seja com relação a intensidade ou duração, o limite entre o normal e o patológico é facilmente estabelecido. No entanto, situações se apresentam em que essa delimitação não se apresenta de fácil acesso (DALGALARRONDO, 2008).

Pensamento, sensação, percepção, imaginação e afetividade estão entre os critérios considerados para avaliação da saúde mental. Tais fatores estão presentes nos quadros de estresse, ansiedade e depressão. Como o indivíduo interpreta os estímulos oriundos dos sentidos, as imagens construídas, representativas ou abstratas, a forma como elabora a realidade e atribui valor através do pensamento e os estados mentais subjetivos que caracterizam a afetividade, mantêm relação direta com as emoções (CHENIAUX, 2015; DALGALARRONDO, 2008).

Sintomas como desânimo, tristeza, apatia, desesperança e angústia estão entre os sintomas afetivos das síndromes depressivas que, além de outras alterações, trazem consigo sentimentos de insuficiência, vergonha, auto depreciação, auto estima diminuída (DALGALARRONDO, 2008). Já a síndrome de ansiedade é caracterizada por uma expectativa apreensiva acompanhada de manifestações físicas como sudorese, tremor, tensão muscular, taquicardia (CHENIAUX, 2015).

No tocante a fatores estressores, vários transtornos estão a eles relacionados como transtorno de estresse agudo, transtorno de adaptação, transtorno do apego reativo, transtorno de interação social desinibida (APA, 2013). A presença de critérios diagnósticos para síndromes depressivas, ansiosas ou decorrentes de fatores estressores é indício de psicopatologia.

No nosso ordenamento jurídico, a Constituição Federal não faz menção a conceito de saúde, mas prescreve ser responsabilidade do Estado a sua promoção posto tratar-se de direito de todos. E acresce que será efetivada através da criação de políticas, tanto sociais quanto econômicas “que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação direito de todos” (BRASIL, 1988, art. 196).

Considerando o bem-estar social como componente intrínseco ao estado de saúde, as relações estabelecidas pelo indivíduo e, no caso específico, pelos servidores da unidade socioeducativa, reverberam em seu estado de saúde e/ou adoecimento. Logo, compreender

como se desenvolvem as relações se torna fator importante para estabelecimento de políticas que favoreçam a prevenção do adoecimento ou restabelecimento da saúde.

Através da observação das dinâmicas das atividades humanas e situações de risco nele materializados, com historicidade e mobilidade é possível intervir sobre os condicionantes, os riscos e os impactos à saúde, em especial, do trabalhador que nele habita. Quanto à vigilância em saúde, em especial, a saúde do trabalhador, o território é lócus de observação que se traduz em estratégia de ordenamento/organização da atenção integral da saúde dos trabalhadores. (FONSECA, BRAGA e DIAS, 2019, p. 2)

Nesse passo, o ambiente de trabalho figura-se como componente intrínseco ao conceito de estado de saúde. É importante frisar que o tempo despendido pelo servidor no trabalho é representativo no seu dia, dada a quantidade de horas nele dispendidas. Assim, a compreensão das territorialidades vivenciadas, das dinâmicas ou dos movimentos que envolvem as relações do trabalhador com o ambiente do trabalho, seja ele o meio físico, sejam as relações ali estabelecidas, se tornam importantes para a compreensão da saúde do trabalhador. Essa análise será objeto de reflexão nos próximos itens.

4.2. AS VIVÊNCIAS NO ACAUTELAMENTO: territorialidades decorrentes da experiência do servidor com o trabalho

Neste tópico, analisaremos as narrativas dos entrevistados que serão chamados e identificados como Anjo 1, Anjo 2, Anjo 3, Anjo 4, Anjo 5, Anjo 6 e Anjo 7. Quanto ao número atribuído, esse se deu de forma aleatória, sem vinculação com a ordem das entrevistas, e a denominação “anjo” foi utilizada por alguns motivos: o primeiro deles é o da confidencialidade, pois nos interessava e nos interessa as narrativas, as vivências, as informações; o segundo diz respeito ao fato de estarmos vivenciando uma pandemia, motivo que por si já dificulta a elaboração da pesquisa, a realização das entrevistas e a oferta voluntária do servidor para participar desse processo; e o terceiro, deixo para o próximo parágrafo.

Das narrativas dos entrevistados, das conversas preliminares, das conversas entabuladas quando da visitação, um ar gelado de desconfiança esteve presente. Uma insegurança, um remeter a “um tempo atrás”, a ter “medo de “processo”, não querer falar porque “as paredes tem ouvidos”⁶ surgiu uma enorme insegurança, a de não conseguir servidores que se dispusessem a contribuir com a pesquisa. Após muito empenho e com o apoio do Diretor da

⁶ Palavras ouvidas pela pesquisadora em algumas oportunidades, vindas de servidores da unidade como justificadoras da não participação na pesquisa. A narrativa de um tempo recente de medo e desgastes esteve presente as narrativas dos entrevistados.

Unidade, apareceu o primeiro voluntário e eu, em gratidão aos céus, já o apelidei de Anjo e, assim, foram nominados os demais, não pelos atributos celestiais, mas por serem o socorro certo, na hora certa, num momento tão incerto quanto o da vivência de uma pandemia.

Como disse no parágrafo anterior, houve dificuldade na apresentação voluntária de servidores para as entrevistas. Muitas vezes se calaram ou optaram por calar-se, o que atribuímos como decorrência da necessidade de realização das entrevistas através de plataforma digital, em virtude do isolamento social imposto pela atual pandemia do novo coronavírus, ou pelo medo de retaliação ou sofrer processos, resquícios de tempos difíceis vivenciados nos anos anteriores na unidade, conforme conversas informais da pesquisadora com alguns servidores, dado confirmado pelos interlocutores da presente pesquisa.

No quadro abaixo, apresento os anjos:

Quadro 1 – Perfil dos anjos

	IDADE/SEXO	ESCOLARIDADE	ÁREA DE TRABALHO	TEMPO DE TRABALHO NO SOCIOEDUCATIVO
ANJO 1	42/M	Pós-graduação	Gestão	3 anos
ANJO 2	40/F	Pós-graduação	Técnica	5 anos
ANJO 3	61/M	Superior	Segurança	14 anos
ANJO 4	48/F	Superior	Técnica	5 anos
ANJO 5	43/M	Superior	Segurança	10 anos
ANJO 6	38/M	Superior	Segurança	10 anos
ANJO 7	49/M	Superior	Segurança	12 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Das narrativas dos 7 anjos, destacamos 6 territorialidades vivenciadas que mais se evidenciaram: medo, afetividade, aprisionamento, distanciamento do sonho, ausência de sentido do trabalho, ambiente adoecedor. Abriremos subtópicos para abordarmos separadamente cada uma delas.

4.2.1. “Fecha e racha fora, que isso?!”: a territorialidade do medo

O medo é um sentimento inerente ao ser humano. Não houvesse o medo, certamente a humanidade se extinguiria. É essencial para a sobrevivência. E, como tudo, há que ter o equilíbrio. Da mesma forma que faz parte da manutenção da existência, podendo integrar o polo da saúde, a forma como é sentido também pode integrar o polo do adoecimento.

O *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5) define medo como “a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida” e a ansiedade como “antecipação de ameaça futura”. O medo e a ansiedade são características presentes nos transtornos de ansiedade, sendo que o medo está mais vinculado a “períodos de excitabilidade autonômica aumentada, necessária para luta ou fuga, pensamentos de perigo imediato e comportamentos de fuga”. Os ataques de pânico constituem-se em uma resposta ao medo (p. 189).

Assim, ao estar exposto a uma situação interpretada como capaz de gerar risco ao indivíduo, o medo se apresentará como forma de preservação e o seu agravamento pode convergir para uma situação de adoecimento.

No momento em que fizemos a visitação à unidade socioeducativa, a chegada já impactou esta pesquisadora. Como havia lido a legislação sobre o sistema socioeducativo, imaginei encontrar uma escola, não uma prisão. E a impressão primeira foi a de estar diante de uma prisão. Muros altos com arames, portões de ferro com grossos cadeados, identificação, enfim, o pensamento: estou numa cadeia.

Outra impressão de estar dentro de um presídio deu-se quando da visitação dos alojamentos. Adolescentes presos com os braços estendidos por entre as grades, remetendo o pensamento àquelas cenas vistas em filmes onde pessoas são agarradas por prisioneiros e feitas refém. O medo, neste momento, mostrou seus sinais, adrenalina disparada na corrente sanguínea, coração acelerado e um leve tremor.

Não que fosse possível averiguar que efetivamente estava em risco, mas a percepção assim concluiu e o comando foi enviado ao cérebro: “estou em perigo” e ele cumpriu seu papel de preparar o meu corpo para lutar ou fugir.

A percepção aqui narrada também se faz presente nas vivências analisadas. Um dos entrevistados, meu Anjo 3, afirma que no contato com o adolescente “você não pode descuidar, porque a gente não conhece aqueles meninos, a gente não sabe a situação deles, a gente não conhece”. Noutro momento da entrevista diz “eu chego lá e... vão, vão prá luta. O que tiver é o que vai ser, é. A situação que te espera lá, você não sabe, na hora que você entra, você tem que dar conta do que tiver de fazer.”.

Ao dizer que não pode descuidar no trato com o adolescente e da incerteza que envolve seu labor diário, sinaliza o Anjo que se mantém em estado de alerta, receoso de que algo lhe saia do controle. Esse estado de prontidão constante, naturalmente, é um estado de tensão que pode repercutir na saúde mental e física, podendo levar o indivíduo ao estresse, à sintomas de ansiedade e a crises de pânico.

Noutra parte da entrevista, o Anjo 3 narra um dos piores momentos que vivenciou no trabalho: o início de uma rebelião:

Um menino, parece que ele morreu eletrocutado. Que eles faziam... pra acender fogo, pra acender cigarro, e parece que ele tava descalço, e aí encostou na ... assim. Os outros não, os outros foram assassinados né?! Mas, eu só estive ali em um, que aconteceu no intervalo do almoço. Os outros eu não estava na unidade. Mas o pior momento que eu passei ali não foram, por incrível que parece, não foram esses eventos né. Tinha dez dias que eu tava na unidade, acabado de chegar, não sabia nada, não conhecia nada, e teve um tumulto, um princípio de rebelião assim, horrível na época. Eram uns trinta adolescentes pra pegar um. Porque antigamente eles tomavam... eles almoçavam no refeitório, tomavam café da tarde no refeitório, todo mundo né, vamos dizer assim, a turma, e quando eu passei, saí de um bloco pra ir pro outro, eu acabei ficando no meio deles. Eram uns trinta correndo atrás de um, com pau na mão, e as coisa né. Conseguiram pegar o menino, assim, lá no refeitório, pegaram o menino, machucaram ele, e ele correu, passou por mim e eles vieram, e o pessoal tava preocupado, e eu não sabia o quê que fazia. Eu fiquei quieto numa parede lá, alguma coisa assim. E o menino pegou e escapou, ele conseguiu entrar no administrativo lá, se trancou, alguma coisa assim. Aí eu fiquei assustado. Me deu vontade de pedir pra sair. situação complicada. Eu pensei que aquilo era comum ali, era rotineiro, sabe?! Na verdade tinha muito mesmo, no começo era trem impressionante. Tinha muitos... fecha e racha fora, que isso?! Que lugar é esse? me trancar lá dentro né?! Aí eu fiquei preocupado. Mas depois não, porque passou eu “ah, seja o que Deus quiser, vamos lá.

Depreende-se dessa narrativa a presença do sentimento de insegurança, da apreensão que leva o sujeito a ter que decidir entre lutar e fugir. No caso desse Anjo interlocutor, sua decisão foi de ficar e “ah, seja o que Deus quiser, vamos lá”. Efetivamente, a permanência exige um investimento para a adaptação que, segundo Limongi-França e Rodrigues (2002), resulta num estado de estresse que pode acarretar alterações na capacidade de atendimento às demandas com implicações no comportamento mental, no corpo físico, nas relações estabelecidas e no estado afetivo.

O estresse pode ocorrer em decorrência de um acontecimento externo, no caso, uma briga entre adolescentes, um princípio de rebelião ou uma rebelião como também em decorrência do estado interno, ou seja, o estado de alerta, a preocupação com o não se descuidar também pode gerar estresse.

González *et al.* 2006 apontam o estresse como capaz de aumentar o risco de doenças coronarianas quando se trata de situação em que esse se apresenta de forma intensa e prolongada. O estresse é definido por Bauer (2002, p. 20) como um “quadro de distúrbios físicos e emocionais provocado por diferentes tipos de fatores que alteram o equilíbrio interno do organismo”. Afirma o autor que a exposição à situação de estresse diminui as defesas do

organismo o que ocasiona o enfraquecimento do sistema imunológico. Muitas patologias estão associadas ao estresse, como doenças

cardiovasculares (arteriosclerose, derrames); metabólicas (diabetes insulino-resistente ou tipo 2); gastrointestinais (úlceras, colite); distúrbios do crescimento (nanismo psicogênico, aumento do risco de osteoporose); reprodutivas (impotência, amenorréia, aborto espontâneo); Infecciosas (herpes labial, gripes e resfriados) Reumáticas (lúpus, artrite reumatóide); Câncer e Depressão. (BAUER, 2002, p. 21)

Situações envolvendo o medo estão presentes nas declarações dos demais Anjos. Há uma referência comum quanto a primeira impressão do ambiente de trabalho como algo assustador, que choca, que marca, vejamos:

Quadro 2 – Visão inicial do acatamento

ANJO	PRIMEIRA IMPRESSÃO AO CHEGAR NO LOCAL DE TRABALHO
1	“É, ela, ela é um pouco impactante pra quem tá chegando mesmo né. Assim, é uma... você não tá acostumado a ver gente presa, né? Porque a gente não usa o termo preso no socioeducativo, mas, é.. no ponto de vista prático, tá preso, né? Se a gente for parar pra pensar, claro, tá preso”
2	“Na verdade foi assustador. Eu fui um dia primeiro pra conhecer, aí chegou lá aqueles blocos com muita fumaça na janela... é... foi bem assustador. E quando eu fui pra trabalhar também ainda acontecia as questões de menino colocar fogo no colchão e tal... muita violência...é... então assim, foi bem assustador. Aí eu pensava: “Não, mas eu passei no concurso, tem um monte de gente trabalhando aqui a muito tempo, eu também vou dar conta.”
3	“Eu não sabia como era difícil né, lidar com essa situação. Mas eu não tenho dificuldade de relacionamento com ninguém não. Nada, com nada. Muito bem, foi um estresse no trabalho aí.”
4	“É... né, eu... eu vi grades, eu conheci toda a unidade, os alojamentos, né. Muros muito altos, meninos né, presos, e olhando assim pra gente meio assustado.”
5	“No dia que a gente tava fazendo o estágio lá, que eu posso falar que é a minha primeira impressão. Aí um... menino lá deu uma louca lá, e o agente mais experiente que tava conosco lá, teve que contê-lo. Estão assim... não é aquela maravilha, mas é uma coisa que dá prá fazer, então eu assustei.
6	“esse primeiro dia geralmente é muito impactante pra... para os agentes, né? O primeiro dia no meu caso, eu olhei assim pra... pra aquele quadro, pra... os muros... quando eu entrei, tava muito sujo os blocos... tava muito, é... mal estruturado. E tinha um contingente de adolescentes muito grande, eram cento e vinte adolescentes na unidade... e havia muita confusão.”
7	“Quando eu pisei lá, sinceramente eu... as vezes eu ficava até... perguntando ‘que que eu tô fazendo aqui?’”

Fonte: Elaborado pela autora.

O Anjo 6, depois de narrar a impressão do primeiro dia, que classificou como “muito impactante”, afirmou que quase não voltou no segundo dia:

Então é, é um... é assim, quase que eu não volto viu?! Quase que eu fui o primeiro dia e não... (Risos) não voltei no segundo. Mas depois você vai... passando por esse processo né?! É... eu costumo falar que coragem não é ausência de medo. Coragem é mesmo você tendo algum... certo tipo de medo, você prossegue, enfrenta aquilo, e faz o que deve de ser feito. Que cumprir o seu trabalho ali, junto a... a... aos adolescentes. Então a... aos poucos também você vai se misturando... você também vai ficando mais receoso... você sabe, é é... o seu posicionamento é muito importante. Os procedimentos operacionais padrão... padrões... eles são muito importantes. Então, há toda uma organização. Há toda uma forma de fazer uma... uma geral. Há todo um... um horário à ser cumprido. Geralmente qualquer falha de segurança nesse procedimento operacional padrão, desencadeia todo um, um... um... um perigo. Então assim, tem que se trabalhar muito em conjunto, muito em equipe, porque esse procedimento padrão tem que ser feito o mais perfeito possível (Anjo 6).

Analisando a narrativa das experiências vivenciadas pelo Anjo 6, nos deparamos com a informação de que o medo existe, de que há um risco no trabalho que é desempenhado e ainda que, se os procedimentos realizados não observarem rigorosamente os critérios estabelecidos, o estado de perigo é uma realidade. No caso, o medo acompanha todo o processo, sendo que o trabalho prossegue e as atividades que precisam ser executadas são realizadas. Esse histórico de medo está entre os fatores de risco para ataques de pânico conforme prescreve o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)*: “a característica essencial de um ataque de pânico é um surto abrupto de medo ou desconforto intenso que alcança um pico em minutos” (p. 215). E esse estado abrupto de medo pode ocorrer a qualquer momento, conforme se depreende da narrativa do Anjo 6 transcrita anteriormente.

Podemos, a título de conclusão desse tópico, propor uma discussão do surgimento do medo como decorrência de territórios em confronto dentro do território do acautelamento, aquele decorrente do poder legal, instituído pelo Estado e que garante aos servidores a autonomia de ação e aquele território que resulta da não conformidade ou da insurgência do adolescente com as normas legais que regulam aquele espaço.

Nesse ângulo, a territorialidade do medo não envolve apenas a integridade física, mas também a manutenção do próprio emprego do servidor, pois, na relação entre os estabelecimentos desses territórios pensados no parágrafo anterior, há o medo do servidor de ser processado por algum excesso que por ventura venha a cometer no desempenho da sua função ou que lhe seja atribuída por outro servidor ou por algum adolescente, provido ou desprovido de fundamento.

O fato pode ser verificado na narrativa de um dos interlocutores:

“uma pessoa com um, com uma... com um emocional bem hipersensível, ela não aguentaria esse tipo de trabalho. Ela teria muito mais transtornos. Tá entendendo? Então é um trabalho que... que necessita um pouco de uma

postura... não tô fa... não tô falando ser durão, mas uma postura firme, forte, porque há muito confronto de, de... de ideias. Há um momento que você tem que manter a cabeça muito firme no lugar, pra não, prá não perder o foco. E também andar sempre dentro a lei, até como resguardo da sua própria integridade. Você andando dentro da lei você... tem menos perigo de... de ser processado ou qualquer outra coisa. Você tá dentro da lei, né? (...) Então, é... eu não preciso ter medo de nenhum tipo de processo porque ando dentro da lei.” (Anjo 6)

Essa situação, inclusive, foi objeto de muitas recusas de participação na pesquisa; o medo de retaliação, o medo de ser processado em virtude do que fosse dito nas entrevistas. O medo de dizer o que poderia não ser admitido pelo próprio sistema.

O medo, de acordo com Dejours (1992), quase não é levado em consideração pelos estudiosos das doenças mentais relativas ao trabalho e que ele é o responsável por sofrimentos psíquicos e por sintomas de ansiedade.

A territorialidade do medo, fruto do trabalho no acautelamento, escolhida para iniciar a discussão sobre territorialidades e adoecimento, reverbera na situação de saúde dos servidores.

4.2.2. “Eu consigo de alguma forma melhorar aquele ambiente que eu tô”: afetividade

Para falar da afetividade enquanto territorialidade, optamos por utilizar a lente do lugar. O lugar dos afetos. O espaço geográfico do acautelamento configura-se a partir das relações estabelecidas entre os seus atores – servidores e acautelados – e o espaço físico a ele destinado. Os acautelados são para ele encaminhados mediante uma decisão judicial e os servidores através de aprovação em concurso público ou mediante contrato.

Aos acautelados cumpre vivenciar um espaço que, em tese, os remete a um ato praticado e que se traduz no distanciamento da família, dos amigos, da diversão, do poder de administrar as horas, enfim, da vida que levavam até então, convergindo para o local, também em tese, onde não queriam estar. Já no tocante aos servidores, pode significar fonte de sustento, um preço a ser pago pela sobrevivência ou o lugar onde são vivenciados momentos significativos de sua existência e carregam razão à sua própria vida e identidade. E é nesse sentido que abordaremos o lugar, como aquele representativo da afetividade.

O lugar está entre os conceitos intrínsecos ao “modo de ser no mundo do mais introspectivo e solitário, ao mais interativo e compartilhado” assevera Holzer (2013, p. 21). O meio ambiente do trabalho pode, para um servidor, configurar-se como um lugar de afetos positivos e para outro não, depende da relação que é estabelecida e da afetividade impregnada nas vivências.

Cada indivíduo mantém uma relação com o meio ambiente a partir da sua própria concepção de homem e de mundo. O território do acautelamento, com suas especificidades, é local de constituição de identidades. Cada servidor interage com o espaço geográfico, afetando-o e sendo igualmente afetado nessa relação.

A vinculação afetiva do indivíduo ao ambiente é uma necessidade e

esta necessidade é uma dificuldade presente na sociedade atual, pois geralmente o ambiente é uniformizado e padronizado para atender as necessidades de consumo gerado pela mídia e para a manutenção das desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. Com esta uniformização e padronização, dificulta a identificação das pessoas com este espaço, pois não pode ser apropriado por estas, minimizando assim a capacidade de vincular-se afetivamente com o mesmo, o que pode gerar grande mobilidade ou a possibilidade de desenvolver relacionamentos apenas funcionalistas com os lugares (apenas explorá-lo visando seus recursos naturais, ou bens materiais, por exemplo) e até uma ausência de apego. (LIMA e BOMFIM, 2009, p. 493)

O ambiente do acautelamento é regido por normas que estabelecem procedimentos padrões a serem seguidos no desenvolvimento das atividades. Há uma rotina a ser observada e seguida sob pena de comprometimento da própria segurança dos servidores. Essa própria rotina pode incorporar-se à vida do indivíduo e o vínculo a ser estabelecido pode ultrapassar a questão da mera funcionalidade do espaço.

Doutro lado, quando o ingresso na unidade socioeducativa na qualidade de servidor se dá mediante um concurso, e este é almejado em virtude da estabilidade que proporciona, é comum contar o servidor com anos de experiência no mesmo local e “quanto mais tempo uma pessoa permanece em um lugar, maior a possibilidade de o lugar incorporar-se à estrutura de identidade” (VIANA, BARRETO e CORREA, 2020, p. 277).

Das narrativas dos entrevistados, um deles afirmou que quando chega na unidade para trabalhar, seu primeiro pensamento é “eu quero impactar hoje” (Anjo 4). Curiosamente, se trata de servidor que teve um adoecimento psíquico, que resultou em afastamento temporário, cuja causa atribui ao trabalho.

O espaço geográfico do acautelamento, por si só, não se configura ou se constitui como um lugar. De acordo com Cavalcanti (1998), um espaço configurar-se-á como lugar na medida em que apresentar significado afetivo para o indivíduo ou para o grupo de indivíduos que com esse espaço experienciam sua existência.

Quando um servidor se refere ao ambiente de trabalho dizendo “eu sinto prazer naquilo” ou “eu consigo de alguma forma melhorar aquele ambiente que eu tô” (Anjo 5) ou ainda “amo trabalhar no sistema socioeducativo” (Anjo 7), a relação com o local de trabalho se apresenta

eivada de afetividade, como um lugar a que está emocionalmente vinculado. O apego ao lugar “pode ser entendido como o vínculo emocional entre pessoas e ambientes” nos dizeres de Viana, Barreto e Correa (2020, p. 278). E essa vinculação emocional ao lugar mantém uma relação com a felicidade, com o bem-estar, com o sentido.

O local de trabalho necessariamente não se traduzirá em lugar afetivo para todas as pessoas que nele desenvolva sua atividade laboral. A relação estabelecida com o local é que sustentará o entendimento. A essência da existência é exatamente o existir em situação, como apregoam os fenomenólogos. O humano é um ser que se relaciona com o mundo a partir da sua individualidade, o seu pensar, o seu sentir e o seu agir em torno do ambiente em que moureja é que definirá a configuração da relação (HOLZER, 2013).

Lado oposto, o local de trabalho pode não se traduzir num lugar igualmente vivenciado por todos aqueles que nele exercem seu labor. Quando um servidor responde sobre seu primeiro pensamento ao chegar para o trabalho com a frase “ai, o quê que vai ser pra hoje” (Anjo 2), pode estar informando um sentimento de repulsa, um desejo de não estar ali. Ou, quando diz “os meus primeiros pensamentos são mais no sentido de oração né? De proteção” (Anjo 6), sinaliza que está num local que se sente inseguro.

Pode-se, por tais falas, presumir-se que aquele local se traduz para uns como lugar de afetos e para outros não. Este fato pode estar intrinsecamente vinculado ao próprio bem-estar e ao desempenho produtivo.

Os entrevistados apresentam uma certa familiaridade com o local de trabalho. Dos 7 anjos, 4 contam com mais de 10 anos de serviço na unidade pesquisada e o servidor com menor tempo de unidade tem 3 anos no sistema socioeducativo. Yi-Fu Tuan afirma que “a familiaridade engendra afeição ou desprezo” (1980, p. 114), consignando que um chinelo velho pode ser objeto de afeição para outro e não passar de objeto de desprezo para outro.

O local de trabalho também pode ser percebido como aversivo, entretanto, quando o ambiente laboral se confunde ou se traduz em um lugar de significados existenciais, implica em uma integração entre o indivíduo e o ambiente por laços de afetividade. Quando ao espaço são atribuídos valor e significado, torna-se um lugar (TUAN, 1980).

O apego ao lugar pode se traduzir no fato da pessoa ter satisfeitas as suas necessidades nele ou pelo fato do tempo nele despendido, o que ocasiona uma intimidade e remete ao bem-estar que nele foi ou é vivenciado (GIULIANI, 2004).

Cumpramos argumentar que acontecimentos desagradáveis ocorrem em qualquer ambiente e também em lugares – aqui entendido aquele que se configura como afetivamente vinculado pelo indivíduo. Problemas, discussões, embates não são, por si só, capazes de descaracterizar a

relação de afeto resultado das experiências vivenciais do sujeito. Logo, o fato da fala do indivíduo parecer contrário ao entendimento de lugar, não significa necessariamente que assim não seja entendido ou percebido pelo mesmo.

A afetividade é construída na relação, na experiência vivida. Assim, pode ser construída e desconstruída no curso existencial. A relação desenvolvida com o local de trabalho, no caso, o território do acautelamento, traduzindo-se ou não em lugar, acarreta a vivência de territorialidades próprias que mantêm relação próxima com o prazer e o desprazer e via de consequência, com a saúde e o adoecimento.

4.2.3. “Vou pagar minha cadeia aqui hoje”: aprisionamento

A territorialidade aprisionamento emerge na nossa análise das vivências dos Anjos entrevistados quando fazemos um contraponto com a liberdade. A Constituição Federal, lei maior do nosso país, assegura como direito do cidadão, o de ir e vir (BRASIL, 1988). Assim, a liberdade está entre os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Carta Magna.

Ter cerceado o direito de ir e vir constitui ao mesmo tempo uma violação a uma garantia prevista em lei, exceto se há uma justificativa legal para tal, como, por exemplo, no caso das penas aplicadas àqueles que cometem crimes ou, como no caso do acautelamento, das medidas socioeducativas privativas de liberdade aplicadas aos adolescentes.

Tanto a prisão quanto a unidade socioeducativa privam de liberdade os apenados ou os socioeducandos. Não mais está sob o controle destes o horário de tomar sol (no caso da prisão) ou de praticar um esporte (no caso do acautelamento). A rotina que deve ser cumprida não está mais sob o seu comando, a seu bel prazer, mas depositada nas mãos do Estado que se faz presente através de seus servidores, responsáveis pela execução e acompanhamento das medidas.

A prisão ou internação traz em si, como um dos fundamentos, a punição pelo ato praticado desaprovado pelas leis que regem o comportamento em sociedade. O preso ou o acautelado mantém ciência de que ali está em virtude de um comportamento para o qual a legislação previu a prisão ou a socioeducação.

Esse colocar lado a lado a cadeia com a unidade socioeducativa é proposital, uma vez que é comum na narrativa dos servidores de unidades socioeducativas o argumento de que é uma cadeia, de que estão presos. Segue outros relatos dos Anjos:

...um dos agentes... muito agente que usa assim: ‘ah, a gente também tá preso né?’. um pouco disso também: ‘vou pagar minha cadeia aqui hoje’. Termo bastante utilizado.” (...) “é um pouco impactante pra quem tá chegando mesmo né? Assim, é uma... cê não tá acostumado a ver gente presa, né? Porque a gente não usa o termo preso no socioeducativo, mas, é... no ponto de vista prático, tá preso, né? Se a gente for parar prá pensar, claro, tá preso. (Anjo 1)

Quando, em entrevista, falei que tinha visitado a unidade, meu Anjo 2 disse: “uma prisão né?”. Consideração no mesmo sentido é feita pelo Anjo 3 “por fora é a cadeia mesmo, do adolescente” e acrescenta: “Mas não pode ser cadeia por dentro”.

Considerar que o adolescente está preso na verbalização do servidor, apesar da inadequação do termo, não está inadequado no tocante à restrição de liberdade imposta como penalidade. Agora, considerar o servidor que se sente preso, que quando vai ao trabalho vai “pagar sua cadeia”, merece uma reflexão.

Ao dizer que vai pagar sua cadeia, isso pode significar o entendimento daquele trabalho como algo penoso – ir para a cadeia – estar ou sentir-se preso impacta diretamente no tipo de pensamento que o servidor terá.

No modelo cognitivo comportamental, há um esquema básico para o processamento cognitivo que pode assim ser resumido: 1) há uma situação; 2) esta situação é avaliada cognitivamente; 3) como fruto desta avaliação são geradas emoções; 4) essas emoções determinam os comportamentos (WRIGHT; BASCO e THASE, 2008).

Analisando a territorialidade aprisionamento a partir da lente do modelo cognitivo comportamental, a situação 1) corresponderia ao fato do servidor ir ao trabalho na unidade de acautelamento com todas as especificidades; a avaliação cognitiva 2) corresponderia ao sentimento que envolve o exercício do trabalho: pagar cadeia, estar preso; o resultado de uma avaliação nesse sentido implicaria em 3) emoções como tristeza, angústia, medo, incerteza; e 4) os comportamentos daí decorrentes implicariam em atos de evitação ou fuga.

Um exemplo pode ser extraído das vivências narradas pelo Anjo 3:

Eu não consigo ficar um ano de licença médica... sabe? E minha cabeça não tiver boa. Eu acho que eu não consigo não. Eu trabalho... porque se ficar em casa eu penso que isso não vai se curar. Porque você vai ficar em casa com problemas psicológicos por causa do trabalho, você vai ter que voltar lá um dia. Você vai ter que enfrentar o problema de novo. Né? E a rotina do trabalho é uma... cê movimento, você vê pessoas, você vê coisas. Você tem que conciliar isso, você tem que equilibrar essa balança. Psicologicamente eu posso ir lá pegar um atestado tranquilamente. Falo com o médico que eu não tô bem... que não tô conseguindo. Não tem como. Mas e aí? Daqui trinta dias eu tenho que voltar prá lá, né? Então é assim. (Anjo 3)

Dessa narrativa, evidencia-se o enfrentamento como forma de lidar com o ambiente de trabalho a partir de uma avaliação, ou seja, a fuga poderia ser obtida através de atestado médico, de licença, dando conta de que é um caminho utilizado por muitos, como observado nas conversas entabuladas e na visitação empreendida já mencionada, mas a opção dele é o enfrentamento.

Um pensamento não é dissociado de emoção. As emoções são combustíveis para o bem-estar e este é intrínseco ao estado de saúde. Neste passo, a sensação de aprisionamento guarda relação com a situação de saúde e adoecimento, considerando um ou outro como dependente dos recursos dos quais lança mão o sujeito para o enfrentamento.

Quando o Anjo diz que por fora é cadeia, mas não pode ser cadeia por dentro, ele abriu mão de dizer que não é cadeia por dentro. Seria porque há esse sentimento do aprisionamento, de que se está numa cadeia e que é preciso esforçar-se para não traduzir a aparência em realidade ou para coibir qualquer ação no sentido de realização de procedimentos típicos de penitenciárias?

O Anjo 4 afirma que “nós trabalhamos aqui, nós somos presos né, entre aspas, a gente fica aqui o dia todo né, a gente fica aqui o dia todo” (...) “ponto negativo pra mim, o pior deles é... é você ficar preso aqui. (...) a gente entra aqui, né, a sensação é de que você tá vivendo também num acautelamento assim”.

O Anjo 7 assim se expressa sobre a vivência no acautelamento:

No momento em que você está num lugar, aonde você acabou de falar aí a pessoa se sente presa, aí ela vai cair em depressão, aí começa aquelas loucuras que a pessoa tem. Mas no momento em que você sai da sua casa e você, assim... que a mente da gente é espetacular né? Aí você imagina que você tá indo pra outra casa sua, você passa as vinte e quatro horas tranquilas. Graças a Deus.

Analisando estes extratos, corroboramos o entendimento apregoado pela perspectiva cognitivo-comportamental. Enquanto um servidor vive o aprisionamento como uma realidade por ele percebida, um outro servidor, analisando a mesma situação, narra uma percepção diferente, ou adequa sua realidade para torná-la confortável. Curioso que o próprio Anjo expressa a capacidade que uma interpretação tem de influenciar na situação de adoecimento (se achar que tá preso, cai na depressão, se pensar que tá em sua outra casa, fica tranquilo, como a mente é espetacular).

Concluimos este tópico estreitando a relação entre a saúde/adoecimento e a territorialidade aprisionamento, posto que o bem-estar está relacionado à situação de saúde e se o aprisionamento interfere no estado de bem-estar, igualmente interfere no estado de saúde.

4.2.4. “O adolescente tem tudo, o servidor não tem nada”: distanciamento do sonho

Nenhum dos Anjos entrevistados sonhou em trabalhar como servidor de unidade socioeducativa. Os psicólogos norte-americanos Abraham Harold Maslow (1908-1970) e Carl Ransom Rogers (1902-1987), considerados os principais expoentes da psicologia humanista, defendiam que o homem tem uma propensão inata à autorrealização que consiste no “desenvolvimento pleno das habilidades de um indivíduo e realização de seu potencial” (SCHULTZ e SCHULTZ, 2013, p. 414).

Uma pessoa autorrealizada, no entendimento de Rogers, ou seja, plenamente funcional ou psicologicamente saudável, apresenta, dentre outras características, “tendência a viver plenamente cada momento”, “senso de liberdade em pensamento e ação”, “necessidade contínua de maximizar o seu potencial” (SCHULTZ e SCHULTZ, 2013, p. 420).

“Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida”. Esta frase é atribuída a Confúcio, filósofo chinês que viveu antes de Cristo. Esse entendimento nos conduz à ideia de que se o nosso trabalho corresponde àquilo que nós gostamos, o aqui inclui os sonhos, posto que realização de sonho está vinculada a prazer, não teríamos que trabalhar durante nossa vida. O trabalho, nessa conotação, é aquele vinculado ao castigo, ao sentido majoritário atribuído ao *tripalium*, palavra do latim que deu origem ao termo.

Adotando essa significação, teríamos que os nosso Anjos, por esse motivo, “trabalham”, ou seja, são castigados, ganham o pão com “o suor do rosto”, posto que não trabalham com o que sonham. Ainda nessa perspectiva, se estou sendo castigado, meu bem-estar emocional estará abalado e, via de consequência, minha saúde também.

Falamos que o trabalho no acautelamento é um trabalho regido por normas, uma vez que existem procedimentos operacionais que devem ser rigorosamente seguidos sob pena de colocar em risco os trabalhos e a segurança dos servidores. Ou seja, há uma rotina a ser seguida, que não foi pensada, nem estruturada pelo servidor. Ele apenas executa.

Os artesãos dos séculos XIII e XIV, aqui citados no intuito de realizar um comparativo com o trabalho dos servidores em unidade socioeducativa, imprimiam a sua marca no trabalho por eles executado. A participação do artesão estava desde as primeiras ideias, imagens sobre o que realizar, desde o primeiro pensamento, até o planejamento, a execução e a comercialização. Era fruto deles mesmos. A eles estava vinculada aquela produção. Era um pouco de si, da sua identidade, da sua história que estava incorporada à sua criação final.

Optamos por esse paralelo para através das ideias de Rogers e Maslow discutir sobre bem-estar, saúde e felicidade. Segundo esses autores, como citado anteriormente, uma pessoa autorrealizada é uma pessoa saudável emocionalmente, psicologicamente e tem liberdade de pensar e agir. Além de vive em plenitude seus momentos e tem possibilidade de maximizar suas potencialidades e desenvolver sua criatividade.

Nessa linha de análise, convergiríamos para constatar a ausência de bem-estar dos nossos Anjos, que merecem ser ouvidos para que o gelo da visão antecipada não prejudique a análise aqui proposta.

Começo com o Anjo 7, que falando sobre sua entrada na unidade disse: “sinceramente eu as vezes eu ficava até perguntando ‘que que eu tô fazendo aqui?’”. Sigo com Anjo 3 que “eu entrei lá, quando eu entrei, era falta de opção” e noutra parte da narrativa “graças a Deus de uns tempinho prá cá... é muito gostoso trabalhar ali” e noutra “o adolescente tem tudo (...) quê que tem pro servidor? Vai continuar dessa forma? O adolescente tem tudo, o servidor não tem nada”.

Quando alguém olha para o local de trabalho, para seus afazeres e indaga sobre o que está fazendo naquele lugar, dá-nos conta de que poderia estar em outro (s) que lhe daria (m) maior prazer. E o prazer está vinculado ao sentimento de bem-estar. Igual entendimento pode ser aplicado àquele que vai para o trabalho por falta de opção, ou seja, também não está seu sonho, seu caminho de autorrealização, atrelado ao seu trabalho.

A expressão de que “está gostoso trabalhar de um tempinho para cá” nos remete à questão da gestão da unidade, que mudou a pouco tempo, ou seja, a partir de sua fala, subentende-se que antes não era – sendo importante frisar que esse Anjo conta com mais de 10 anos de trabalho na unidade. Já a outra parte da sua fala diz respeito à insatisfação com a falta de cuidado do Estado para com o servidor, o que também pode repercutir na questão do bem-estar.

O que se percebe nas narrativas é que há uma naturalização das situações antagônicas vivenciadas pelos servidores. Existem sonhos acalentados que foram adormecidos pelo cotidiano, pela necessidade de garantia da sobrevivência, pela estabilidade, pelo salário, o que desemboca no distanciamento do percurso para a autorrealização, como se depreende das narrativas que se seguem:

Eu sou pago pra fazer uma coisa que eu gosto de fazer. Então é... eu sinto prazer naquilo. Muitos não sentem. Muitos são frustrados (...) A maioria entra lá com essa visão (de ser policial), e é a visão que eu tinha. (...) Entra lá com essa visão de policial. E brigam contra a legislação e... e brigam contra todo um contexto, contra todo um sistema, que... que ele tá calcado, tá... tá baseado em leis e baseado em pensamentos, a respeito dessa... dessa não é... é... não

ser policial. (...) a gente enquanto servidor, a gente fica numa situação confortável. A gente tem bom salário. É... a gente tem uma situação de... de relativa estabilidade. (...) não me preocupo com uma coisa que a maioria preocupa de estar junto com o prisional, no... no... porte de arma. (Anjo 5)

Não pode ser cadeia por dentro, nem pela lei, e nem pela prática. Porque senão não funciona. O processo socioeducativo, ele não funciona essa forma. Se o agente pensa que tem que tratar dessa forma, não ele... eu já cansei de falar com os agentes: 'faz o concurso prá lá, lá pro presídio'. (Anjo 3)

E aí abriu o concurso aqui. Eu falei assim 'ah, eu acho que eu vou voltar. Vou fazer o concurso né? Eu quero ficar mais perto né, da... da... da minha família né? Quero cuidar mais da minha casa. E aí eu te confesso Adriana, que não foi assim por querer estar aqui, sabe, não foi assim. (Anjo 4)

Inicialmente, muito honestamente, inicialmente foi a atração pela carreira mesmo (...) admito que eu passei um deserto aí a uns mês e meio atrás, tá? Deserto eu não vou entrar em detalhes, é... de muita angústia mesmo (...) E hoje estou no socioeducativo por gostar do socioeducativo. Eu não quero estar, é... enquanto carreira da segurança pública, eu não quero estar em outro local que não seja é... no socioeducativo. (Anjo 1)

Considerando a territorialidade distanciamento do sonho, abstraímos que também os Anjos acima nos dão conta de que não realizam seus sonhos através do trabalho ali desenvolvido. E a narrativa do Anjo 5, corroborada pelo Anjo 3, é no sentido de que a maioria dos servidores, no caso, agentes, entra com a visão de que seriam policiais, entendem que deveriam usar armas, como o prisional, o que também denota que estariam distanciados do seu sonho. Quando o Anjo 1 diz que não quer estar em outro local de trabalho, faz questão de afirmar em que contexto se refere, ao da carreira de segurança pública, também deixando espaço de análise para a informação de que abrindo o leque de oportunidades, poderia estar em outro lugar.

Importante salientar que está presente nas narrativas o investimento em desempenhar um bom trabalho ainda que não desempenhem a atividade objeto de seus sonhos. Concluo o tópico chamando atenção para o fato de que a territorialidade distanciamento do sonho, presente nas narrativas dos Anjos aqui retratados, pode estar vinculada a fatores estressantes significativos no ambiente de trabalho.

4.2.5. “A evolução necessária no sistema socioeducativo e o pós-socioeducativo, né?”: ausência de sentido do trabalho

A territorialidade ausência de sentido do trabalho foi a que mais apareceu nas narrativas dos Anjos. O trabalho, intrínseco à existência humana, pode significar sobrevivência, realização

de sonho, prazer, desprazer e pode, via de consequência, estar vinculado ao favorecimento à saúde ou ao adoecimento.

Rohm e Lopes (2015) asseveram que:

O trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o Homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência. Por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida. (ROHM e LOPES, 2015, p. 333)

E é nesse sentido, do trabalho como instrumento de construção da subjetividade, como capaz de produzir significado à existência e sentido à vida, que percorreremos as narrativas que nos falam da ausência de sentido e das incertezas.

Chegada, pois, a hora de ouvir os nossos Anjos:

Eu entendo o socioeducativo, um, um meio de mudar, de mudar a vida desses adolescentes mesmo. Eu acredito nessa capacidade transformadora, da influência do... do exemplo.” (...) aí houve uma marginalização, eu vou falar do ponto de vista do socioeducativo, um processo de marginalização. É claro que tinha pessoas que faziam coisas erradas, era óbvio, todo lugar tem, é! Mas, pintou-se um capeta aqui, que, que... não é tão verdadeiro. (...) Eu acho que a evolução necessária no sistema socioeducativo é o pós-socioeducativo, né? Eu acho que deveria ter outro programa, é, uma outra política pública, é... de acolhimento desses jovens no pós-socioeducativo. (Anjo 1)

Optamos por transcrever a narrativa do Anjo 1 primeiro, porque há unanimidade entre os Anjos entrevistados no que tange ao pós-socioeducativo:

Quadro 3 – Pós-socioeducativo

ANJO 2	“talvez se existisse uma profissionalização de verdade né, para ele sair realmente com condição de trabalhar mesmo né? E assim, e ai ele ia ter a oportunidade”
ANJO 3	“e quando ele volta dali, as vezes eles têm uma mentalidade já ‘não quero essa vida pra mim não’, eles falam muito. Falam, mas não conseguem, né? Quando chegam lá, eles vão encontrar... volta pro mesmo local, os mesmos amigos estão ainda lá, pra fazer as mesmas coisas que levaram eles prá lá”
ANJO 4	“o que acontece, as vezes não acontece a manutenção dessa mudança. Porque lá fora não existe sabe, um apoio, um programa que apoie esse adolescente, aquela família que vai receber o adolescente, né?” “algumas pessoas perguntam ‘ah, esses meninos, eles melhoram aí dentro?’ melhoram, sabe. Melhoram sim. (...) o que acontece, as vezes não acontece a manutenção dessa mudança (...) porque lá fora não existe sabe, um apoio, um programa que apoie esse adolescente”

ANJO 5	“Às vezes até o trabalho é bom. Mas o sujeito sai de lá e volta pro mesmo lugar de onde saiu (...) por melhor que seja o nosso trabalho lá, quando o sujeito chega, e volta pra quebrada lá, é... ele vai... vai... ele um sabe fazer outra coisa”
ANJO 6	“Eu descobri uma, uma... uma falha do sistema, que você tira o adolescente do seu ambiente (...) mas aí ele é devolvido depois pra sociedade, e volta geralmente pro mesmo local”
ANJO 7	“a adolescente sai dali... ele vai voltar pro mesmo lugar que ele tava”

Fonte: Elaborado pela autora.

O que se depreende das narrativas é que os servidores não encontram um sentido efetivo no trabalho que executam, em razão da descontinuidade que ocorre após o acautelamento. A sensação da pesquisadora, ao analisar as vivências, é aquela de que são construídos castelos na areia e o mar, inevitavelmente, os destrói. O caminho de um trabalho sem sentido pode desembocar na frustração, que pode levar a descrença, ao desânimo e ao adoecimento.

Esse desânimo, essa frustração é encontrada na voz do Anjo 2 quando diz que o adolescente saiu da unidade e foi para o presídio, ou quando recebe a foto dele morto, ou quando ouve do próprio adolescente que quer é ficar no tráfico mesmo. Por duas vezes, na mesma fala, o Anjo repete: “é extremamente frustrante (...) Isso é bem frustrante, né? Parece que o trabalho da gente é... foi em vão”.

Se o trabalho não alcança o fim a que se destina, frustra, fá-lo ser considerado como algo em vão, o que suscita o questionamento do porquê executá-lo, para que executá-lo. Talvez, o sentido fique na sobrevivência que o salário proporciona.

O Anjo 5 tem uma fala muito próxima da fala do Anjo 2, quando narra um episódio de um adolescente que furtou uma tv com outros dois menores e foi parar no socioeducativo. No sistema, teve contato com outros “criminosos maiores” e depois que saiu de lá, cometeu o primeiro assassinato. Voltou para o socioeducativo, saiu, cometeu seu segundo assassinato, voltou para a unidade e quando saiu foi assassinado. E conclui o Anjo 5: “prá nós aqui, a gente tá fazendo um desserviço”. E ao falar da passagem do jovem pelo sistema, “aquilo vai ser só dentro do contexto de crescimento dele para ser um criminoso melhor. Lamento informar”.

Esse desserviço mencionado pelo Anjo 5 também está presente na narrativa do Anjo 2 quando se refere a um amigo do presídio que se refere a unidade socioeducativa como uma escolinha de formação para o crime e o presídio como a faculdade:

é a frustração, né, que a gente passa quando a gente vê que o adolescente saiu dali e foi pro presídio, ou a gente recebe a foto dele morto... é extremamente frustrante. Né, ou mesmo antes de sair, quando ele fala: ‘não, eu quero é ficar no tráfico mesmo’ e tal, ‘eu vou é matar mesmo’ e tal, isso é bem frustrante, né? Parece que o trabalho da gente é... foi em vão. Olha, a (...) do presídio

fala: ‘(...)’, ali é a escolinha, e aqui no presídio é a faculdade’. Nossa, vai muito adolescente do... sai dali e vai pro presídio. As vezes poucos dias depois que sai da unidade a gente fica sabendo que já foi, ou que morreu. Já teve caso de menino que no mesmo dia que saiu foi assassinado, né, ou uma semana depois... é... é bem complicado. (Anjo 2)

Também a característica do desserviço pode ser localizada na vivência do Anjo 6 quando diz que depois que o adolescente deixa a unidade “volta à criminalidade com a experiência de já ter sido preso, muito mais ousado e até cometendo crimes piores”. Ou da fala do Anjo 3 que confirma que há adolescentes que deixam a unidade e voltam a cometer crimes, indo parar no presídio ao comentar uma visita que fez a uma unidade prisional que encontrou adolescentes que passaram pela unidade que trabalhava: “quando eu passei, eles estavam tomando banho de sol, vieram oito conversar comigo. Todos lá do... Falei nossa senhora, o que que vocês tão arrumando aqui rapaz”.

As falas analisadas estão afinadas neste mesmo sentido de narrativa de um trabalho executado que não alcança o fim pretendido ou mesmo no sentido de que presta um “desserviço”.

E esse chamado “desserviço” atrai a atenção para o dever do Estado e a omissão está presente nas narrativas, seja sob a alegação da ausência de formação para o trabalho executado: “Por que na verdade o Estado não dá muito suporte né? (Anjo 3); “trabalhamos com... com... muitas vezes com contexto que a gente não tá preparado! Ah, você não tem formação pra aquilo! (...) eu acho que a gente deveria ter uma formação mais para lidar com pessoas, porque a gente não tem (...) Então a gente tá lidando com uma coisa que a gente não entende, que não conhece, que não é capaz de lidar, e fica essa loucura mesmo”. (Anjo 5).

Essa ausência de perspectiva, a frustração, a perda de gozo no desempenho do trabalho é traduzida, por exemplo, na declaração do anjo 2: “eu já fui mais sonhador”. Ou na declaração do Anjo 6: “inicialmente eu achei até desafiador. É... interessante. Depois eu fui... teve um período que eu perdi o entusiasmo”.

Desses extratos, podemos deduzir que essas informações poderiam ser traduzidas como “hoje eu faço o trabalho para o qual sou pago”, donde se depreende uma ausência de entusiasmo e envolvimento no trabalho desenvolvido ou até mesmo um sentimento de inutilidade do trabalho.

Concluimos o presente tópico no sentido de que a territorialidade ausência de sentido tem vinculação com situação de saúde ou adoecimento, eis que, de acordo com o DSM-V, a

⁷ (...) nomes omitidos para manutenção da confidencialidade.

perda de interesse ou prazer no desempenho de atividades e sentimentos de inutilidade estão entre os sintomas do transtorno depressivo maior (p. 161).

4.2.6. “Você não pode trabalhar num local que você tá insatisfeito e doente. Tem gente que adocece”: território do acautelamento como adoecedor

A territorialidade aqui narrada é fruto da análise do território do acautelamento observando-se os meandros do servidor com o sistema, nas relações hierárquicas, com os pares, com os jovens, com o ambiente.

Talvez fosse possível supor essa territorialidade como síntese das retro analisadas, posto que a todas perpassará, mas optamos por deixá-la em separado uma vez que até então analisamos narrativas e fizemos inferências a partir delas, entretanto, o espaço geográfico como adoecedor se fez como descrição literal.

A questão do território do acautelamento como adoecedor esteve presente e, aliás, motivou a presente pesquisa. A narrativa de adoecimento fez parte de todas as vivências, uns de forma direta - 3 interlocutores afirmaram ter adoecido em virtude do trabalho -, outros, de forma indireta. Fato que se registra é que dos 3 que narraram adoecimento, 2 são do sexo feminino, sugerindo o ambiente seria mais adoecedor, se assim nos podemos expressar, para as mulheres do que para os homens.

Destacaremos, por entender curiosa, a resposta do Anjo 3 à pergunta sobre pontos positivos de se trabalhar na unidade socioeducativa:

Ó... veja bem. Trabalhar por trabalhar a gente trabalha em qualquer lugar, né? Mas eu sempre falo com o pessoal que eu não trabalho por dinheiro. Mas falam, ‘mas como assim?’ porque o dinheiro prá mim não é o principal, né? Se eu não ti... tanto é que seu eu não tiver satisfeito eu saio. Eu saio. Eu não consigo ficar um ano de licença médica... sabe? Se a minha cabeça não tiver boa. Eu acho que eu não consigo não. né? Eu trabalho... porque se ficar em casa eu penso que isso não vai se curar. Porque você vai ficar em casa com problemas psicológicos por causa do trabalho, você vai ter que voltar lá um dia. Você vai ter que enfrentar o próprio problema de novo. né? (...) Você acha que quatro mil reais, vamos dizer sei lá... que você ganhe quatro mil reais... vale a sua saúde? Não tem, saúde não tem preço né? Não tem preço. Você não pode trabalhar num local que você tá insatisfeito e doente. Tem gente que adocece”.

Julgamos oportuna a citação dessa narrativa pela riqueza de detalhes. A resposta à indagação sobre o ponto positivo de se trabalhar numa unidade socioeducativa se traduz em dinheiro, desde que não se adoçaça lá, e tem gente que adocece. O Anjo dá notícia do adoecimento

e noutro trecho da entrevista diz que “nós chegamos a ter na e... cada equipe... absurdamente trinta quarenta por cento de licença médica. Eu falei com eles, o servidor tá ficando doente. Doente! Ficando com o quadro reduzido por causa de licença médica”.

Hoje eu vejo que nós, né, é... trazemos muito... muitas consequências de um tempo de mais conflito aqui na unidade assim. Hoje muitos servidores né, se encontram afastados, e se encontram com sequelas até, né, daquele momento de tensão maior vivida né? Naquele espaço. (Anjo 4)

O Anjo 4 prossegue a sua narrativa apontando que os afastamentos são em virtude de “saúde emocional”, “síndrome do pânico”, “muito estresse” e “medo”. Sobressalta das narrativas dos entrevistados, adoecimento em decorrência de problemas com uma gestão passada e como fruto deste tempo muitos servidores se afastaram por motivo de adoecimento mental e muitos guardam sequelas até hoje, afirma o Anjo 4 que também ficou licenciada em virtude de adoecimento mental. Assegura que houve tempo em que não conseguia mais dormir e quando dormia tinha pesadelos, que ficou com muito estresse, muita angústia, beirando ao desencadeamento de síndrome do pânico. O Anjo 2 narra o aludido período como um tempo que adoeceu todo mundo, “em maior ou menor grau”.

O Anjo 1 noticia que a unidade

teve um histórico, é... grave de violência institucional, né? É... uma série de ações equivocadas, que se entrelaçavam, e... tinha como consequência, por exemplo, mortes, sabe? É... então, é, nos últimos anos houve muito... não é comum ter muito, não é comum ter morte, é nas unidades socioeducativas, não é comum, e aqui, virou, tornou-se algo comum a um tempo atrás, sabe? (ANJO 1)

Dos 7 entrevistados, 3 disseram fazer uso de algum tipo de medicação (antidepressivo, ansiolítico, hipnótico, sedativo) por causas atribuídas ao trabalho. O Anjo 6 diz que já adoeceu por causa do trabalho e que o trabalho “adoece a maioria dos agentes” e que “a maioria dos agentes toma algum remédio para ansiedade. Alguns mais nervosos tomam remédio para acalmar. É... é uma calma mantida à medicação psiquiátrica”. Fala que “rarissimamente” conversou com algum agente “que num tomou, ou nunca tomou um remédio psiquiátrico”, que quando não se trata de um “psiquiátrico. Quando ele não é forte, ele é um ansiolítico. Mas eles sempre tão usando alguma coisa para tentar equilibrar o lado emocional”.

Considerando o histórico de adoecimento, de licenças médicas, de uso de medicamentos, constante nos relatos dos entrevistados e nas conversas entabuladas quando da visitação à unidade, o território do acautelamento expressa a territorialidade do adoecimento.

Há um fato que nos chamou a atenção na fala de dois Anjos. O Anjo 7, que por muitas vezes usou durante a entrevista a expressão “a gente tá lidando com vidas”, sempre em contraponto quando dizia não lidamos com bandidos, com criminosos. E o Anjo 5 que, igualmente, usa, por algumas vezes, “você vai trabalhar com pessoas. Pessoas na sua situação de miséria” também em contraponto ao fato por ele mesmo consignado “você não vai trabalhar com criminosos” e repete “você vai trabalhar com pessoas”.

As falas desses Anjos parecem uma estratégia encontrada para lidar com o trabalho ou torná-lo menos penoso ou uma tentativa de executar o próprio trabalho. Ao afirmar, reiteradas vezes que estão lidando com pessoas, em contraponto a estar lidando com criminosos, parecem afirmar para si mesmos que os adolescentes devem ser tratados como pessoas e não como criminosos. Pode também significar um recurso para diminuir a tensão do exercício profissional, afinal, lidar com pessoas é bem diferente de lidar com criminosos.

Assim, os resultados da presente pesquisa confirmam nossa hipótese de que há relação entre o território do acautelamento e a situação de saúde do servidor, indicando necessidade de políticas públicas que se voltem para atendimento a essa demanda dos profissionais que integram o sistema socioeducativo sem os quais a medida não tem o menor sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigamos as territorialidades vivenciadas por servidores de uma unidade socioeducativa do interior de Minas Gerais no desempenho de suas atividades laborais. A partir das narrativas de 7 (sete) servidores que atuam nas áreas de saúde, segurança e gestão, as territorialidades evidenciadas foram correlacionadas a situações de saúde e adoecimento.

Para o estudo proposto, num primeiro momento, abordamos a temática trabalho dentro de uma perspectiva histórica, o que nos permitiu o estabelecimento de uma relação direta entre trabalho e saúde e/ou adoecimento, considerando que a forma como trabalho é entendido pelo trabalhador favorece a saúde ou conduz ao adoecimento.

O trabalho, fonte de subsistência, entendido como parte inerente à existência, configurou-se nas narrativas dos entrevistados. O trabalho é desenvolvido a partir de uma consciência e de uma intencionalidade e mantém relação com o bem-estar, componente intrínseco à saúde.

Nas unidades socioeducativas do Estado de Minas Gerais o ingresso do servidor se dá através de concurso público ou através de contratos que acabam por gerar insegurança e instabilidade. A unidade de acautelamento tem como finalidade propiciar condições para que a medida socioeducativa de internação, medida mais grave aplicada a adolescente envolvido em prática de ato infracional, se cumpra. Logo, a consciência e intencionalidade não se atrela única e exclusivamente a componentes relativos a subjetividade, mas a regramentos específicos, consoante especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Sobressaltam do contexto do trabalho conflito na aceitação do que prescreve a legislação e na aplicabilidade efetiva daquilo que está preconizado no texto da lei no cotidiano vivenciado pelos servidores. A forma como o trabalho é organizado, dentro do território normado do acautelamento, muitas vezes, não encontra eco na atividade profissional que executa a partir de uma lógica que se aproxima de uma atuação policial ou a ela equiparada e se distancia da lógica educativa e de proteção integral preconizada no ECA.

Nessa análise da correlação entre trabalho e saúde, percebemos que a organização do trabalho se configurou de diferentes formas ao longo do tempo e isso se relaciona com o estado de bem-estar. Controlar o processo de trabalho, vivenciá-lo do início ao fim, desde o processo de criação, ao planejamento e à execução apresenta-se como uma influência na situação de saúde na relação homem/trabalho dada a possibilidade de expressão da sua subjetividade com liberdade.

Lado outro, no caso de um trabalho em que apenas uma parte do processo está nas mãos do trabalhador e que o sucesso depende de outros fatores, de outros atores, territorialidades que dizem do adoecimento apresentam-se no estudo realizado como parte do cotidiano, tornando o trabalho como menos efetivo e/ou frustrante.

O servidor, por vezes, se vê nessa situação de um trabalho que não encontra identificação com o que considera adequado, correto. Os sujeitos do estudo apontam mudança no perfil dos adolescentes que se encontram acautelados. Eles relatam que tem sido aplicada a medida mais severa, a de internação, a ato infracional de menor monta, o que acaba por resultar numa situação de desserviço do Estado à sociedade ao colocar aquele adolescente em contato com outros que cometeram ou estiveram envolvidos em infrações mais graves.

Outro ponto que ressalta do fato do servidor não se identificar positivamente com o que considera adequado e que indica impacto no bem-estar e via de consequência resulta na vivência de territorialidades que reverberam no estado de saúde/adoecimento, diz respeito ao trabalho que executam, que avaliam bem executado, no entanto, o adolescente após o cumprimento da medida retorna ao mesmo ambiente de onde saiu, sem qualquer política que o acompanhe, ocasionando o retorno à prática ou envolvimento em ato infracional, apontando como inócuo tudo que realizaram.

O sentido atribuído ao trabalho mantém uma relação direta com a felicidade e o bem-estar. No caso do servidor que percebe o seu trabalho como desserviço ou como sem finalidade prática ou incapaz de alcançar o sentido para o qual a norma previu, as vivências no ambiente de trabalho estão, em consequência, eivadas de insatisfação ou de narrativas derrotistas de descrença no sistema quando observado em sua totalidade, desde o magistrado que aplica a medida até o retorno do adolescente ao meio em que vivia.

Conforme abordado no tópico 3.2, a análise das especificidades relativas ao desempenho das funções pelos servidores da unidade, tendo como subsídio a abordagem territorial, propiciou uma compreensão multiescalar das relações entre servidores, servidores e gestão, servidores e acautelados e entre os próprios acautelados que se configuram no espaço apropriado de forma material e simbólica, produzindo especificidades no território do acautelamento.

As narrativas dos servidores entrevistados propiciaram o evidenciar das territorialidades do medo, do distanciamento do sonho, da afetividade, do aprisionamento, da ausência de sentido do trabalho, do ambiente de trabalho como adoecedor.

O medo evidenciado em narrativas de todos os interlocutores sinaliza para a necessidade de se manterem em estado de alerta, de prontidão, situações que podem desencadear sintomas de ansiedade, levar ao estresse, a desenvolverem crise de pânico. A afetividade também se

configurou como uma territorialidade nas vivências dos entrevistados. Foi possível apontar que o território do acautelamento constitui em lugar de afeto para 5 dos interlocutores e não carrega um significado afetivo para dois dos entrevistados que experienciam parte da existência na unidade, o que traz uma implicação no estado de bem-estar, componente intrínseco da saúde.

A territorialidade aprisionamento, o sentir-se preso dentro da unidade, também se evidenciou nas narrativas de 5 dos interlocutores. A sensação de ter a liberdade cerceada igualmente sinaliza impacto no bem-estar e, via de consequência, no estado de saúde, ou adoecimento.

Também se evidenciou, como territorialidade, o distanciamento do sonho. Nenhum dos servidores entrevistados trabalha em algo que representa o sonho acalentado na existência, o que pode manter relação com o estado de felicidade e/ou infelicidade, bem-estar ou mal-estar, ser ou não realizado a partir da experiência do trabalho, o que não significa dizer que não queiram estar ali ou que por tal motivo não realizem um bom trabalho.

Constatou-se a territorialidade trabalho sem sentido, não pela qualidade do trabalho desenvolvido, mas pelo contexto de omissão do Estado que não cumpre sua parte na execução da medida. Um trabalho executado em que o servidor não encontra sentido pode resultar na perda de interesse ou perda de prazer ao desempenhar as atividades, que estão na raiz de adoecimento mental.

A territorialidade ambiente como adoecedor esteve presente nas narrativas de todos os entrevistados, uns de forma direta, outros de forma indireta, inclusive 3 dos entrevistados narraram adoecimento e afastamento em virtude de situações vivenciadas no desempenho de suas atividades laborais.

Através da presente pesquisa, foi possível constatar que há relação direta entre o trabalho desenvolvido no território do acautelamento investigado e as situações de saúde dos profissionais que nele atua. As territorialidades vivenciadas respondem afirmativamente ao problema da pesquisa, no sentido de que as narrativas de adoecimento e afastamento, indicam ter vinculação com o trabalho exercido.

Além disso, evidenciou-se a necessidade de um trabalho específico voltado ao cuidado com o servidor, observadas as particularidades inerentes a cada trabalhador. Bem como o respeito ao contingente mínimo de servidores para o desempenho das atividades, pois o número reduzido tem acarretado em sobrecarga de trabalho.

Através das análises das territorialidades experienciadas pelos servidores no território do acautelamento, foi possível estabelecer relação direta entre essas e a situação de

saúde/adoecimento, levando-se em consideração a saúde como um estado e completo bem-estar físico, psíquico, emocional, social, como preconiza a OMS.

Outra questão que sobressaiu nas narrativas dos interlocutores refere-se a necessidade de uma política pública que acompanhe o adolescente após o período de internação, pois na percepção dos interlocutores grande parte dos adolescentes que deixam a unidade torna-se reincidente na prática de atos infracionais. Indicamos essa questão como objeto de novos estudos.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para a elaboração de ações que almejem o bem-estar do servidor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Margarida; BORGES, Elisabete; QUEIRÓS, Cristina. Promoção da saúde no local de trabalho: uma "filosofia de cuidar" a imperar no futuro. In: **International Congress of Occupational Health Nursing: proceedings**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/120976/2/341345.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2020.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ANDRADE, Camila Brito Vaillant. **A experiência dos Agentes Socioeducativos em uma Unidade de Internação para adolescentes em conflito com a lei, em Mato Grosso**. 2017. 112 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: 2017.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARSAGLINI, Reni Aparecida; VAILLANT, Camila Brito. Um agente prisional de menor: identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. **Saúde soc**. São Paulo: v. 27, n. 4, p. 1147-1163, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401147&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- BAUER, Moisés Evandro. Estresse como ele abala as defesas do corpo. **Ciência hoje**. v. 30, n. 179, jan/fev, 2002.
- BEZERRA, Cláudia de Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, p. 2135-2146, 2016.
- BÍBLIA, A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 202-203.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 11 ago. 2019
- _____. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 24 fev. 2020.
- _____. **Decreto-Lei nº 5.452**. 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Promulgada em 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 5.083**, de 1º de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. Revogado pela Lei nº 6.697/79. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL5083-1926.htm> Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Decreto nº 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Revogado pela lei nº 6.697/97. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Emenda Constitucional 104**. 2019b. Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. 04/12/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm> Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. Promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Projeto de Lei**. 2019a. Considera de natureza policial a atividade exercida pelos agentes penitenciários e agentes socioeducativos. Projeto de Lei nº 3358, de 2019. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137181>> Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase**. Promulgada em 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm> Acesso em: 11 ago. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CAVALCANTE, Daniele Mejia. **Dimensões organizacionais do trabalho do agente penitenciário federal e riscos de adoecimento sob a ótica da psicodinâmica do trabalho**. 2015. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1192>> Acesso em: 28 out. 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus. 1998.

CHENIAUX, Elie. **Manual de Psicopatologia**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**. 2a. ed. Tradução de Leonor Sampaio. Sintra: Vral, 2001.

- CORRÊA, Kátrin Isabeli Dreschler *et al.* Estresse e Coping em servidores penitenciários. In: **6º Congresso Internacional em Saúde**. 2019. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/view/10837>> Acesso em: 15 out. 2019.
- COSTA, Nilson do Rosário; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [on-line]. 2017, v. 22, n. 5, p. 1467-1478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501467&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 25 out. 2019.
- COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas – Apontamentos preliminares. **GEOMAE**. Campo Mourão: v. 1, n. 2, 2010, p. 25-56.
- COSTA, Sandra Dias Pereira da Silva. **A experiência vivida no acautelamento**: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares: 2016.
- DA SILVA, Jonatan da Rosa Pereira da *et al.* Custo humano no trabalho de agentes penitenciários. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/461/0>> Acesso em: 28 out. 2019.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª. ed. ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques desidentités. **Annales de Géographie**. 2004, v. 113, n. 638-639, p. 339 (tradução).
- DOS SANTOS, Débora Coelho *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. **Revista Bras. Med. Trab.** São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.rbmt.org.br/details/133/pt-BR/prevalencia-de-transtornos-mentais-comuns-em-agentes-penitenciarios>> Acesso em: 28 out. 2019.
- DSM-5 – APA – American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FILHO, Ercy José Soar. Espaço, identidade & saúde mental na sociedade contemporânea. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis: v. 3, n. 26, p. 2-15, jan. 2002. ISSN 1984-8951. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1006/4407>>. Acesso em: 09 set. 2020.
- FONSECA, Betânia Moreira Cangussu; BRAGA, Ana Maria Cheble Bahia; DIAS, Elizabeth Costa. Planejamento de intervenções em Saúde do Trabalhador no território: uma experiência participativa. **Rev. bras. saúde ocup.** São Paulo: v. 44, e. 36, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572019000100309&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 fev. 2020.

FONTANELLA, Bruno José Barcelos. CAMPOS, Claudinei José Gomes. TURATO, Egberto Ribeiro. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 14, n. 5, setembro-outubro, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421864025>> Acesso em: 26 out. 2019.

FRANKL, Victor Emil. **Em busca de sentido**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 10a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Meio Ambiente do Trabalho – Direito, Segurança e Medicina do Trabalho**. 6ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta; GEMIGNANI, Daniel. Meio Ambiente do Trabalho. Prevenção e prevenção. Princípios norteadores de um novo padrão normativo. **Rev. TST**. Brasília: v. 78, n. 1, jan/mar 2012.

GIROTTI, Cristiane; DIEHL, Liciane. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre a possível relação entre o diagnóstico e as situações de trabalho. **Polêm!ca**. [S.l.], v. 16, n. 2, p. 090-115, maio 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/22904>>. Acesso em: 19 set. 2020.

GIULIANI, Maria Vittoria. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. **Psicologia e ambiente**. São Paulo: Educ, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia. Revista da Universidade Federal Fluminense**. v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>> Acesso: 21 out. 2019.

_____. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, n. 3, p. 20-32, 1997. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6708/4786>> Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>> Acesso em: 24 fev. 2020.

HELOANI, José Roberto; CAPITAO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo Perspec**. São Paulo: v. 17, n. 2, p. 102-108, jun., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 set. 2020.

HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232>> Acesso em: 24 fev. 2020.

JASKOWIAK, Caroline Raquele; FONTANA, Rosane Teresinha. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2015. p. 235-243. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267040408008>> Acesso em: 26 out. 2019.

JÚNIOR, Vitor Luiz Sales. “**A gente é ser humano**”: as vicissitudes da atividade de Agente de Segurança Socioeducativo. 11/09/2013 129 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2013.

KRAWULSKI, Edite. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores de hoje**. 124 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1991.

SOARES, Luíza Mariana Brito. **Trabalho e Estresse** – um estudo com agentes socioeducativos. 27/03/2013 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília: 2013.

LEMONS, Ana Cristina Marques. **A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares: 2016.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. São Paulo (SP): Atlas, 2002.

LIMA, Ana Izabel Oliveira; DIMENSTEIN, Magda. Transtornos Mentais Comuns entre Trabalhadores do Sistema Prisional. **Revista Psicologia em Pesquisa**. v. 13, n. 1, p. 11-11, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472019000100006> Acesso em: 14 out. 2019.

LIMA, Deyseane Maria Araújo. BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**. v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009.

MASLOW, Abraham. **Introdução à Psicologia do Ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1978.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra; VIEIRA, Adriana Pinho; MORRONE, Carla Faria. Prazer, sofrimento e saúde mental no trabalho de teleatendimento. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 151-158, jan. 2010. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/360/456>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei nº 10.254**, de 20 de julho de 1990. Institui o regime jurídico único do servidor público civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte – MG. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-10254-1990-minas>>

gerais-institui-o-regime-juridico-unico-do-servidor-publico-civil-do-estado-de-minas-gerais-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Lei nº 869**, de 6 de julho de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte-Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=869&ano=1952>> Acesso em: 20 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MOREIRA, Gisely Vasconcelos. **Adolescência, acautelamento e saúde**: multiterritorialidades vivenciadas por adolescentes e suas implicações na saúde. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares: 2019.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **RAE-revista de administração de empresas**. v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares: 2016.

OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Do fim do trabalho ao trabalho sem fim**: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em *Home Office*. 2017. 196 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2017.

OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; EGRY, Emiko Yoshikawa. A historicidade das teorias interpretativas do processo saúde-doença. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo: v. 34, n. 1, p. 9-15, mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342000000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2020.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para ação**: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. /OMS; tradução do Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN, 2010. Disponível em: <https://www.who.int/occupational_health/ambientes_de_trabalho.pdf> Acesso em: 24 fev. 2020.

PEREZ GIBERT, Maria Agnes; CURY, Vera Engler. **Mental health and work**: a phenomenological study with organizational psychologists. *Bol. psicol [online]*. 2009. v. 59, n. 130, p. 45-60. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432009000100005&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em: 18 set. 2020.

PUTTINI, Rodolfo Franco; PEREIRA JUNIOR, Alfredo; OLIVEIRA, Luiz Roberto de. Modelos explicativos em saúde coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. **Physis**. Rio de Janeiro: v. 20, n. 3, p. 753-767, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000300004&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 20 set. 2020.

ROGERS, Carl Ransom; KINGET, Godelieve Marian. **Psicoterapia e Relações Humanas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: v. 13, n. 2, p. 332-345, junho de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 18 de set. de 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandez.; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed., São Paulo: Editora Mc Graw – Hill, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Maneiras de ler Geografia e Cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 37-51.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**. v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>> Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. In: A. Heidrich; B. Costa; C. Pires (Orgs.). **Maneiras de ler geografia e cultura** (p. 37-51). Porto Alegre: Imprensa Livre - Compasso, Lugar-Cultura. 2013.

_____. Território e identidade. **Anais do X encontro de geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, São Paulo: p. 13869-13881, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/36.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2020.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. Tradução Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; KADRI, Michele Rocha; DE SOUSA LIMA, Rodrigo Tobias. Territórios, águas, gentes e modos de fazer saúde num território em permanente movimento. In: SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; KADRI, Michele Rocha; DE SOUSA LIMA, Rodrigo Tobias. **Atenção Básica na Região Amazônica: saberes e práticas para o fortalecimento do SUS**. p. 08-14, 2019.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-73312007000100003&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em: 09 dez. 2019.

SILVA, Cláudia Eugênia Lopes da. **Territorialidade dos flanelinhas/guardadores de carros**: discussões sobre a apropriação do espaço público nos bairros Cidade Alta, Petrópolis e Tirol de Natal-RN. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2017.

SILVA-JÚNIOR, João Silvestre; FISCHER, Frida Marina. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Rev. bras. epidemiol.** São Paulo: v. 18, n. 4, p. 735-744, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2015000400735&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 14 out. 2019.

TRABALHO. In: **DICIO**, Dicionário On-line de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/trabalho/>> Acesso em: 31 mai. 2020.

TRABALHO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/trabalho>> Acesso em: 31 mai. 2020.

TRABALHO. In **Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/>> Acesso em: 30 mai. 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

VAILLANT, Camila Brito. **A experiência dos Agentes Socioeducativos em Unidade de Internação para adolescentes em conflito com a lei, em Mato Grosso**. 23/05/2017 112 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso, Biblioteca Depositária, Biblioteca Central da UFMT, Cuiabá: 2017.

VIANA, Maria das Graças Alencar. BARRETO. Liz Melo de Sá. CORREA. Diego Carvalho. Espaço, lugar e territorialidade. **Revista Espacialidades**, v. 16, n. 2, p. 271-288, 18 jul. 2020.

WRIGHT, Jesse H. Bosco, Mônica R. THASE, Michael E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental** - um guia ilustrado. Tradução Mônica Giglio Armando. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SAÚDE E ACAUTELAMENTO: análise da repercussão do exercício profissional na saúde de servidores públicos em uma Unidade de Privação de Liberdade

Pesquisador: ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 32043120.1.0000.5157

Instituição Proponente: Fundação Percival Farquhar/ FPF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.148.447

Apresentação do Projeto:

O trabalho dos servidores de unidade de acatamento decorre da existência da medida socioeducativa de privação de liberdade aplicada a adolescentes envolvidos na situação de cometimento de ato infracional consoante previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente. O sistema físico de cumprimento da medida socioeducativa privativa de liberdade envolve dimensões materiais e subjetivas, comporta tensões que podem desencadear adoecimento, tanto físico, quanto mental, e é neste contexto de tensões que multiterritorialidades são constituídas e podem se relacionar ao processo de saúde e adoecimento. A pesquisa pretende realizar entrevista com servidores do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis. Trata-se de um estudo observacional, descritivo, de corte transversal. Será adotada a metodologia qualitativa objetivando aprofundar no universo simbólico dos sujeitos e das relações. Será adotada uma entrevista aberta e semidirigida com 7 entrevistados que se enquadrarem nos critérios de seleção. Se o número exceder, será adotado critério aleatório ou sorteio. Para tanto submete este projeto à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos.

Parecer Favorável.

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000, BLOCO-B4, Salas 01 e 06
Bairro: Universitário **CEP:** 35.020-220
UF: MG **Município:** GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (33)3279-5575 **E-mail:** cep@univale.br

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 4.148.447

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Analisar as multiterritorialidades profissionais vivenciadas por servidores em um território de acatamento e suas implicações na saúde.

Específicos:

- Analisar as estruturas físicas e a organização das atividades profissionais desenvolvidas do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA), local das atividades laborais dos participantes da pesquisa;
- Caracterizar a amostra estudada em relação ao perfil sociodemográfico, indicadores de saúde e utilização de serviços de saúde;
- Identificar possíveis situações de adoecimento relacionadas a atividade profissional;
- Analisar as multiterritorialidades constituídas no território do acatamento relacionadas a saúde dos servidores do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA).

Parecer Favorável.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos previstos são decorrentes da exposição dos participantes a situações de estresse, sofrimento e angústia ao serem convidados a narrarem situações de sua vida pessoal que remetem a memória e experiências vivenciadas que de algum modo possa remeter fortes emoções. A entrevista será imediatamente interrompida caso sejam identificadas situações de risco, ou não haja mais interesse em continuar colaborando.

Benefícios: A possibilidade de contribuir para programas específicos, buscando a promoção de saúde e alternativas para a melhoria da condição de saúde dos servidores do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis. Estabelecimento de relações com o processo de saúde e/ou adoecimento, o que se configura como uma oportunidade de fornecer dados para elaboração de políticas públicas e de intervenção na unidade visando melhoria nas condições de trabalho e nas relações entre os pares e entre os servidores e adolescentes acatados.

Parece Favorável.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é significativa e justificável. A pesquisadora apresentou, de forma clara, a metodologia

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000, BLOCO-B4, Salas 01 e 06
Bairro: Universitário **CEP:** 35.020-220
UF: MG **Município:** GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (33)3279-5575 **E-mail:** cep@univale.br

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 4.148.447

que será desenvolvida tomando o devido cuidado na abordagem com os participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios no projeto de pesquisa foram inseridos corretamente:

- Folha de Rosto
- Cronograma
- TCLE
- Termo de Solicitação de Autorização para Realização de Pesquisa
- Autorização para Pesquisa (CSEGV)
- Projeto Detalhado
- Entrevista aberta e semi dirigida (no projeto).

Parecer Favorável.

Recomendações:

Incluir no TCLE a informação acerca do armazenamento dos dados de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e/ou lista de inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIVALE, acompanha o Parecer do Relator e considera o Projeto APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1555594.pdf	16/05/2020 14:55:21		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declara.docx	16/05/2020 14:54:09	ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	16/05/2020 14:43:21	ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/05/2020 14:40:59	ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL	Aceito
Projeto Detalhado	projeto.pdf	15/05/2020	ADRIANA MARA	Aceito

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000,BLOCO-B4, Salas 01 e 06
Bairro: Universitário **CEP:** 35.020-220
UF: MG **Município:** GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (33)3279-5575 **E-mail:** cep@univale.br

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 4.148.447

/ Brochura Investigador	projeto.pdf	15:45:40	PIMENTEL MAIA PORTUGAL	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	15/05/2020 15:45:08	ADRIANA MARA PIMENTEL MAIA PORTUGAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOVERNADOR VALADARES, 10 de Julho de 2020

Assinado por:
Ivana Cristina Ferreira Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000,BLOCO-B4, Salas 01 e 06
Bairro: Universitário **CEP:** 35.020-220
UF: MG **Município:** GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (33)3279-5575 **E-mail:** cep@univale.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo

Memorando.SEJUSP/SUASE.nº 1022/2020

Belo Horizonte, 29 de junho de 2020.

Para: Ilm^{as}. Sr^{as}.

Anna Luiza Ferreira de Assis

Núcleo de Pesquisa e Extensão - NUPE

Observatório de Segurança Pública

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Belo Horizonte - MG

Assunto: resposta a Memorando.SEJUSP/NUPE.nº 37/2020 - Solicita autorização para realização de pesquisa via plataforma digital.

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0072000/2020-45].

Senhora Diretora

Cumprimentando-a cordialmente, servimo-nos do presente, conforme solicitado por V.S^a., para proceder *resposta a Memorando.SEJUSP/NUPE.nº 37/2020 - Solicita autorização para realização de pesquisa via plataforma digital.*

Desse modo, concernente a solicitação contida no supracitado Memorando 14572821, salientamos que no tocante às:

1 - Equipe de Atendimento que:

"a metodologia apresentada pela pesquisadora aponta que serão coletados dados através instrumentos psicométricos. Compreendemos a importância do uso dessas ferramentas técnico-científicas quando aplicadas num contexto avaliativo que seja processual e considere os diversidade de contextos nos quais estão inseridos os indivíduos. Salientamos, portanto, a necessidade de considerar tanto o rigor técnico quando da aplicação quanto nas interpretações dos conteúdos, seguindo as orientações e normativas do Conselho Federal de Psicologia."; e

2 - Equipe de Segurança Socioeducativa que:

"algumas informações não podem serem divulgadas, esclarecemos que a divulgação do quadro total de servidores, divisão por turnos, índice de servidores por adolescentes, assim como quantitativos mínimo e máximo de servidores por

plantão [...] tem que avaliar com muito critério o que for passado, haja vista que, são informações estratégicas e sigilosas, a divulgação destas informações, podem comprometer a segurança das unidades Socioeducativas, conforme dispõe a Lei 12.527/2011 em seu artigo 23, incisos I, III e VII.";

Com isso, referente ao atendimento socioeducativo concedemos autorização para a pesquisa em tela.

Lado outro, referente a segurança socioeducativa, não fica autorizada a respectiva pesquisa nos moldes [informações solicitadas] em que se encontra.

Juntamente, sugestionamos o envio desta solicitação para a Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor - DAS, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP MG, tendo em vista possível avaliação e acompanhamento da pesquisa por seu conteúdo e relevância.

Por fim, registramos, ainda, a necessidade de se observar as restrições de acesso neste período de crise de pandemia do novo coronavírus - COVID-19 e a impossibilidade de realização de visita às unidades socioeducativas do estado de Minas Gerais.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários, renovando nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

FASANI LAZARO COSTA BAGETTI

Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - SUASE

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP MG



Documento assinado eletronicamente por **Fasani Lazaro Costa Bagetti, Assessor Chefe**, em 15/07/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16072117** e o código CRC **759D11C9**.

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1 – Identificação do Responsável pela execução da pesquisa:

Título: SAÚDE E ACAUTELAMENTO: Análise da repercussão do exercício profissional na saúde de servidores públicos em uma Unidade de Privação de Liberdade

Natureza do Projeto: Pesquisa

Pesquisadora Responsável: Adriana Mara Pimentel Maia Portugal

Contato com pesquisadora responsável: Campus Antônio Rodrigues Coelho

Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário - CEP: 35020-220 Cx. Postal 295 – Governador Valadares/MG

Telefone (s): (33) 98843-1316

Comitê de Ética em Pesquisa

Rua Israel Pinheiro, 2000 – Campus Universitário – Tel.: 3279 5575

2 – Informações ao participante ou responsável:

2.1) Prezado (a) Senhor (a),

Estamos realizando uma pesquisa com servidores do Centro Socioeducativo de Governador Valadares/MG. Solicitamos sua autorização para que participe de uma pesquisa intitulada “SAÚDE E ACAUTELAMENTO: Análise da repercussão do exercício profissional na saúde de servidores públicos em uma Unidade de Privação de Liberdade”.

2.2) A pesquisa terá como objetivo geral “analisar as multiterritorialidades profissionais vivenciadas por servidores em um território de acautelamento e suas implicações na saúde”.

2.3) O participante responderá para mim a respeito das vivências no ambiente de trabalho.

2.4) Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações que informam sobre o procedimento:

2.4.1) O participante não pagará nada para participar.

2.4.2) Depois serão feitas algumas perguntas. Ao respondê-las, é muito importante que as respostas sejam sinceras. Caso alguma pergunta provoque constrangimento, não será preciso responder, podendo pedir ao entrevistador para passar para a próxima pergunta. A entrevista será gravada para posterior transcrição. Você tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento durante a entrevista, podendo até mesmo, solicitar que seja apagado o registro feito até o momento.

2.4.3) Sua participação será apenas para fornecer as respostas às perguntas. O tempo previsto para a entrevista é de uma hora.

2.5) A recusa de participar da pesquisa ou o abandono do procedimento de pesquisa pode se dar em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

2.6) A participação na pesquisa será como voluntário, não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

2.7) A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: Os riscos previstos são decorrentes da exposição dos participantes a situações de estresse ao serem convidados a narrarem situações de sua vida pessoal que remetem a memória e experiências vivenciadas que de algum modo possa remeter fortes emoções. A pesquisa será suspensa caso sejam identificadas situações de risco, ou não haja mais interesse em continuar colaborando.

2.8) Preveem como benefícios da realização dessa pesquisa: contribuir para programas específicos, buscando a promoção de saúde e alternativas para a melhoria da condição de saúde dos servidores do Centro Socioeducativo de Governador Valadares.

2.9) Serão garantidos o anonimato e privacidade aos participantes, assegurando- lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometê-lo. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

2.10) Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas por meio de resumos, artigos e trabalhos de conclusão de curso.

2.11) Os dados coletados serão armazenados por um período de cinco anos em um banco de dados no Núcleo Interdisciplinar educação, saúde e direito – Niesd, bloco PVA, sala 08, campus II na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Após esse período o material será incinerado.

Solicitamos sua autorização para a realização da pesquisa. O (a) Senhor (a) terá total liberdade de pedir novos esclarecimentos a qualquer momento.

Muito obrigada pela atenção!

Confirmo ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Nome do participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do responsável: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

ANEXO III

ENTREVISTA

APRESENTAÇÃO

- 1- Quem é você?
- 2- Me conte sobre sua infância. Qual a atividade profissional você sonhava quando criança?
- 3- Como foi a sua trajetória escolar? Na época da escola, com qual atividade profissional você sonhava?

RELAÇÃO COM O TRABALHO

- 4- Conte sobre sua toda experiência profissional.
- 5- Como tudo sobre seu trabalho desde a entrada no socioeducativo, e que deseja profissionalmente para o futuro?
- 6- Se você tivesse que justificar pra mim porque você trabalha no socioeducativo, qual justificativa você me daria.

SAÚDE

- 7- Me conte sobre sua saúde desde que nasceu
- 8- Quais as características de uma pessoa que você considera que tem boa saúde. Você tem essas características
- 9- Fez uso de algum medicamento, quando? Por quê? E agora que medicamentos usa?

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

- 10- Você tem amigos de infância? Quais as características das pessoas que considera amiga.
- 11- Quem te considera amigo dentro da unidade?
- 12- Me conte sobre sua convivência com os agentes, com os técnicos e com os jovens.

SIGNIFICADO DO TRABALHO E RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO

- 13- Quando você tá arrumando para ir ao trabalho, que sensações sente?
- 14- E quando você chega no trabalho, quais são seus sentimentos, quais são suas sensações.
- 15- Me conte sobre uma coisa muito boa que aconteceu na unidade e uma lembrança muito ruim.

- 16- Quais os pontos positivos de trabalhar numa unidade socioeducativa?
- 17- Quais os pontos negativos de trabalhar numa unidade socioeducativa?
- 18- O que precisaria acontecer para melhorar o trabalho e minimizar os aspectos negativos?
- 19- A atividade profissional que você exerce te adocece ou já te adoceceu?
- 21- Você acredita na proposta da unidade de ressocialização. O que é feito para essa ressocialização? O que deveria ser feito?